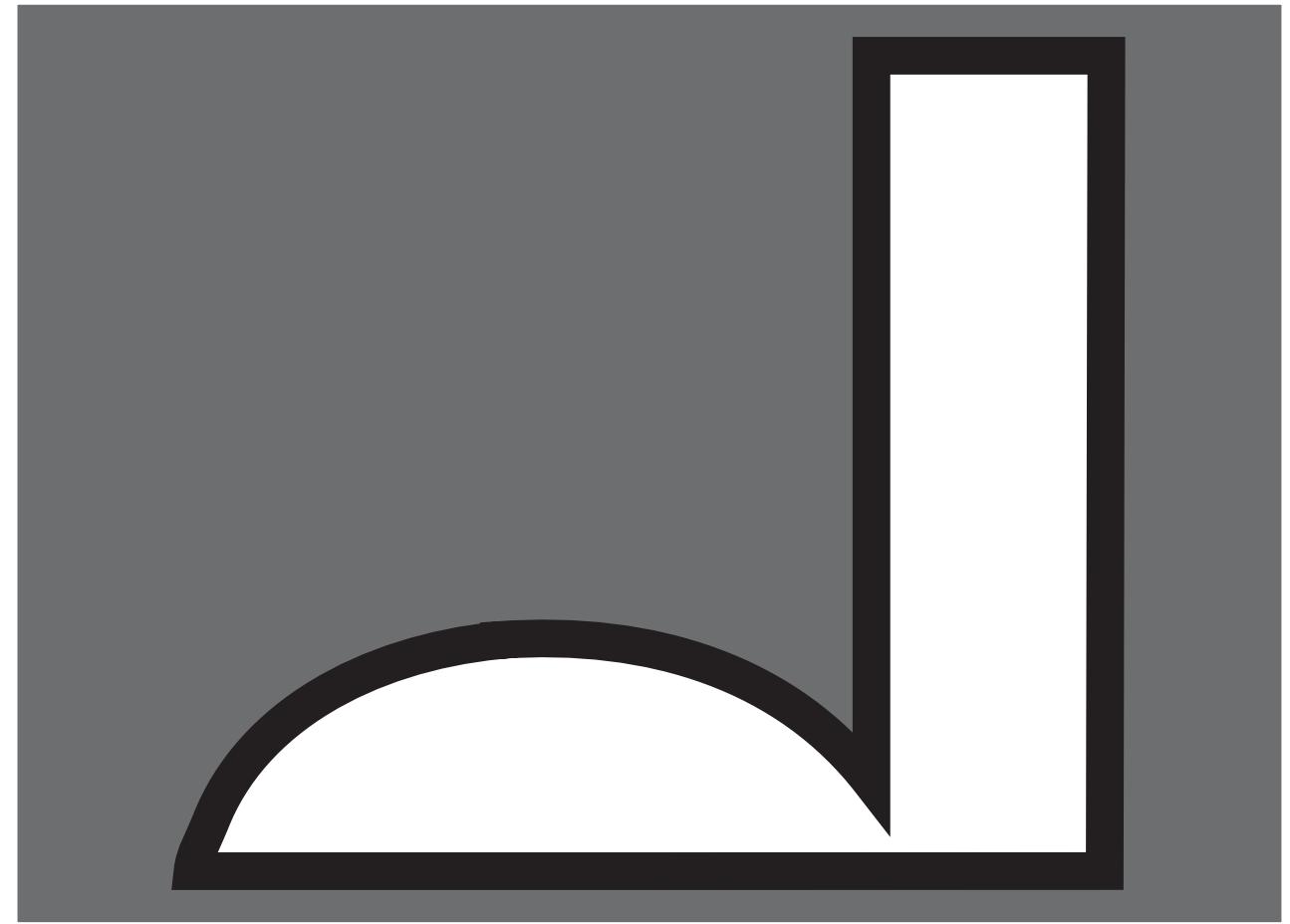




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO
NORDESTE - FNE

RELATÓRIO DE RESULTADOS E IMPACTOS
1º Semestre/2012

ANO LXVIII – SUP. AO DSF N° 53 – SÁBADO, 20 DE ABRIL DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1ª VICE-PRESIDENTE
 Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
 Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
 Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
 Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
 João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
 1º - Magno Malta - (PR-ES)
 2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
 3ª - João Durval - (PDT-BA)
 4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28 Líder Eunício Oliveira - Bloco (65,68) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (65,68) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (63) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25 Líder Wellington Dias - Bloco (24,70,91) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,69,93) Rodrigo Rollemberg (67,99) Inácio Arruda (89,100) Eduardo Lopes (37,45,64,101) Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,70,91) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,95) Anibal Diniz (25,96) Paulo Paim (97) Eduardo Suplicy (98) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,69,93) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (67,99) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,83)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16 Líder Mário Couto - Bloco (34,61) Vice-Líderes Wilder Moraes (102) Ataídes Oliveira (103) Cyro Miranda (31,94) Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,62) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) João Costa (81,82) Blairo Maggi (19,51) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72) Líder do PPL - 1 João Costa (81,82)	Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (89,100) Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,90) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,64,101) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,83) Jorge Viana Vital do Rêgo

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastorí Diretor da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**
Praça Ministro João Gonçalves de Souza, s/n - Edifício Sudene, 13º andar, Ala Norte
Engenho do Melo – Recife/PE CEP 50670-900
Telefones: 0xx (81) 2102-2108 / 2109 / 2119 – Fax 0xx : (81) 2102-2886
e-mail: gabinete@sudene.gov.br

Ofício nº 0110/2013/GAB/SUDENE

Recife, 09 de abril de 2013

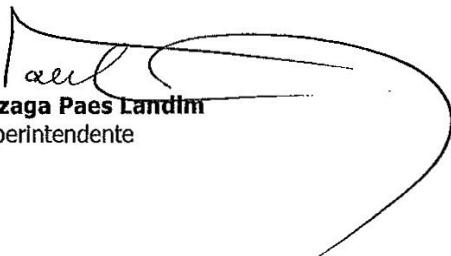
À Sua Senhoria o Senhor
Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Câmara dos Deputados
Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II)
Ala "C", Sala 08 - Térreo
70160-900 - Brasília-DF

Assunto: Encaminha o Relatório de Resultados e Impactos – Exercício de 2012-1º Semestre, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, o Parecer Conjunto nº 15/SFRI/2013-SUDENE/MI, de 21/01/2013, e a Resolução CONDEL nº 065, de 02/04/2013, que aprovou o referido relatório.

Sr. Presidente,

Em cumprimento ao estabelecido pelo § 4º, art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pelo art. 18 da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, estamos encaminhando a Vossa Excelência, para efeito de fiscalização e controle, o "Relatório de Resultados e Impactos – Exercício de 2012-1º semestre" do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, acompanhado do Parecer conjunto nº 15/SFRI/2013-SUDENE/MI, de 21 de janeiro de 2013, conjuntamente elaborado pela SUDENE e pelo Ministério da Integração Nacional, bem como a Resolução do Conselho Deliberativo da SUDENE que o aprovou no dia 02 do corrente.

Atenciosamente,


Luiz Gonzaga Paes Landim
Superintendente

Anexos:
Relatório de Resultados e Impactos – Exercício 2012-1º Semestre, do FNE; Parecer conjunto nº 15/SFRI/2013-SUDENE/MI; Resolução nº 056/2013 e Proposição de encaminhamento.
NET Doc nº 2013.02342

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO**

RESOLUÇÃO N° 065/2013

Aprova a Proposição nº 063/2013, referente aos Resultados das Aplicações e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) no primeiro semestre de 2012.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE usando da atribuição que lhe confere o § 1º, art. 8º da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, o que estabelece a alínea “c”, inciso XII, art. 7º do Anexo I ao Decreto nº 6.219, de 04 de outubro de 2007, bem como, a Proposição apresentada pela SUDENE,

R E S O L V E U :

Art. 1º. Aprovar a Proposição nº 063/2013, sancionada pela Diretoria Colegiada da SUDENE na 130ª reunião, de 05 de fevereiro de 2013, que trata da avaliação dos resultados das aplicações e impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no primeiro semestre de 2012.

Art. 2º. Autorizar a SUDENE a encaminhar o Relatório de Resultados e Impactos – Primeiro Semestre de 2012, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), apresentado pelo Banco do Nordeste do Brasil, acompanhado da decisão deste colegiado, e do Parecer Conjunto nº 15/2013/SFRI-SUDENE/MI, de 21 de janeiro de 2013, às Comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara Federal e no Senado Federal em cumprimento ao que reza o § 4º, art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e à Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional, de que trata o § 1º, art. 166 da Constituição Federal, e em obediência ao § 5º, art. 20 da mesma lei.

Art. 3º. A Proposição de que trata o artigo primeiro e a documentação técnica que lhe dá suporte, passam a integrar a presente Resolução.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor nesta data, devendo ser publicizada no site da SUDENE, no endereço www.sudene.gov.br.

Fortaleza, 02 de abril de 2013.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO
Presidente do Conselho Deliberativo

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

PROPOSIÇÃO N° 063/2013

**Relatório de Avaliação das Aplicações e
impactos do Fundo Constitucional de
Financiamento do Nordeste – FNE no
Primeiro Semestre de 2012.**

Senhores Conselheiros,

Prevê o inciso IV, § 5º do art. 10 da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, que dá redação ao inciso III, art. 14 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que compete ao Conselho Deliberativo da SUDENE, em relação ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais.

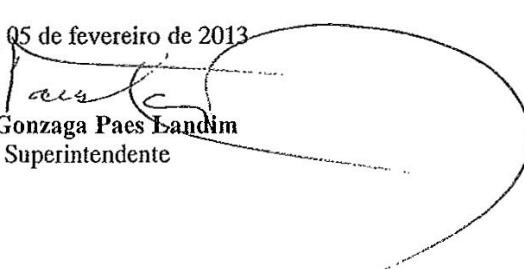
No início deste ano o Banco do Nordeste do Brasil apresentou à SUDENE, por meio do ofício GAPRE 2012/1297, documento com as aplicações realizadas pelo FNE no primeiro semestre de 2012. Estes dados foram analisados por equipe mista desta Autarquia e do Ministério da Integração Nacional, resultando no Parecer Conjunto nº 15/2013/SFRI-SUDENE/MI, de 21 de janeiro do corrente, em anexo, onde constam tanto as avaliações sobre os resultados alcançados no referido semestre, como as recomendações do restante do exercício, concluindo pela aprovação do mesmo.

Todos os documentos mencionados integram a presente proposição.

PROPOSIÇÃO:

Diante do exposto, a Secretaria Executiva submete a esse Colegiado, para apreciação e deliberação, o Relatório de Avaliação sobre os resultados das aplicações do FNE no primeiro semestre de 2012, acompanhado do documento que norteou a análise, com a devida apreciação e recomendações, para a aprovação.

Recife, 05 de fevereiro de 2013


Luiz Gonzaga Paes Landim
Superintendente

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE



RELATÓRIO DE RESULTADOS E IMPACTOS EXERCÍCIO DE 2012 – Primeiro Semestre





Presidente:

Ary Joel de Abreu Lanzarin

Diretores:

Fernando Passos
Luiz Carlos Everton de Farias
Manoel Lucena dos Santos
Nelson Antonio de Souza
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Stélio Gama Lyra Júnior

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Superintendente: José Narciso Sobrinho

Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação

Wellington Santos Damasceno

Célula de Avaliação de Políticas e Programas

Marcos Falcão Gonçalves

Revisão Vernacular: Hermano José Pinho

**Equipe Técnica:**

Marcos Falcão Gonçalves – Coordenador

Elizabeth Castelo Branco
Iracy Soares Ribeiro Maciel
Jane Mary Gondim de Souza
Luiz Fernando Gonçalves Viana
Renato Alves dos Santos
Felipe Pinto da Silva – Bolsista

Colaboradores:

Alan Coelho Silva
Antônio Ricardo de Norões Vidal
Antônio Rony Davi de Sousa
Cláudio Pereira Bentemuller
Cristiane Garcia Barbosa
Francisco Raimundo Evangelista
Francisco Ribeiro Barroso
João Bosco Ximenes Carmo
Luísa Maria Tessman
Pedro Pucci de Mesquita
Roberto Alves Gomes – Consultor Externo

SUMÁRIO

PREFÁCIO
1 – INTRODUÇÃO
2 – POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE
3 – A EXECUÇÃO DO FNE
3.1– Contratações Setoriais
3.1.1 – Setor Rural
3.1.1.1 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)
3.1.2 – Setor Agroindustrial
3.1.3 – Setor Industrial
3.1.4 – Setor Turismo
3.1.5 – Setor Comércio e Serviços
3.2 – Valores Programados e Valores Realizados
3.3 – Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE
3.3.1 – Contratações por Estado
3.3.2 – Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido
3.3.2.1 – Ações Desenvolvidas para Incremento das Aplicações no Semiárido
3.3.3 – Contratações por Porte de Beneficiário
3.3.4 – Municípios Atendidos pelo FNE
3.4 – Repasses do FNE a Outras Instituições
3.5 – Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para Aplicação do FNE
3.5.1 Prioridades Espaciais
3.5.2 Prioridades Setoriais
3.6 – O FNE no Contexto da PNDR
4 – AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE
4.1 – Proposta Metodológica de Avaliação da Eficiência Microeconômica do FNE
4.1.1 – Metodologia
4.1.1.1 O diferencial de taxa de juros ($r - r^*$)
4.1.1.2 A contribuição do FNE para o crescimento do estoque de emprego (α_E)
4.1.1.3 O coeficiente técnico do emprego (ω_L)
4.1.2 – Resultados
4.1.2.1 – Avaliação de impactos do FNE (α_E)
4.1.2.1 – Avaliação de eficiência do FNE
4.1.2.2 – Simulações para o Índice de Eficiência na Geração de Empregos
4.2 – Avaliação do PRONAF
4.2.1 Metodologia
4.2.1.1 Metodologia para avaliação dos impactos macroeconômicos do Programa sobre a produção, o emprego e a renda da região por ele abrangida

4.2.1.2 Metodologia para avaliação do Impacto do programa sobre a situação socioeconômica das famílias beneficiárias e sobre as unidades produtivas por elas administradas
4.2.1.2 Planejamento logístico e operacional das pesquisas para a coleta dos dados
4.2.2 – A seleção dos municípios a serem pesquisados
4.2.3 – Os quantitativos da amostra
4.2.4 – A seleção dos produtores a serem pesquisados
4.2.5 – Estrutura organizacional e operacionalização do trabalho de campo
4.2.6 – Crítica e consistência dos dados
4.2.7 – Armazenamento dos dados
4.2.8 – Treinamento dos Pesquisadores
4.3 Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE no Primeiro Semestre de 2012
4.3.1 Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto
4.3.2 Impactos Socioeconômicos do FNE – Contratações no Primeiro Semestre de 2012
4.3.2.1 Os Efeitos Transbordamento do FNE
4.3.2.2 Impactos Socioeconômicos Previstos dos Financiamentos do FNE para mini/micro, pequenos, pequeno-médio e médios empreendimentos
5. GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL
5.1 Inadimplemento das Operações
5.2 Recuperação de Crédito
5.3 Operações renegociadas com base no art. 15-B da Lei nº 7.827, de 27.09.1989
6. RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS
6.1 Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no Ano de 2012 ...
6.2 Principais Ocorrências
7 – RECOMENDAÇÕES DO OFÍCIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
REFERÊNCIAS
ANEXOS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – FNE – Ingressos Mensais (R\$ Mil) de Recursos – Primeiro Semestre de 2010 e 2011
Gráfico 2 – Agroamigo – Unidades de Atendimento
Gráfico 3 – Agroamigo – Quantidade de Operações Contratadas por Ano.....
Gráfico 4 – Agroamigo - Valores Contratados por Ano (R\$ Mil).....,
Gráfico 5 – Agroamigo – Número de Clientes Ativos
Gráfico 6 – Agroamigo – Carteira Ativa (R\$ Mil)
Gráfico 7 – Agroamigo – Distribuição por Setor – 2005 a junho de 2012.....
Gráfico 8 – Agroamigo – Distribuição por Atividade - Pecuária.....
Gráfico 9 – Distribuição por Faixa de Valor Financiado
Gráfico 10 – Distribuição por Prazo Médio
Gráfico 11 – Distribuição da Carteira por Gênero
Gráfico 12 – Clientes Agroamigo beneficiários do Bolsa Família.....
Gráfico 13 – Situação dos Empreendimentos Financiados pelo FNE no 1º semestre de 2012.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Área de Atuação do Banco do Nordeste.....
Figura 2 – Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do BNB.
Figura 3 – Mesorregiões na Área de Atuação do BNB.....

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Indicadores Demográficos do Brasil e do Nordeste, 1991 e 2010..
Quadro 2 – Indicadores de Saneamento do Brasil e do Nordeste, 2000 e 2010

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB - Nordeste e Brasil
Tabela 2 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 3 – FNE – Prospecção de Negócios – Posição: 30.06.2012
Tabela 4 – FNE – Demonstrativo do Patrimônio Líquido – Posição em 30.06.2012

Tabela 5 – FNE – Ingressos Mensais de Recursos – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 6 – FNE – Demonstrativo das Variações das Disponibilidades – Primeiro Semestre de 2011.....
Tabela 7 – FNE – Participação Setorial nas Contratações ⁽¹⁾ – Período: 1998 a 2012.....
Tabela 8 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 9 – FNE – Setor Rural Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 10 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Pronaf – Primeiro Semestre de 2012.
Tabela 11 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Agroindustrial – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 12 – FNE - Setor Agroindustrial – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 13 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Industrial– Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 14 – FNE – Setor Industrial – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 15 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Turismo – Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 16 – FNE – Setor Turismo – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 17 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comércio e Serviços – Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 18 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Estado nos Setores Comércio e Serviços - Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 19 – FNE - Valores Programados e Realizados por Estado – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 20 – FNE – Valores Programados e Realizados por Setor – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 21 – FNE - Projetos Contratados ⁽¹⁾ nas Mesorregiões SPR ⁽²⁾ – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 22 – FNE - Contratações e Demanda de Recursos por Estado – Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 23 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Estado – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 24 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao Número de Beneficiários – Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 25 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ em Relação à População Residente - Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 26 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao PIB dos Estados - Primeiro Semestre de 2012

Tabela 27 ~ FNE - Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Região - Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 28 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Região - Primeiro Semestre de 2012
Tabela 29 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Região (Realocando contratações do Estado do Maranhão) - Primeiro Semestre de 2012
Tabela 30 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Porte de Beneficiários – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2012
Tabela 31 – FNE - Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 32 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Porte dos Beneficiários e Setor – Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 33 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos - Primeiro Semestre de 2012
Tabela 34 – FNE - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos - Primeiro Semestre de 2012
Tabela 35 – FNE - Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado - Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 36 – FNE – Contratações por Tipo de Município ⁽¹⁾ – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 37 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 38 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações Primeiro Semestre de 2012
Tabela 39 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 40 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Industrial e Turismo – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 41 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 42 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações ⁽¹⁾ por Região – Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 43 – FNE - Bancos Repassadores - Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 44 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações ⁽¹⁾ por Porte e Setor do Beneficiário – Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 45 – FNE - Bancos Repassadores - Saldos Devedores e Inadimplência – Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 46 – FNE - Bancos Repassadores - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 47 – FNE - Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Município – Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 48 – FNE - Contratações por Programa e Porte a Nível Municipal – Primeiro Semestre de 2012.....

Tabela 49 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Arranjos Produtivos Locais – APLs – Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 50 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ para a conservação, preservação e recuperação do meio ambiente – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 51 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ com Empreendedores Individuais - Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 52 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ com Mini, Micro e Pequenos Produtores Rurais ² /Empresas - Primeiro Semestre de 2012
Tabela 53 – FNE – Projetos da Indústria Automotiva – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 54 – FNE – Projetos da Indústria Química, petroquímica e biocombustíveis – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 55 – FNE – Projetos da Indústria Metal-Mecânica e Siderúrgica - Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 56 – FNE - Projetos Contratados ⁽¹⁾ no Setor da Indústria Extrativa de Minerais - Primeiro Semestre de 2012
Tabela 57 – FNE – Projetos relacionados ao Turismo – 1º Semestre de 2011
Tabela 58 – FNE – Projetos Voltados para a Produção de Alimentos Básicos - Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 59 – FNE – Projetos das Indústrias de Calçados, Mobiliários e Vestuário e Acessórios – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 60 – FNE - Projetos Contratados ⁽¹⁾ no Setor de Exportação – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 61 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Segmento de Informática e Medicamentos – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 62 – FNE - Projetos Contratados ⁽¹⁾ na Tipologia PNDR – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 63 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Porte (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 64 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Setor (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 65 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Estado (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 66 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Região (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 67 – FNE - Projetos Contratados ¹ nas Mesorregiões SPR ² – 1º Semestre de 2012
Tabela 68 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Mesorregiões por Porte – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 69 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Mesorregiões por Estado – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 70 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Mesorregiões - Região Semiárida e Outras Regiões – Primeiro Semestre de 2012.....

Tabela 71 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Mesorregiões por Setor – Primeiro Semestre de 2012
Tabela 72 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro - Por Município – Primeiro Semestre de 2011.....
Tabela 73 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro - Por Setor – Primeiro Semestre de 2011.....
Tabela 74 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Timon-Teresina - Por Município – Primeiro Semestre de 2012.....
Tabela 75 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Timon-Teresina - Por Setor – Primeiro Semestre de 2011.....
Tabela 76 – Critério para Exclusão de Outliers nas Avaliações de Impacto ..
Tabela 77 – Impacto do FNE no Crescimento no Estoque Médio de Emprego
Tabela 78 - Índice de Eficiência na Geração de Empregos em Empresas Beneficiadas pelo FNE (Análise para um Diferencial de Juros de 10% e Multiplicador de Emprego de 50 para cada R\$ 1.000.000,00)
Tabela 79 – Índice de Eficiência. Simulações para o Modelo de Impacto Geral
Tabela 80 – Quantitativos da amostra por linha de crédito
Tabela 81 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE – 1º Semestre de 2012 ¹
Tabela 82 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE Por Porte da Empresa (Micro, Mini, Pequena e Média) - Primeiro Semestre de 2012 ¹
Tabela 83 – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Porte dos Beneficiários – Posição: 30.06.2012
Tabela 84 – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Setor – Posição: 30.06.2012
Tabela 85 – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação – Posição: 30.06.2012
Tabela 86 – FNE - Recuperação de Dívidas ⁽¹⁾ – Posição: 30.06.2012
Tabela 87 – FNE – Liquidações pelo Equivalente Financeiro – Resolução 30/2010 do CONDEL – Posição 30.06.2012.....

PREFÁCIO

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) encaminha ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) o Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referente ao Primeiro Semestre de 2012.

Além de informações sobre a execução do Fundo, estão incorporados neste relatório os resultados e impactos do FNE, objeto das avaliações concluídas no referido período. Estas avaliações foram realizadas em conformidade com a Metodologia de Avaliação do FNE, desenvolvida pelo BNB.

O BNB contratou, desde o início da operacionalização do FNE, em 1989, até junho de 2012, o montante de R\$ 101,3 bilhões¹. Tais financiamentos foram direcionados a empreendimentos predominantemente de mini, pequeno e médio portes dos setores rural, industrial e agroindustrial, comércio e serviços, turismo e de infraestrutura localizados nos onze estados da área de atuação do BNB.

Diante da magnitude dos recursos aplicados, da abrangência espacial da ação e da natureza de política pública que assumem as operações no âmbito do FNE, ressalta-se a importância da elaboração deste Relatório. Ele permite dar transparência à execução das ações, monitorar e avaliar sistematicamente o desempenho operacional e, à luz dos resultados alcançados, rever continuamente o processo de financiamento, sob a perspectiva da conjuntura socioeconômica da Região Nordeste.

Assim, esperamos que este Relatório seja um instrumento que contribua para o aperfeiçoamento do processo de financiamento produtivo, no âmbito do FNE, com foco na geração de emprego e renda.

José Narciso Sobrinho
Superintendente do ETENE

¹ Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.2011. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2012.

1 – INTRODUÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi criado através do artigo 159 da Constituição Federal de 1988 e regulamentado por força da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, tendo como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste.

O presente Relatório apresenta os principais resultados e impactos do FNE no Primeiro Semestre do ano de 2012, tendo por base as contratações realizadas nesse período.

Assim, observa-se que as operações contratadas com recursos do FNE, no período considerado, alcançaram o montante de R\$ 3,9 bilhões, representando 208.506 operações de crédito.

Em termos de demanda por recursos, no final do Primeiro Semestre de 2012, tinha-se um estoque de propostas em carteira no valor de R\$ 1,8 bilhão e ainda uma prospecção de negócios da ordem de R\$ 5,7 bilhões.

Setorialmente, os recursos do FNE foram distribuídos da seguinte forma: as atividades relacionadas ao meio rural absorveram R\$ 2,1 bilhões ou 53,0% do total contratado pelo FNE no Primeiro Semestre de 2012, enquanto o Setor Comércio e Serviços contratou R\$ 993,9 milhões (25,5% do total contratado). O Setor Industrial obteve R\$ 584,8 milhões (15,0% do total contratado), o Setor de Turismo recebeu R\$ 204,3 milhões (5,2% do total contratado) e o Setor Agroindustrial 45,0 milhões (1,2%).

As contratações no semiárido, por sua vez, totalizaram R\$ 1,6 bilhão, de modo que mais de 385 mil produtores, agricultores familiares e empreendimentos foram beneficiados com recursos do FNE nesse território do Nordeste, no Primeiro Semestre de 2012.

Os mini, os micra, os pequenos e os pequeno-médios empreendedores receberam recursos da ordem de R\$ 2,3 bilhões. Mais de 600 mil beneficiários do FNE, no período, pertenciam a essa categoria.

À agricultura familiar, por meio do PRONAF, foram destinados recursos do Fundo no total de R\$ 707,7 milhões. Os financiamentos do FNE beneficiaram mais de 572 mil pessoas pertencentes a esse Programa.

O FNE contratou recursos em todos os estados de sua área de atuação e em 1.966 municípios que formam esta área.

Utilizando-se a Matriz de Insumo-Produto, acredita-se que as contratações realizadas no Primeiro Semestre de 2012 pelo FNE possam gerar para a Região, por meio de efeitos diretos, indiretos e de renda, acréscimo de produção bruta regional de aproximadamente R\$ 8,7 bilhões; valor adicionado estimado em R\$ 5,0 bilhões; geração de 451,4 mil ocupações (considerando-se empregos diretos, indiretos e induzidos); pagamento de salários por volta de R\$ 1,5 bilhão e geração de impostos estimada em R\$ 1,1 bilhão. Ressalte-se

que os impactos acima não consideram os efeitos de transbordamento refletidos pelo Fundo.

O presente Relatório está dividido em seis capítulos. Esta **Introdução** faz uma síntese dos principais resultados das aplicações do FNE no período analisado.

O segundo capítulo, **Políticas Regionais e o Desempenho da Economia do Nordeste**, apresenta um panorama da economia nordestina, que serve de subsídio para a compreensão da dinâmica do Fundo.

A **Execução do FNE** discrimina a aplicação do Fundo, analisando em consonância com os cortes por setor, estado, região climática (dentro e fora do semiárido), porte dos empreendimentos, mesorregiões e tipologias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), além das prioridades definidas pelo Ministério da Integração Nacional.

Em sequência, o capítulo **Avaliação dos Resultados e Impactos do FNE** faz uma análise das externalidades provocadas na economia regional e brasileira, utilizando-se da Matriz de Insumo-Produto Regional, bem como dos resultados preliminares de duas avaliações em curso, a saber: i) Metodologia de Avaliação da Eficiência Microeconômica do FNE; ii) Avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A **Gestão do Ativo Operacional** analisa o comportamento da adimplência do FNE no período e o processo de gerenciamento de crédito, enquanto o **Resultado dos Acompanhamentos e Fiscalizações dos Empreendimentos Financiados** faz uma síntese das visitas ao longo do Primeiro Semestre de 2012, as principais ações e ocorrências.

2 – POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE

O Nordeste brasileiro ocupa uma área de 1,5 milhão de km², o equivalente a 18,3% do território nacional². A Região possui uma expressiva área semiárida (Figura 1), com 877,3 mil km², que se estende do Piauí à Bahia³. De acordo com os dados do Censo 2010, o Nordeste conta com uma população de 53,1 milhões de habitantes, o que representa 27,8% da população brasileira. Registrou-se, na última década, uma taxa de crescimento populacional anual de 1,07%, na comparação com o Censo 2000, inferior à da população brasileira, que foi de 1,17%.

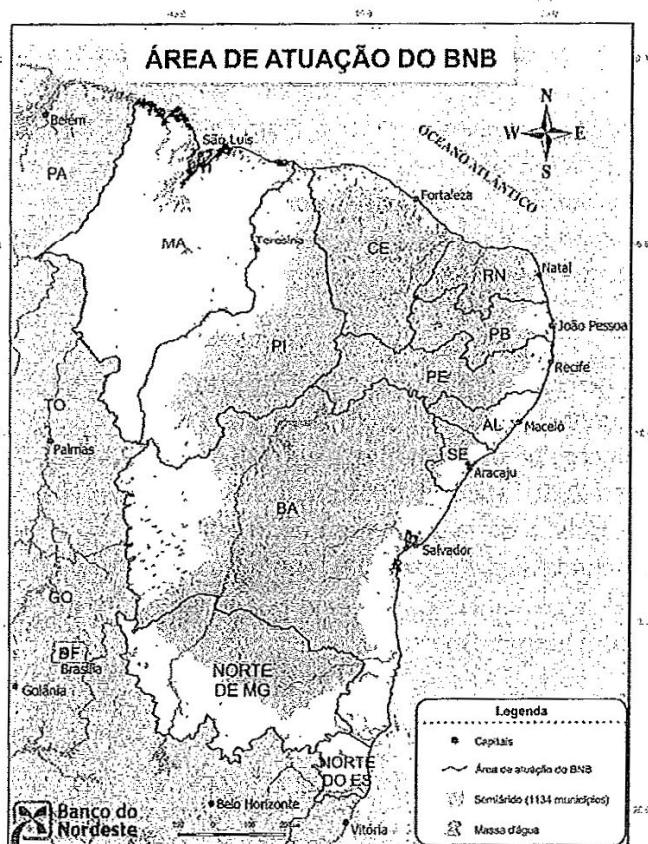


Figura 1 - Mapa da Área de Atuação do Banco do Nordeste⁴

Fonte: Elaboração de BNB/ETENE/ Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas a partir de dados do IBGE.

² Não é demais lembrar que a Região Nordeste e seus problemas justificaram a criação do FNE. Entretanto, posteriormente, áreas de estados não nordestinos foram incorporadas à área de atuação do Banco do Nordeste (e da SUDENE), e, por consequência, do FNE, de forma que as preocupações do BNB e os objetivos do Fundo estendem-se a um território de quase 1,8 milhão de km².

³ A área total do semiárido é de 979,8 mil km² (incluindo a sua porção mineira, ou seja, fora do Nordeste), sendo 877,3 km² na Região Nordeste.

⁴ Inclui o município de Barreiras/ BA como integrante do semiárido, segundo o IBGE. O Ministério da Integração considera apenas 1.133 municípios como integrantes do semiárido.

A redução do ritmo de crescimento da população nordestina, dentre outros fatores, tem ocorrido em função da queda na taxa de fecundidade, que passou de uma média de 3,7 filhos por mulher, em 1991, para 2,0 filhos por mulher em 2010, segundo dados censitários. Esse comportamento representou uma redução de 45,8% na taxa nordestina frente a uma redução de 34,7% no mesmo período para o Brasil.

A esperança de vida ao nascer no Nordeste ainda está abaixo daquela verificada nas demais regiões do País, mas o seu crescimento tem acompanhado o ritmo nacional a partir de 1991, representando uma média de 95,7% do indicador brasileiro. Dessa forma, sendo a esperança de vida ao nascer do Brasil de 73,5 anos, conforme o Censo 2010, espera-se⁵ que o mesmo indicador, para o Nordeste, seja de 70,4 anos. A taxa de mortalidade infantil, em 2009⁶, estava em 33,2 por mil, frente a 22,5 para o Brasil, cabendo o destaque de que a Região a fez diminuir em 53,6%, de 1991 para 2009, enquanto a redução registrada para o País foi menor: 50,2%. Em relação à taxa bruta de mortalidade (frequência com que ocorrem os óbitos em uma população), o progresso nordestino foi ainda mais notável: a Região reduziu-a em 30,2%, passando de 9,4%, em 1991, para 6,6% em 2009, enquanto o indicador nacional reduziu-se em apenas 13,8%, passando de 7,3% para 6,3% em 2009.

A razão de dependência total do Nordeste, medida que expressa o peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade), segundo dados do Censo 2010, era de 51,0% enquanto a do Brasil era de 45,9%. Vê-se, portanto, que existiam 51 inativos para cada 100 ativos no Nordeste. Em 1991, aqueles percentuais eram de 80,1% e 65,4%, respectivamente. A razão de dependência diminuiu mais no Nordeste (-36,4%) do que no Brasil (-29,8%) de 1991 para 2010 (Quadro 1).

⁵ O IBGE já divulgou a estatística para o Brasil, mas não liberou as informações regionais.
⁶ Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2003/a16uft.htm>, com base na PNAD 1991.

Quadro 1– Indicadores Demográficos do Brasil e do Nordeste, 1991 e 2010

Indicadores	Brasil			Nordeste		
	1991	2010	Var %	1991	2010	Var %
Taxa de Fecundidade	2,9	1,9	-34,7	3,7	2,0	-45,8
Esperança de Vida	65,8	73,5	11,7	62,9	70,4	12,0
Taxa de Mortalidade Infantil	45,2	22,5*	-50,2	71,5	33,2*	-53,6
Taxa Bruta de Mortalidade	7,3	6,3*	-13,8	9,4	6,6*	-30,2
Razão de Dependência	65,4	45,9	-29,8	80,1	51,0	-36,4

(*) Dados de 2009

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, 2010 e PNAD 2009.

A existência de uma menor carga de dependência (como se descontina para o Brasil e para o Nordeste) se traduzirá em oportunidades, na medida em que existem expectativas de aumento da poupança doméstica e, portanto, de crescimento da oferta de capital, que aliada a uma oferta maior de trabalho (projetada pela queda na razão de dependência) pode traduzir-se em aceleração do crescimento econômico. Esse fenômeno é denominado bônus demográfico e deverá acontecer primeiro para o Brasil e, depois (mas não muito depois, posto que a razão de dependência vem diminuindo mais rapidamente na Região do que no País) para o Nordeste. Tal defasagem permite ao Nordeste planejar melhor e realizar investimentos para que essa oportunidade não seja desperdiçada.

O Nordeste obteve também melhorias em outros indicadores sociais no período recente. De acordo com o IBGE, a taxa de analfabetismo na Região diminuiu de 37,6% para 19,1% entre 1991 e 2010. Apesar desse avanço, é, ainda, a região brasileira com o maior número de analfabetos: 53,3% das pessoas analfabetas de 15 anos ou mais de idade do Brasil estão no Nordeste. Entretanto, a taxa de escolarização regional praticamente alcançou a nacional (96,9% para o Brasil e 96,8% para o Nordeste).

No saneamento básico, destaca-se também o avanço regional mais rápido do que o nacional, no período recente, significando redução das disparidades (Quadro 2).

Quadro 2 – Indicadores de Saneamento do Brasil e do Nordeste, 2000 e 2010

Indicadores	Brasil			Nordeste		
	1991	2010	Var%	1991	2010	Var%
Com Canalização Interna de Água	77,8	82,9	6,5	66,4	76,6	15,4
Urbanos com Coleta de Lixo	92,1	97,4	5,7	82,4	93,7	13,7
Ligados à Rede Coletora de Esgoto e Sanitários	47,2	55,5	17,5	25,1	34,0	35,4

(*) Dados de 2009.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, 2010 e PNAD 2009.

Essas mudanças no quadro social nordestino evidenciam a importância de estratégias públicas adequadas à Região; tais como o fortalecimento de projetos estruturantes, principalmente no que diz respeito a investimentos em estradas, distribuição de energia elétrica, telecomunicações, qualidade da educação, moradia, saneamento, água tratada, coleta de lixo, hospitais e equipamentos de lazer.

No âmbito econômico, o Nordeste apresentou expressivo crescimento entre 1970 e 1980, período em que o PIB regional obteve um crescimento médio de 8,7% a.a., tendo acompanhado a taxa de crescimento média do Brasil para esse mesmo período (8,6%). A partir da década de 1980, contudo, as taxas de crescimento declinaram, por conta das grandes dificuldades econômicas vivenciadas pelo Brasil, a exemplo da crise da dívida externa e dos elevados índices de inflação, com rebatimentos na crise fiscal e financeira do País e a consequente adoção de políticas restritivas ao crescimento (ALBUQUERQUE, 2002).

No período das chamadas décadas perdidas (1980-1990 e 1990-2000), a economia nordestina apresentou, pelo menos na primeira década, crescimento econômico superior à média brasileira. A partir de 2003, o desempenho do PIB do Nordeste retomou um razoável patamar de crescimento, superando o desempenho do País, embora ainda inferior aos números obtidos na década de 1970. Em virtude da crise econômico-financeira mundial de 2008, as taxas de crescimento do PIB reduziram-se significativamente no Brasil e no Nordeste, em 2009 (Tabela 1). Entretanto, as estimativas do PIB para os próximos períodos indicam recuperação econômica.

Tabela 1 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB – Nordeste e Brasil

Período	Nordeste (%)	Brasil (%)
1970-1980	8,7	8,6
1980-1990	2,3	1,6
1990-2000	2,0	2,5
2000-2005	4,1	2,8
2006	4,8	4,0
2007	4,8	6,1
2008	5,5	5,1
2009	1,0	-0,3
2010 ⁽¹⁾	8,3	7,5
2011-2020 ⁽¹⁾	5,3	4,9

Fontes: Fundação Getúlio Vargas - FGV / Centro de Contas Nacionais - IBRE (1970 a 1984) para o Brasil. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE/DPG/PSE (1970 a 1984) para o Nordeste. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1985 a 2010 para o Brasil e 1985 a 2009 para o Nordeste.

Nota (1): Estimativas do BNB-ETENE: 2010 para o Nordeste e projeções 2011 a 2020 para o Brasil e Nordeste.

No que se refere aos grandes setores produtivos do Nordeste, verificou-se nos últimos 50 anos um intenso processo de modernização. Em 1970, o Setor Comércio/Serviços representava 59,3% do PIB regional, seguido do Setor Agropecuário (22,4%) e Industrial (18,3%). Em 2009, por sua vez, a composição do produto regional passou a ser: Comércio/Serviços (68,9%), Indústria (23,7%) e Agropecuária (7,4%) (BRASIL, 2006; IBGE, 2010). Nesse sentido, a estrutura econômica nordestina aproximou-se da nacional, onde as participações setoriais são: Comércio/Serviços (67,5%); Indústria (26,8%) e Agropecuária (5,6%).

Esse aumento da participação da Indústria no PIB do Nordeste teve como destaque os segmentos químico e petroquímico, papel e celulose, veículos, material elétrico, metal-mecânico, telecomunicações, têxteis e confecções, calçados, extração de minerais, produtos alimentícios e bebidas, além da siderurgia. Atividades que praticamente inexistiam no Nordeste até meados do século XX, conforme já assinalado por ALBUQUERQUE (2002).

Quanto aos serviços, cabe registrar o surgimento de segmentos complexos e/ou dinâmicos, a exemplo de comunicações, tecnologia da informação, educação, saúde, turismo, atividades culturais e de lazer, transporte e armazenagem, além da expansão das atividades de alojamentos e alimentação, estabelecimentos comerciais modernos (hiper e supermercados, lojas de conveniência, *shopping centers* e lojas de departamento), serviços de logística, de planejamento e consultorias, arquitetura, engenharia e construção civil e instituições financeiras (BRASIL, 2005).

A infraestrutura do Nordeste expandiu-se e foi aperfeiçoada, especialmente no que se refere à geração e distribuição de energia elétrica, telecomunicações, rodovias, terminais aeroportuários, sistemas de armazenamento, tratamento e distribuição de água, redes de esgotos sanitários, centros hospitalares, universidades, sistemas de coleta de lixo e equipamentos de lazer.

Importantes mudanças ocorreram também na pauta de exportação do Nordeste. Embora a Região responda por somente 8% das exportações brasileiras, a participação de produtos industrializados cresceu em comparação com os chamados produtos básicos. Ocorreram, ainda, mudanças na tipologia dos produtos industrializados exportados, pois a Região passou a exportar itens tecnologicamente mais avançados, a exemplo de veículos, produtos petroquímicos, metalúrgicos, material elétrico e de telecomunicações, além de softwares e demais produtos de tecnologia da informação.

A combinação dos comportamentos da população e do PIB, é importante mencionar, fizeram com que a Região registrasse um aumento de 35,6% no PIB per capita, em termos reais, no período 1991-2009. O PIB per capita do Nordeste, de R\$ 6.025,00 em 1991, passou para R\$ 8.168,00 em 2009 (a preços de 2009), representando 48,3% do PIB *per capita* nacional.

O Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) estima que, em função de alguns fatores conjunturais favoráveis, como a política de crédito expansionista maior no Nordeste do que no resto do País; a valorização do salário-mínimo (SM), a evolução regional do emprego formal e da qualidade do trabalho; e o processo de ascensão social recente, associados aos programas sociais do Governo Federal e aos investimentos públicos e privados em implantação na Região, a renda da economia nordestina continuará crescendo e se aproximando, em termos *per capita*, da média do País, pelo menos nos próximos anos.

A mudança nos indicadores sociais e econômicos propiciou uma melhoria na principal medida regional de desenvolvimento humano. Assim, o IDH do Nordeste que era de 0,601 em 1991, passou para 0,749 em 2007 (BRASIL, 2009), registrando um crescimento de 24,6%, ao passo que o Brasil, no mesmo período, cresceu 15,6% (passou de 0,706 em 1991 para 0,816 em 2007⁷). Mas apesar desse crescimento, os estados nordestinos continuam com o IDH inferior ao dos demais estados do Brasil, ocupando as nove últimas posições no ranking nacional.

⁷ Ressalte-se que o cálculo do IDH dos estados e municípios depende da divulgação dos PIB estaduais e municipais, o que só ocorreu no final de 2011, pelo que ainda não se dispõe do IDH 2009. Para 2007, estamos utilizando as projeções do Banco Central do Brasil, disponíveis em <http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2009/01/br200901b1p.pdf>.

Desse modo, em decorrência da persistência das desigualdades intra e inter-regionais e do elevado nível de pobreza ainda existente no Nordeste, a Região demanda políticas que contribuam para avançar no processo de desenvolvimento sustentável, como ampliação da geração de empregos, investimentos em infraestrutura física e consolidação de uma rede de proteção social. Referidas transformações estruturais precisam ser acompanhadas por ampliação da oferta de crédito e de financiamentos para o setor produtivo regional, de modo a garantir a ampliação da oferta de bens e serviços, postos de trabalho e renda, aumentando a relevância do FNE nos anos vindouros.

3 – A EXECUÇÃO DO FNE

As contratações do FNE, no primeiro semestre de 2012, somaram R\$ 3,9 bilhões, registrando um decréscimo de 13,3% em relação ao mesmo período de 2011, quando foram contratados R\$ 4,5 bilhões.

Observa-se que o Setor Turismo apresentou forte incremento (111,5%), em relação ao mesmo período de 2011, seguido do Setor Rural, que cresceu 19,6%. Entretanto, os setores Agroindustrial, Industrial e Comércio e Serviços apresentaram decréscimo no volume de contratações entre o primeiro semestre de 2011 e o mesmo período de 2012, de 56,3%, 25,9% e 6,4%, respectivamente. Não foram realizadas contratações no Setor Infraestrutura (Tabela 2).

Vale ressaltar que estes resultados, correspondentes ao primeiro semestre de 2012, constituem-se em resultados parciais do ano, os quais serão alterados em função da confirmação, no período de julho a dezembro, das operações de financiamento que atualmente se encontram em diferentes etapas do processo de crédito (cartas-consulta e propostas em carteira).

Tabela 2 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Primeiro Semestre de 2012

Setores e Programas	Contratações (1)				Valores em R\$ Mil	
	Nº de Operações	Quant. Benef.	Valor	%	Valor das Propostas em Carteira (2)	
RURAL	196.902	590.400	2.065.211	53,0	420.812	
FNE Rural - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste	5.901	17.398	1.304.181	33,5	334.159	
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo A)	1.839	5.517	34.590	0,9	4.048	
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo B)	155.132	507.024	408.514	10,5	17.279	
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo C)	653	1.959	1.985	0,1	96	
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo D)	-	-	-	-	57	
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - Demais Grupos)	33.235	58.077	262.593	6,7	25.967	
FNE Aquipesca - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca	71	207	21.268	0,5	158	

Sistemas e Programas	Nº de Operações	Contratações (1)			Valores em R\$ Mil	
		Quant. Benef.	Valor	%	Valor das Propostas em Carteira (2)	
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	11	32	9.879	0,3	4.664	
FNE Profrta Pesqueira - Programa de Financ. da Ampl. e Modernização da Frota Pesqueira Nacional	-	-	-	-	-	
FNE Irrigação - Programa de Financiamento à Agricultura Irrigada	56	174	21.452	0,6	34.384	
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	4	12	749	0,0	-	
AGROINDUSTRIAL	118	118	45.019	1,2	24.891	
FNE Agrin - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste	50	50	37.006	1,0	12.598	
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	67	67	8.005	0,2	12.293	
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	1	1	8	-	-	
INDUSTRIAL	1.286	1.286	584.756	15,0	437.396	
FNE Industrial - Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste	190	190	477.481	12,3	384.698	
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	1	1	1.674	0,0	-	
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	1.035	1.035	104.587	2,7	50.351	
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	2	2	584	0,0	2.327	
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	58	58	430	0,0	20	
TURISMO	127	127	204.313	5,2	57.428	
FNE Proatur - Programa de Apoio ao Turismo Regional	10	10	153.243	3,9	36.568	
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	113	113	51.041	1,3	20.855	
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	4	4	29	-	5	
INFRAESTRUTURA	-	-	-	-	6.790	
FNE Proinfra - Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste	-	-	-	-	-	
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	-	-	-	-	6.790	

Setores e Programas	Nº de Operações	Contratações (1)			Valores em R\$ Mil	
		Quant. Benef.	Valor	%	Valor das Propostas em Carteira (2)	
COMÉRCIO E SERVIÇOS	10.073	10.073	993.868	25,5	847.755	
FNE Comércio e Serviços - Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços	684	684	408.285	10,5	687.752	
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	1	1	2.857	0,1	-	
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	-	-	-	-	-	
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	8.775	8.775	578.041	14,8	159.454	
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	613	613	4.685	0,1	549	
Total	208.506	602.004	3.893.167	99,9	1.795.072	

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Coordenação Executiva e Institucional.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

Os setores Rural e Agroindustrial absorveram, em conjunto, cerca de R\$ 2,1 bilhões, representando 54,2% do total contratado pelo FNE no período em análise. O Setor Comércio e Serviços realizou contratações de R\$ 993,9 milhões (25,5%), enquanto o Setor Industrial contratou R\$ 584,8 milhões, ou 15,0%. O Setor Turismo apresentou contratações da ordem de R\$ 204,3 milhões, ou 5,2% do total contratado através do FNE (Tabela 2).

Vale ressaltar que, do total de beneficiários do FNE no primeiro semestre de 2012 (602,0 mil), 98,1% foram atendidos no âmbito do FNE Setor Rural (590,4 mil), mantendo o mesmo grau de importância verificado no primeiro semestre de 2011. No âmbito do FNE Rural, a quantidade de beneficiários pertencentes à categoria de mini / micro (583,7 mil), representou 98,9% do número de beneficiários neste setor (Tabela 31).

Diante das observações acima realizadas, verifica-se que o primeiro semestre de 2012 apresentou importantes resultados, destacando-se os incrementos observados nos setores Turismo e Rural. Apontam-se, a seguir, alguns fatores relevantes que contribuíram para o desempenho apresentado pelo FNE:

1. Os bons resultados vêm sendo obtidos considerando o contínuo esforço nas ações do BNB em aprimorar seu processo de crédito, dentre as quais se destacam: i) maior rigor na seleção de clientes; e ii) ênfase no acompanhamento e monitoramento das operações com vistas a mitigar riscos e aumentar a margem de retorno dos ativos;

2. Forte presença do BNB como agente impulsionador do crescimento e desenvolvimento da Economia Regional, cumprindo seu papel de executor da política pública do Governo Federal. Isso se faz ainda mais evidente em períodos de retração econômica, complementando a atuação dos demais agentes;
3. O Pronaf continua sendo um Programa de grande importância e alvo das prioridades do Banco, conforme espelham seus números no primeiro semestre de 2012; a ampliação das aplicações reflete o compromisso do Banco com os agricultores familiares, bem como o zelo para com a utilização de recursos do FNE, além da adequada aplicação das orientações emitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em relação aos créditos inadimplidos nos municípios.

Com relação à demanda por recursos do Fundo, ao final do primeiro semestre de 2012, o estoque de propostas em carteira (em fase de análise e/ou em fase de contratação) totalizou R\$ 1,8 bilhão. Referidas propostas estão distribuídas da seguinte forma: 47,2% do Setor de Comércio e Serviços; 24,4% do Setor Industrial; 23,4% do Setor Rural; 3,2% do Setor Turismo; 1,4% Setor Agroindustrial; e 0,4% do Setor Infraestrutura (Tabela 2).

Além das propostas em carteira, a prospecção de negócios registrou uma demanda da ordem de R\$ 5,7 bilhões, destacando-se com maiores volumes de prospecções os seguintes estados, por ordem decrescente: Bahia (R\$ 1,3 bilhão), Minas Gerais (R\$ 1,2 bilhão), Pernambuco (R\$ 857,9 milhões) e Ceará (R\$ 622,1 milhões). Em conjunto, esses estados apresentaram, até 30.06.2012, volume de negócios prospectados de aproximadamente R\$ 3,9 bilhões, representando 69,22% dos negócios em vias de realização (Tabela 3).

Tabela 3 – FNE – Prospecção de Negócios – Posição: 30.06.2012

Estados	Projetos em Negociação ⁽¹⁾⁽²⁾	Valores em R\$ Mil
Alagoas	408.977	
Bahia	1.265.024	
Ceará	622.133	
Espírito Santo	15.000	
Minas Gerais	1.190.505	
Maranhão	392.634	
Paraíba	319.590	
Pernambuco	857.893	
Piauí	250.903	
Rio Grande do Norte	277.346	
Sergipe	86.090	
Extraregionais		
Total	5.686.095	

Fonte: BNB – Área de Negócios.

Notas: (1) Referem-se a valores a financeirar, por projeto, acima de R\$ 3,0 milhões; (2) Cartas-Consulta aprovadas, não contratadas.

O patrimônio líquido do Fundo aumentou de R\$ 37,7 bilhões em 31.12.2011, para R\$ 40,5 bilhões em 30.06.2012, apresentando crescimento nominal de 7,2%. Referido acréscimo líquido (R\$ 2,7 bilhões) decorreu, basicamente, dos ingressos de recursos oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Integração Nacional (R\$ 2,8 bilhões) (Tabelas 4 e 5).

Tabela 4 – FNE – Demonstrativo do Patrimônio Líquido – Posição em 30.06.2012

	Valores em R\$ Mil
(1) Até 31.12.2011	37.747.462
Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	37.969.173
Resultados Acumulados	(221.711)
(2) No 1º Semestre de 2012	2.707.096
Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	2.823.866
Resultado do Exercício	(104.157)
Ajustes de Resultados de Exercícios Anteriores	(12.613)
Patrimônio Líquido em 30.06.2012: (1) + (2)	40.454.558

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

No Gráfico 1 verifica-se que, exceto no mês de janeiro, em todos os outros meses do primeiro semestre os repasses mensais de recursos foram maiores em 2012, quando comparados com o ano de 2011. Esses recursos destinados ao FNE ocorrem em função do crescimento da atividade econômica do País, além do aperfeiçoamento nos sistemas de arrecadação tributária.

Tabela 5 – FNE – Ingressos Mensais de Recursos – Primeiro Semestre de 2012

Mês	Ingressos	Valores em R\$ Mil
		Ingressos Acumulados
Janeiro	454.518	454.518
Fevereiro	549.809	1.004.327
Março	373.408	1.377.735
Abri	470.617	1.848.352
Maio	526.352	2.374.704
Junho	449.162	2.823.866

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

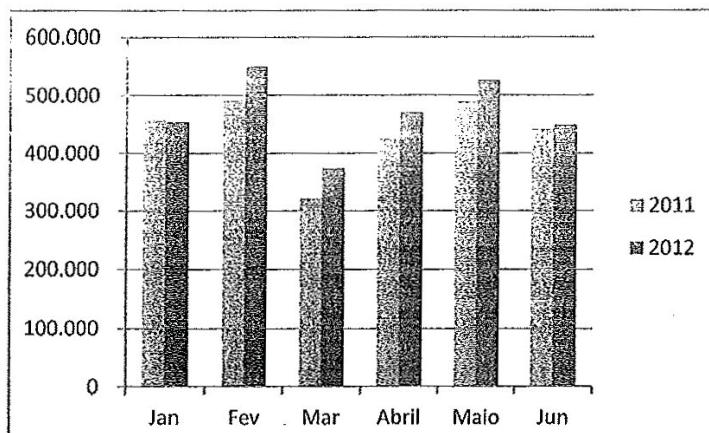


Gráfico 1 – FNE – Ingressos Mensais (R\$ Mil) de Recursos – Primeiro Semestre de 2011 e 2012

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

O reembolso dos recursos emprestados aumentaram de R\$ 3,1 bilhões no primeiro semestre de 2011, para R\$ 3,3 bilhões em 2012, com incremento nominal de 9,5%. As disponibilidades do FNE apresentaram acréscimo ao final do primeiro semestre de 2012, de 28,5% em relação ao final do exercício de 2011. Mencionadas disponibilidades totalizaram R\$ 5,9 bilhões ao final do primeiro semestre de 2012, dos quais R\$ 3,4 bilhões representados por valores a liberar por conta de operações já contratadas, e R\$ 2,5 bilhões para contratação de novos financiamentos (Tabela 6).

Tabela 6 – FNE – Demonstrativo das Variações das Disponibilidades – Primeiro Semestre de 2011

	Valores em R\$ Mil
Disponibilidades em 31.12.2011	4.576.207
Disponibilidades para Novas Contratações	1.593.026
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	2.983.181
Disponibilidades em 30.06.2012	5.882.707
Disponibilidades para Novas Contratações	2.475.504
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	3.407.203
Variação das Disponibilidades	1.306.500
- Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	2.823.866
- Remuneração das Disponibilidades	224.977
- Reembolsos Ops. Crédito/Ressarcimentos (Líquido Bônus Adimplência)	3.345.184
- Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	121.539
- Recebimento de Valores Baixados como Prejuízo	26.380
- Cobertura Ops. p/Fundos de Aval	464
- Cobertura Ops. Programa da Terra p/INCRA	0
- Cobertura de Ops. pelo PROAGRO	7.259
- Recebimentos/Amortizações TDA/Títulos PROAGRO	310

- Dispensa/Remissão/Rebate Ops. FNE - Lei 12.249 - Ônus BNB	2.482
- Transferências da Parcela de Alienação de Bens Vinculados Ops. FNE	339
- Desembolsos de Ops. Crédito/Repasses Outras Instituições	(4.170.467)
- Taxa de Administração	(546.698)
- Del Credere do BNB - Repasses Lei 7.827, Art. 9ºA	(27.238)
- Del Credere do BNB - Demais Operações	(425.879)
- Del Credere Instituições Operadoras	(1.876)
- Remuneração do BNB sobre Operações PRONAF	(46.723)
- Prêmio de Performance do BNB sobre Operações PRONAF	(97)
- Despesa Auditoria Externa	(43)
- Rebate de Principal de Ops. Lei 10.193/2001 – FAT/BNDES -Estiagem 98	(2)
- Bônus/Dispensas Ops. PJ-Parcela Risco BNB-Reneg. Leis 11.322/11.775	(49)
- Conversão de Ops. para o FNE - Lei 10.464/10.696	(1.628)
- Aquisição de Ops. pelo FNE - Lei 11.322	(191)
- Reclassificação Ops. Outras Fontes para FNE - Lei 11.775	(2.353)
- Devolução ao BNB Ops. PJ Renegociadas - Parcela Risco BNB	(7.309)
- Bônus Adimplênciá Ops. Repasses BNB - Art. 9ºA, Lei 7.827	(7.147)
- Dispensa/Remissão/Rebate Ops FNE - Lei 12.249 - Ônus FNE	(5.482)
- Dispensa/Remissão/Rebate Outras Operações - Lei 12.249 - Ônus FNE	(744)
- Outros Eventos	(2.374)
Total	1.306.500

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

3.1 – Contratações Setoriais

As contratações setoriais do FNE, no primeiro semestre de 2012, sofreram importantes alterações quando comparadas com o mesmo período de 2011. As variações mais significativas foram observadas no Setor Rural, que aumentou sua participação de 38,4%, no primeiro semestre de 2011, para 53,0% no mesmo período de 2012, e no Setor Infraestrutura, que não realizou contratações em 2012 (Tabela 7).

Tabela 7 – FNE – Participação Setorial nas Contratações⁽¹⁾ – Período: 1998 a 2012
Em Percentagem

Ano	Rural	Agroindustrial	Industrial/ Turismo	Infraestrutura	Comercial e Serviços	Total
1998	84,5	1,4	14,1	-	-	100,0
1999	80,2	0,9	18,9	-	-	100,0
2000	49,5	0,7	49,8	-	-	100,0
2001	35,4	1,2	63,4	-	-	100,0
2002	76,4	0,7	14,2	-	8,7	100,0

2003	47,5	0,3	44,9	-	7,3	100,0
2004	25,7	1,2	25,9	21,1	26,1	100,0
2005	51,4	1,0	14,2	19,4	14,0	100,0
2006	48,9	2,5	24,1	11,6	12,9	100,0
2007	45,2	3,3	21,1	16,8	13,6	100,0
2008	29,7	4,2	23,2	25,8	17,1	100,0
2009	28,2	5,1	20,2	25,4	21,1	100,0
2010	34,8	3,1	24,3	16,1	21,7	100,0
2011	38,4	2,3	19,8	15,9	23,6	100,0
2012	53,0	1,2	20,3	-	25,5	100,0

Fonte: BNB – Ambiente Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O fortalecimento do meio rural é fundamental para o desenvolvimento sustentável das economias do Nordeste, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo, objetivando, sobretudo, a implantação de empreendimentos bem-sucedidos, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida rural, possibilitando a permanência das pessoas no campo, reduzindo-se as migrações para as cidades.

Afora isso, a crise mundial de alimentos tem exigido amplo esforço do Governo Federal no apoio à agricultura, como estratégia não apenas para atender à demanda, mas também para conter o processo inflacionário. Portanto, o BNB, por intermédio do FNE, assume, na sua área, papel cada vez mais importante como agente do Governo Federal para a Região, no cumprimento dessa estratégia de superação da crise de alimentos, refletindo-se em oportunidade para os agentes de negócios do meio rural.

O Setor Infraestrutura não apresentou contratações no período, em parte fruto da estratégia do Governo Federal de limitar a atuação do BNB para grandes empreendimentos, porte esse preponderante dentro do setor pela característica de ser intensivo em capital. Nos itens seguintes será analisado o desempenho de cada setor.

3.1.1 – Setor Rural

As contratações do FNE Setor Rural, no primeiro semestre de 2012, totalizaram cerca de R\$ 2,1 bilhões, representando 53,0% do volume de contratações com recursos do FNE (Tabela 8), com incremento de 19,6% em relação ao mesmo período de 2011 (R\$ 1,7 bilhão). A quantidade de beneficiários atingiu 590.400, equivalente a 98,1% dos beneficiários de recursos do FNE, mantendo proporção semelhante à observada no mesmo período de 2011 (Tabela 31).

No que tange aos valores contratados por atividades no período em análise, a pecuária obteve recursos da ordem de R\$ 979,4 milhões, respondendo por 47,4% das contratações do FNE Setor Rural e por 25,2% das aplicações do FNE. Observou-se aumento de 20,0% em relação ao mesmo período de 2011, quando foram aportados R\$ 816,2 milhões em valores nominais.

Nas agriculturas de sequeiro e irrigada, o volume de recursos contratados foi em torno de R\$ 929,4 milhões, respondendo por 45,0% das contratações do setor e por 23,8% das contratações realizadas pelo Fundo, no primeiro semestre de 2012. O volume de recursos aplicados obteve incremento de 21,3% em relação ao mesmo período de 2011 (R\$ 766,2 milhões) (Tabela 8).

Tabela 8 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2012

Atividades	Valor	Valores em R\$ Mil	
		% Setor	% FNE
PECUÁRIA	979.418	47,4	25,2
Bovinocultura	780.717	37,8	20,1
Avicultura	40.997	2,0	1,1
Ovinocaprinocultura	90.512	4,4	2,3
Suinocultura	39.539	1,9	1,0
Apicultura	6.653	0,3	0,2
Equinocultura	481	0,0	0,0
Bubalinocultura (Búfalo)	1.134	0,1	0,0
Outras Atividades ⁽²⁾	19.385	0,9	0,5
AQUICULTURA E PESCA	20.532	1,0	0,5
Carcinicultura	12.075	0,6	0,3
Piscicultura	8.457	0,4	0,2
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	721.451	34,9	18,5
Grãos	488.528	23,7	12,5
Fibras e Têxteis	114.227	5,5	2,9
Fruticultura	41.282	2,0	1,1
Gramíneas	49.512	2,4	1,3
Raízes e Tubérculos	12.799	0,6	0,3
Bebidas e Fumos	13.892	0,7	0,4
Outras Atividades ⁽³⁾	1.211	0,1	0,0
AGRICULTURA IRRIGADA	207.998	10,1	5,3
Fruticultura	78.573	3,8	2,0
Bebidas e Fumo	21.548	1,0	0,6

Atividades	Valor	% Setor	% FNE	Valores em R\$ Mil
Gramíneas	51.636	2,5	1,3	
Grãos	17.353	0,8	0,4	
Fibras e Têxteis	6.032	0,3	0,2	
Olericultura	13.204	0,6	0,3	
Raízes e Tubérculos	15.304	0,7	0,4	
Flores	243	0,0	0,0	
Oleaginosas	293	0,0	0,0	
Mudas e Sementes	2.148	0,1	0,1	
Cactáceas	344	0,0	0,0	
Outras Atividades ⁽⁴⁾	1.320	0,1	0,0	
OUTRAS ATIVIDADES RURAIS	135.812	6,6	3,5	
Processamento e Benef. Cana-de-Açúcar	10.194	0,5	0,3	
Process. e Benef. Castanha de Caju	26	-	0,0	
Process. e Benef. Frutas e Hortalícias	421	0,0	0,0	
Florestamento e Reflorestamento	5.499	0,3	0,1	
Extração Vegetal	5.216	0,3	0,1	
Atividades não Agrícolas no Rural ⁽⁵⁾	114.456	5,5	2,9	
Total	2.065.211	100,0	53,0	

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades pecuárias referem-se à criação de animais, sericicultura, avestruz, ranicultura e microcrédito rural (diversos). (3) Outras atividades agrícolas de sequeiro referem-se a olericultura, extração vegetal, oleaginosas, especiarias e leguminosas. (4) Outras atividades agrícolas irrigadas referem-se a plantas ornamentais, especiarias e leguminosas. (5) As atividades não agrícolas no rural referem-se a serviços auxiliares à agropecuária, à caça e à pesca, à intermediação financeira, ecologia, silvicultura, dentre outras.

A aquicultura e a pesca, cujas contratações no primeiro semestre de 2012 totalizaram R\$ 20,5 milhões, responderam por 1,0% das contratações dirigidas ao Setor Rural e por 0,5% das contratações totais do Fundo (Tabela 8).

A principal atividade pecuária financiada no âmbito do FNE continua sendo a bovinocultura, com valor contratado de R\$ 780,7 milhões, respondendo por 37,8% das contratações do Setor Rural e por 20,1% do FNE no período sob análise. Em relação ao mesmo período de 2011, a atividade apresentou incremento de 20,8%, quando contratou R\$ 646,4 milhões.

Outras atividades financiadas foram a ovinocaprinocultura (R\$ 90,5 milhões), a avicultura (R\$ 41,0 milhões) e a suinocultura (R\$ 39,5 milhões), com participação de 4,4%, 2,0% e 1,9%, respectivamente, no Setor Rural (Tabela 8).

As atividades agrícolas que obtiveram os maiores volumes de recursos do Setor Rural no período foram grãos (24,5%), fibras e têxteis (5,8%), fruticultura (5,8%) e gramíneas (4,9%), com aplicações de R\$ 505,9 milhões, R\$ 120,3 milhões, R\$ 119,9 milhões e R\$ 101,1 milhões, respectivamente. Juntas, essas atividades responderam por 91,1% das contratações na agricultura, no primeiro semestre de 2012 e 41,0% das contratações do Setor Rural (Tabela 8).

Fazendo-se a análise por segmento, a agricultura de sequeiro aumentou sua participação relativa de 30,3% (R\$ 523,3 milhões), no primeiro semestre de 2011, para 34,9% no mesmo período de 2012, quando contratou R\$ 721,5 milhões. As principais culturas apoiadas foram grãos (23,7%), fibras e têxteis (5,5%), gramíneas (2,4%) e fruticultura (2,0%) (Tabela 8).

No caso da agricultura irrigada, no primeiro semestre de 2012, o segmento contratou R\$ 208,0 milhões, ou 10,1% de representatividade no Setor Rural. As principais culturas apoiadas foram fruticultura (3,8%), gramíneas (2,5%) e bebidas e fumo (1,0%) (Tabela 8).

Quanto ao item “outras atividades rurais”, observa-se que os volumes contratados no primeiro semestre de 2012 (R\$ 135,8 milhões) sofreram incremento de 10,9% em relação ao mesmo período de 2011 (R\$ 122,5 milhões). As atividades não agrícolas no Setor Rural, que são compostas por serviços auxiliares à agropecuária, à caça, à pesca, à intermediação financeira, à ecologia, à silvicultura, dentre outras, tiveram dentro do Setor 5,5% de participação no primeiro semestre de 2012, com volume contratado de R\$ 114,5 milhões, 12,8% superior ao mesmo período de 2011, que teve valor de R\$ 101,5 milhões.

Os financiamentos do FNE Setor Rural dirigidos ao semiárido totalizaram R\$ 906,9 milhões no fim do primeiro semestre de 2012, contra R\$ 760,3 milhões no primeiro semestre de 2011, representando incremento de 19,3% nas contratações. Registre-se, ainda, que do total de recursos contratados na região semiárida no primeiro semestre de 2012 (R\$ 1,6 bilhão), a participação do FNE Setor Rural foi de 57,4% (Tabelas 1.A e 2.A)

O FNE Setor Rural destinou R\$ 1,4 bilhão aos mini / micro, pequenos e pequenos-médios produtores no primeiro semestre de 2012, representando 67,6% dos recursos desse setor, atendendo a 589.702 beneficiários (99,9%). Aos médios produtores foram destinados R\$ 302,6 milhões ou 14,7% dos recursos contratados no âmbito do FNE Setor Rural (Tabelas 31 e 32).

Os onze estados da área de atuação do Fundo Constitucional receberam recursos do FNE Setor Rural, pois este é o setor que possui a maior capilaridade em termos de acesso ao crédito dentre os demais setores atendidos pelo FNE. Assim, dos 1.990 municípios da área de atuação do FNE, 1.890 foram beneficiados com recursos do FNE Setor Rural, representando 95,0% dos municípios da área de atuação do Fundo (Tabelas 9 e 24).

Os estados que obtiveram os maiores volumes de recursos do FNE Setor Rural foram Bahia (R\$ 470,5 milhões); Piauí (R\$ 410,2 milhões) e Maranhão (R\$ 355,0 milhões). Juntos, referidos estados obtiveram 59,8% do volume de recursos contratados no Setor Rural (Tabela 9). O estado do Piauí foi o que apresentou maior crescimento na contratação de recursos entre o primeiro semestre de 2011 e o mesmo período de 2012, 207,3%, enquanto o Ceará reduziu sua participação em 24,2% entre os dois períodos.

Tabela 9 – FNE – Setor Rural Contratações⁽¹⁾ Estaduais – Primeiro Semestre de 2012

Estado	Valor	Valores em R\$ Mil %
Alagoas	68.329	3,3
Bahia	470.476	22,8
Ceará	129.487	6,3
Espírito Santo	21.467	1,0
Maranhão	354.981	17,2
Minas Gerais	164.090	7,9
Paraíba	68.616	3,3
Pernambuco	158.452	7,7
Piauí	410.213	19,9
Rio Grande do Norte	65.946	3,2
Sergipe	153.154	7,4
Total	2.065.211	100,0

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.1.1 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF foi criado em 1995, inicialmente como uma linha de crédito de custeio e, em 1996, adquiriu características de programa governamental, passando a integrar o Orçamento Geral da União. Criado através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, teve suas normas consolidadas na Resolução nº 2.310, de 29 de agosto de 1996 estando vinculado institucionalmente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

As diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais foram estabelecidas pela Lei 11.326, de 2006, passando a agricultura familiar a ser reconhecida como

segmento produtivo, o que garantiu a institucionalização das políticas públicas para ela voltadas.

O PRONAF tem como finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda, por meio do apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante o emprego direto da força de trabalho da família produtora rural.

Entendem-se como atividades não-agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar.

O público-alvo do PRONAF é classificado por grupos ou modalidades, com especificidades próprias no que se refere às taxas de juros, aos limites de financiamento, ao bônus de adimplência, ao público-alvo e às finalidades, dentre outros aspectos. Para efeito de classificação dos agricultores familiares nos grupos do PRONAF, são excluídos da composição da renda familiar os benefícios sociais e os proventos da Previdência Rural.

O BNB, na qualidade de principal agente financeiro do PRONAF na Região, operacionaliza o Programa com uma proposta de desenvolvimento rural. Essa proposta tem como objetivo contribuir para melhorar a articulação das ações do Governo Federal, visando criar e fortalecer as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva no meio rural, a melhoria da qualidade de vida desses agricultores e o pleno exercício da cidadania no campo.

Como forma de maximizar suas ações para o processo de operacionalização, acompanhamento e orientação técnica aos agentes produtivos, o BNB desenvolve parcerias com empresas públicas e privadas, com destaque para a existente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

São discriminadas, abaixo, as modalidades, o público-alvo e as finalidades de crédito de acordo com os grupos classificados pelo Governo Federal:

PRONAF Grupo A – Crédito na modalidade de investimento para agricultores familiares beneficiários pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) ou que ainda não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF.

PRONAF Grupo A/C – Refere-se ao crédito de custeio, isolado ou vinculado, a agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Microcrédito Produtivo Rural (PRONAF Grupo B) – É a linha de microcrédito estabelecida para combater a pobreza rural. Os recursos de investimentos são destinados a agricultores com renda anual familiar bruta até R\$ 6,0 mil. Os créditos destinam-se às atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, assim como à implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, atividades não-agropecuárias como turismo rural, produção de artesanato ou outras atividades compatíveis com o melhor emprego da mão de obra familiar no meio rural. Os financiamentos para custeio agrícola para os agricultores do Grupo “B” são permitidos quando estes participarem do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou explorarem as culturas de girassol, amendoim e mamona, solteiras ou consorciadas, em regime de parceria ou integração com indústrias de biodiesel.

PRONAF Agricultores Familiares - Renda Variável (Comum) – É uma linha de investimento destinada a agricultores que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) acima de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. As taxas de juros são definidas pelo valor financiado. Este grupo foi criado da fusão dos Grupos C, D e E. As faixas, limites e juros para o custeio e investimento são os seguintes:

Faixa I Até R\$ 10.000,00 juros de 1,5% ao ano.

Faixa II Mais de R\$ 10.000,00 até R\$ 20.000,00, juros de 3% ao ano.

Faixa III Mais de R\$ 20.000,00 até R\$ 50.000,00, juros de 5% ao ano, com bônus de adimplemento sobre os juros de 25%, para empreendimentos localizados no semiárido, e de 15%, para empreendimentos localizados fora do semiárido.

Investimento – Limites e Taxas

Para a operação cujo valor proposto, somado ao valor contratado de outras operações de custeio realizadas pelo proponente no mesmo ano-safra.

Faixa I Até R\$ 10.000,00, juros de 1% ao ano.

Faixa II Mais de R\$ 10.000,00 até R\$ 50.000,00 juros, de 2% ao ano.

Custeio – Limites e Taxas

Para a operação cujo valor proposto, somado ao valor contratado de outras operações de custeio realizadas pelo proponente no mesmo ano-safra.

Modalidades Especiais de Crédito:

Custeio do Beneficiamento, Industrialização de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar (PRONAF Agrinf) – Linha de crédito de apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias de agricultores familiares, mediante financiamento das necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros, inclusive aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes, adoçantes e outros insumos, formação de estoques de insumos, formação de estoques de matéria-prima, formação de estoque de produto final e serviços de apoio à comercialização, adiantamentos por conta do preço de produtos entregues para venda, financiamento da 'armazenagem e conservação' de produtos para venda futura em melhores condições de mercado;

Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (PRONAF Agroindústria) – Trata-se de crédito de apoio a atividades agropecuárias e não-agropecuárias de agricultores familiares, mediante o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem ao beneficiamento, ao processamento e à comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e à exploração de turismo rural.

Crédito de Investimento para Silvicultura e Sistemas Agroflorestais (PRONAF Floresta) – Estimula a implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental e enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada, com o plantio de uma ou mais espécies florestais, nativas do bioma.

Crédito de Investimento para Obras Hídricas e Produção para Convivência com o Semiárido (PRONAF Semiárido) – Trata-se de investimento em projetos de convivência com o semiárido, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários.

Crédito de Investimento para Mulheres (PRONAF Mulher) – Linha de crédito dirigida às mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no PRONAF, independentemente de sua condição civil. A mesma unidade familiar de produção pode contratar até dois financiamentos ao amparo do PRONAF Mulher.

Crédito de Investimento para Jovens (PRONAF Jovem) – Refere-se à linha de investimento para jovens agricultores e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para

instituições de ensino, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencha os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Crédito de Investimento para Agroecologia (PRONAF Agroecologia) – Financiamento dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento. É destinado à modalidade PRONAF Agricultores Familiares (Comum).

Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (PRONAF ECO) – Destina-se a investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura, adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo. É destinado à modalidade PRONAF Agricultores Familiares (Comum).

Crédito de Investimento para Produção de Alimentos (PRONAF Mais Alimentos) – Destinado a agricultores familiares enquadrados no PRONAF, para o financiamento das seguintes atividades: açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo e trigo e para fruticultura, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura. Os agricultores devem comprovar que, no mínimo, 70% da renda da unidade familiar é proveniente dessas atividades.

É importante observar que as regras para o PRONAF são as definidas nos Planos Safra. O Plano Safra 2012/2013 disponibilizou crédito da ordem de R\$ 18 bilhões, valor 12,5% maior do que os R\$ 16 bilhões disponibilizados no Plano Safra 2011/2012.

As contratações realizadas pelo BNB no PRONAF, por intermédio dos recursos do FNE, no primeiro semestre de 2012, totalizaram R\$ 707,7 milhões. Foram beneficiadas 572.577 pessoas no primeiro semestre de 2012, representando 95,1% do total de beneficiários do FNE e 97,0% do Setor Rural. Considera-se como beneficiário do PRONAF o agricultor tomador do empréstimo e sua família, estimando-se, em média, três pessoas por família. O valor financiado pelo FNE no PRONAF totalizou 18,2% dos recursos investidos pelo FNE (R\$ 3,9 bilhões) no primeiro semestre de 2012 (Tabela 2, 10 e 31). Em relação ao mesmo período de 2011, as contratações do PRONAF pelo FNE tiveram incremento de 18,7% nos valores contratados.

Tabela 10 – FNE – Contratações⁽¹⁾ no Pronaf – Primeiro Semestre de 2012

Valores em R\$ Mil

Grupo / Linha	Nº de Beneficiários	%	Valor	%
PRONAF Grupo "A"	5.517	1,0%	34.590	4,9%
PRONAF Grupo "B"	465.396	81,3%	374.260	52,9%
PRONAF Grupo "C"	1.959	0,3%	1.985	0,3%
PRONAF Grupo A/C	2.331	0,4%	3.095	0,4%
PRONAF Mulher	837	0,1%	3.066	0,4%
PRONAF Semiárido	6.681	1,2%	22.361	3,2%
PRONAF - Agricultor Familiar (Comum)	18.723	3,3%	62.819	8,9%
PRONAF - Mais Alimentos	13.740	2,4%	112.207	15,9%
PRONAF Floresta	249	0,0%	1.164	0,2%
PRONAF Jovem	102	0,0%	314	0,0%
PRONAF- Seca-2012-Demais Grupos	15.312	2,7%	56.828	8,0%
PRONAF-Seca-2012- Grupo B	41.628	7,3%	34.253	4,8%
PRONAF - Outros	102	0,0%	740	0,1%
Total	572.577	100	707.682	100

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que se refere ao volume de recursos contratado nos grupos do PRONAF, observa-se que o Grupo B tem a maior participação (57,7%), contratando R\$ 408,5 milhões e beneficiando 507.024 pessoas, ou 88,6% dos beneficiários do Programa (572.577 pessoas).

O Grupo Pronaf-Comum contratou 8,9% dos recursos do FNE destinados ao PRONAF, beneficiando 18.723 pessoas. Em seguida, aparece o Grupo A, representando 4,9% das contratações (R\$ 34,6 milhões) e 1,0% dos beneficiários (5.517 pessoas).

Os três grupos acima referidos receberam 71,5% dos recursos do FNE destinados ao PRONAF, valor levemente inferior ao peso observado no mesmo período do ano anterior (72,9%). Os valores contratados e os beneficiários pertencentes aos demais grupos estão detalhados na Tabela 10.

No primeiro semestre de 2012, o Banco aplicou R\$ 475,9 milhões, correspondentes a 16,9% do montante de recursos do FNE transferidos pela União ao Banco (R\$ 2,8 bilhões) em cumprimento ao Art. 7º, da Lei nº 9.126/95, que estabelece a destinação de 10% dessa fonte para aplicação no Pronaf Grupo A, Grupo A/C, Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco,

Pronaf Semiárido, demais programas Pronaf aplicados na região semiárida, bem como valores correspondentes a obras de recuperação e proteção do solo, pagamento de assistência técnica e remuneração da mão de obra para implantação das atividades⁸.

No primeiro semestre de 2012 o BNB implementou diversas ações, objetivando o aperfeiçoamento operacional do Pronaf e a ampliação do atendimento de clientes, dentre as quais se destacam:

- ⇒ Realização, em parceria com a Área de Gerenciamento Estratégico, de Pesquisa de Satisfação de clientes do PRONAF;
- ⇒ Implantação e automação do Proagro Mais Investimento, para permitir o amparo do PROAGRO MAIS também para as parcelas de investimento, quando da contratação das operações de custeio;
- ⇒ Implantação de sistemática de monitoração à distância para o PRONAF, que consiste no acompanhamento de um conjunto de variáveis relacionadas à contratação de operações e carteira de crédito;
- ⇒ Formalização de parceria com o Governo da Bahia para capacitação e prestação de assistência técnica a jovens no meio rural, que serão atendidos pelo Pronaf-Jovem e para prestação de assistência técnica a agricultores familiares;
- ⇒ Formalização de parceria com o MDA para capacitação de 4.310 jovens, os quais serão atendidos pelo Pronaf-Jovem. Desses jovens, 1.000 serão capacitados pelo Banco do Nordeste;
- ⇒ Implantação de programas de financiamento e de renegociação de operações para os produtores atingidos pela estiagem 2012, com ampla divulgação nos municípios afetados, através das emissoras de rádio e carro de som;
- ⇒ Elaboração, em parceria com a Área de Cadastro, Análise e Acompanhamento de Operações de Crédito, de orçamentos dos principais itens de investimento, inclusive aquisição de animais, constantes das propostas de crédito do Pronaf, consideradas as mesorregiões de atuação do Banco para compor lista de valores máximos a financiar em operações de investimentos do PRONAF;
- ⇒ Realização em todos os estados de encontros de planejamento com os Gerentes de Negócios do PRONAF;
- ⇒ Capacitação em crédito rural de 69 Gerentes de Negócios do PRONAF;
- ⇒ Implantação de abertura de contas correntes para todos os Clientes do PRONAF para fomentar a inclusão bancária e a movimentação financeira dos desembolsos e reembolsos das operações de crédito;
- ⇒ Implantação do analisador Pronaf para o Programa Pronaf Estiagem 2012, que consiste em ferramenta de verificação de conformidade das

⁸ Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

propostas apresentadas com base em indicadores técnicos previamente estabelecidos, para conferir padrão de qualidade;

- ⇒ Lançamento do novo guia de gestão 2012 que consiste num conjunto de instruções e instrumentos destinados ao gerenciamento das carteiras de crédito do PRONAF;
- ⇒ Integração dos sistemas do Banco com o do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para automação de consulta à existência e validade de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), por ocasião da contratação de operação Pronaf.
- ⇒ Realização de encontro com as Unidades Técnicas Estaduais (UTE) e representantes do MDA para planejamento de ações ligadas ao Programa Nacional de Crédito Fundiário.
- ⇒ Elaboração de Caderno de Indicadores Técnicos para parametrização desses dados na região de atuação do Banco, de uso obrigatório pelas agências.
- ⇒ Parametrização de valores máximos admitidos pelo Banco para os principais itens de investimento.
- ⇒ Criação de banco de orçamentos para os principais itens de investimento.

Além dessas, diversas outras ações foram implementadas em anos anteriores, com objetivos de qualificação do crédito, controle do processo operacional, instrumentos mitigadores de risco e outros que visam à melhoria da adimplência. Mencionados instrumentos continuam sendo operacionalizados, razão pela qual são mensurados no presente relatório.

- ⇒ Oferta de Custeio Rotativo, que se trata de modalidade de crédito, em que o cliente ao pagar em dia suas obrigações e caso não deseje alterar as características do financiamento, possa renovar o valor do seu crédito de forma automática e desburocratizada;
- ⇒ A criação de Ponto de Atendimento Centralizado do Pronaf nas capitais dos estados, para atendimento exclusivo e especializado aos agricultores familiares do Pronaf e Agroamigo;
- ⇒ Criação das Centrais de Retaguarda Operacionais (CRO) que realizam a análise das propostas de crédito, quanto à sua conformidade, assegurando que as exigências e documentos legais estão sendo atendidos, promovendo o enquadramento da operação e propiciando padronização do processo operacional de contratação dos financiamentos;
- ⇒ Disponibilização de ferramenta de elaboração dos projetos de custeio agrícolas para as empresas elaboradoras de projetos, que está interligada a um grande banco de dados, o qual contém 2.188 orçamentos-padrão de implantação de culturas, por estado e mesorregião, considerando três níveis tecnológicos (baixo, médio e alto), possibilitando assim, que os financiamentos de custeio não sejam superdimensionados no seu valor;

- ⇒ Criação, pelo Governo Federal, do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), visando assegurar a remuneração dos custos de produção aos agricultores familiares financiados pelo Pronaf, que abrange, atualmente, 44 produtos. Com isso, o Governo busca reduzir um das principais causas de inadimplência: o aviltamento dos preços dos produtos comercializados pela agricultura familiar, que pela necessidade de receita imediata, vende seus produtos em período concentrado, promovendo a diminuição do preço em função de lei da oferta e da procura;
- ⇒ Criação, pelo Governo Federal, do programa Proagro Mais Investimento, que garante o pagamento de suas parcelas, no caso da incidência comprovada de intempéries climáticas que reconhecidamente causam impacto na produção. Este instrumento foi criado no Plano-Safra 2010/2011, portanto, o seu impacto na redução da inadimplência ocorrerá em médio prazo, sendo muito importante para a Região, tendo em vista que a carteira de crédito do Pronaf do Banco do Nordeste é formada por mais de 95% de operações de investimento;
- ⇒ Realização, pelo Agente de Desenvolvimento, de diversas ações que se destinam a qualificar o crédito, iniciativas estas que são denominadas de “ações complementares ao crédito”, tendo em vista que, via de regra, não ocorre financiamento de recursos e sim articulações interinstitucionais, quais sejam: realização de dias de campo, palestras sobre o Banco e as linhas de financiamento, palestras técnicas sobre processos produtivos, articulações visando constituir parcerias para comercialização da produção advinda da agricultura familiar, negociação com empresas-âncora para acordos de comercialização, etc.;
- ⇒ Distribuição, anualmente, para os produtores rurais, inclusive agricultores familiares, da Agenda do Produtor Rural, que tem como objetivo principal permitir aos mesmos a realização do planejamento e acompanhamento financeiro de suas atividades, bem como contém diversas orientações de natureza técnica para o manuseio do rebanho e o plantio das principais culturas exploradas no Nordeste;
- ⇒ Adoção de estratégia gerencial de acompanhamento e mensuração dos resultados das Superintendências e Agências, através do Plano de Ação, em que são repassadas as diretrizes, as orientações empresariais, as metas e os indicadores de mensuração dos resultados. No caso específico do Pronaf, as variáveis que fazem parte do programa de Ação são as metas de contratação e a qualidade do ativo, que está intimamente relacionado à adimplência da carteira;
- ⇒ Realização de encontro com todos os Gerentes de Negócios Pronaf, pelas Superintendências Estaduais, juntamente com a Área de Agricultura Familiar, com o objetivo principal de discutir a performance do estado em relação ao cumprimento da meta de contratação e de adimplência, ocasião em que é montado, pela Superintendência

Estadual, um plano de ação visando à melhoria dos indicadores de performance do estado;

- ⇒ Criação de 270 carteiras de clientes da Agricultura Familiar nas agências, administradas por um Gerente de Negócios Pronaf, de sorte que todos os agricultores familiares financiados pelo Banco estejam encarteirados, sendo disponibilizados para as agências pelo Ambiente do Pronaf, relatórios contendo diversos indicadores de acompanhamento dos resultados por carteira de clientes.

Agroamigo

Em 2004, o Banco do Nordeste iniciou a implantação do Agroamigo, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC), através de um projeto-piloto em duas agências, com dois assessores em cada uma.

A partir dessa experiência, nos anos de 2005 e 2006, o Agroamigo foi ampliado para todas as agências do Banco do Nordeste, constituindo-se em um programa de microcrédito rural que visa à concessão de financiamento para agricultores familiares classificados no PRONAF Grupo "B", utilizando metodologia própria de atendimento, cujos principais objetivos são:

- Orientação para o crédito e acompanhamento;
- Maior agilidade no processo de concessão do crédito;
- Expansão de atendimento aos agricultores familiares; e
- Maior proximidade com os clientes da área rural através do atendimento ao agricultor na sua própria comunidade pelo assessor de microcrédito.

Em relação ao programa PRONAF B tradicional, o Agroamigo apresenta as seguintes inovações operacionais:

- Atendimento ao cliente por profissional especializado, o assessor de microcrédito rural;
- Uso de metodologia adequada para as atividades de microcrédito rural;
- Promoção e atendimento no local;
- Acompanhamento sistemático;
- Identificação das necessidades financeiras do cliente; e
- Orientação para transformar a agricultura de subsistência em agricultura sustentável.

O assessor de microcrédito rural do Agroamigo presta orientação para o crédito e faz o seu acompanhamento. Em geral, o Assessor tem origens na área de sua atuação, o que traz como vantagens conhecer as potencialidades

econômicas locais, comprometimento com o desenvolvimento local, além de inspirar confiança na comunidade.

Assim, o Agroamigo tem como objetivo geral qualificar o atendimento aos agricultores familiares do Grupo B do PRONAF mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado. Nesse Programa, o Banco conta com a parceria do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

O Agroamigo estava presente, em junho de 2012, em 160 agências, assistindo 1.945 municípios por intermédio de 737 assessores de microcrédito, todos funcionários do Instituto Nordeste Cidadania (INEC), parceiro na operacionalização do Programa (Gráfico 2).

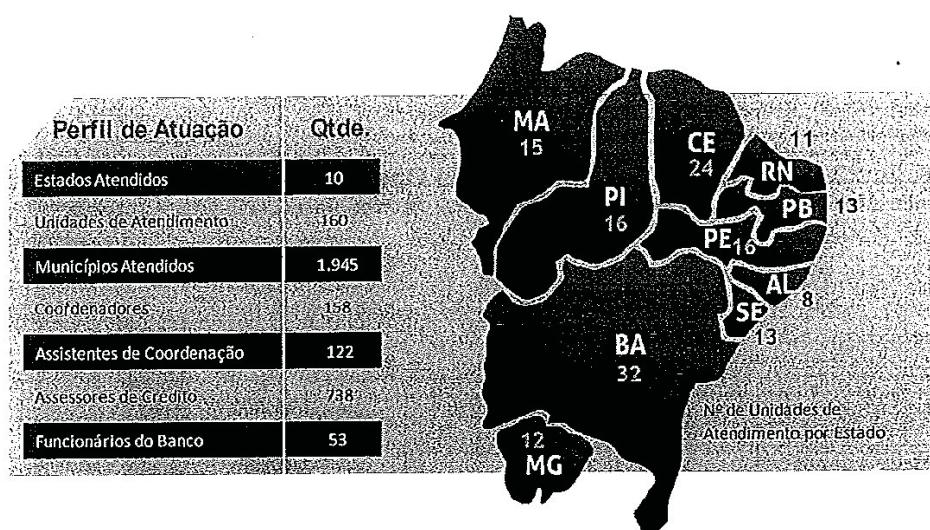


Gráfico 2 – Agroamigo – Unidades de Atendimento

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do PRONAF e Programas de Crédito Fundiário.

A concessão de crédito orientado, de forma gradativa e sequencial, possibilita a educação financeira e o fortalecimento econômico do cliente. Aliado a isto, foram simplificados os processos, objetivando promover uma maior velocidade na aprovação e liberação dos créditos, sem perder de vista os riscos inerentes à concessão de um financiamento.

No primeiro semestre de 2012, foram contratadas 168.876 operações, totalizando R\$ 408,3 milhões (Gráficos 3 e 4). Desse montante contratado, 13.876 operações, no valor de 34,2 milhões, são operações da linha especial do Pronaf, destinada a amenizar os efeitos da seca de 2012.

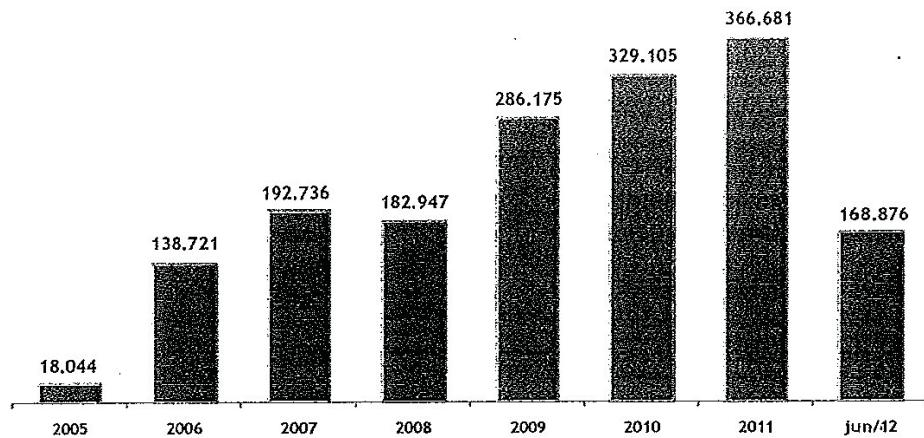


Gráfico 3 – Agroamigo – Quantidade de Operações Contratadas por Ano
Fonte: Ambiente de Gerenciamento do PRONAF e de Programas de Crédito Fundiário.

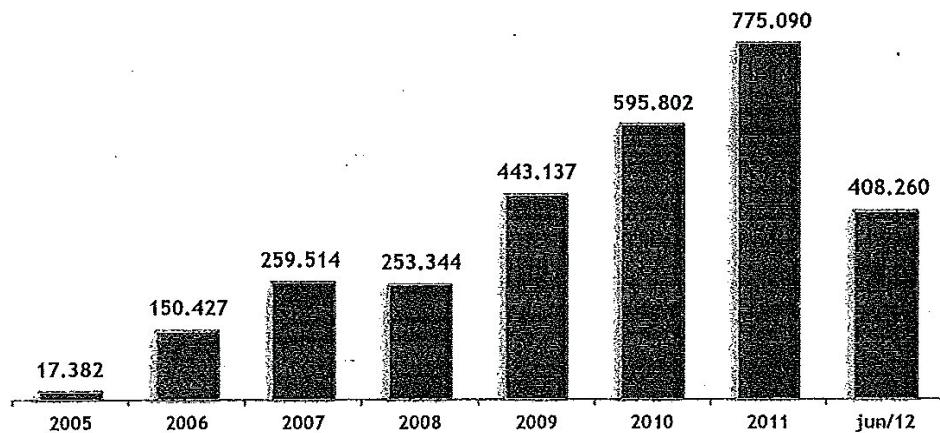


Gráfico 4 – Agroamigo - Valores Contratados por Ano (R\$ Mil)
Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

O Agroamigo contava, no Primeiro Semestre de 2012, com 755.761 clientes ativos, com uma carteira ativa de R\$ 1,2 bilhão (Gráficos 5 e 6).

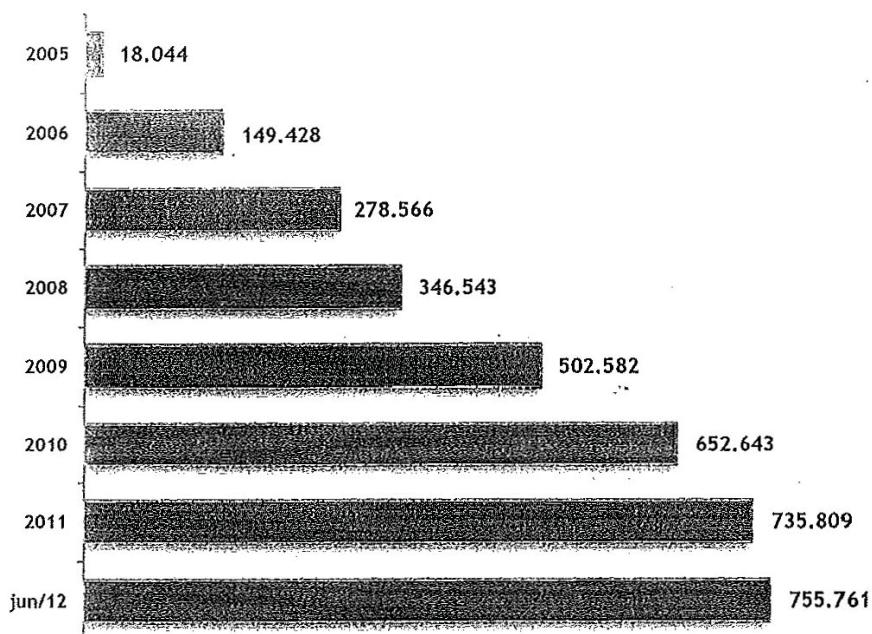


Gráfico 5 – Agroamigo – Número de Clientes Ativos

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

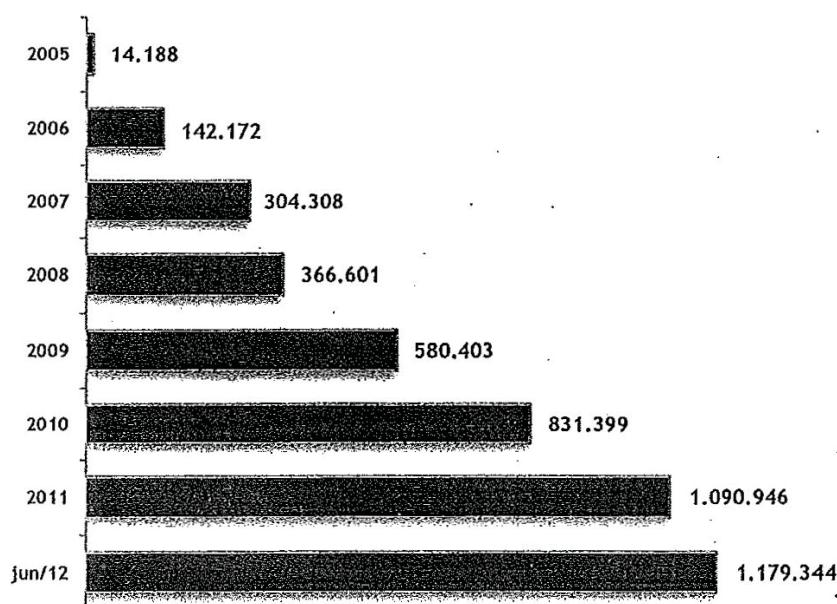


Gráfico 6 – Agroamigo – Carteira Ativa (R\$ Mil)

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

Quanto à distribuição dos recursos por atividade econômica, no volume acumulado até junho de 2012, a pecuária concentra 81,0% dos recursos do Agroamigo, seguido de agricultura (11%), serviços (6%) e extrativismo (2%) (Gráfico 7).

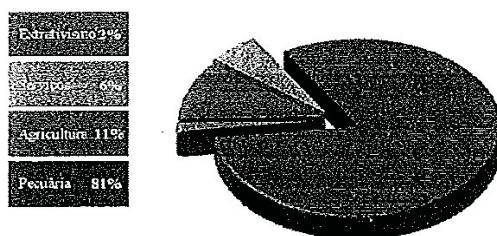


Gráfico 7 – Agroamigo – Distribuição por Setor – 2005 a Junho de 2012

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do PRONAF e Programas de Crédito Fundiário.

Esse fato pode ser explicado pela própria estrutura econômica da região, bastante influenciada pela pecuária, em particular a bovinocultura. Quando se analisa o volume de recursos destinados à pecuária, verifica-se que 60% foram para bovinocultura. Contudo, há um estímulo à diversificação da carteira. Outras atividades contempladas são a suinocultura (11%), a ovinocultura (10%), a avicultura (7%) e a caprinocultura (6%) (Gráfico 8) .

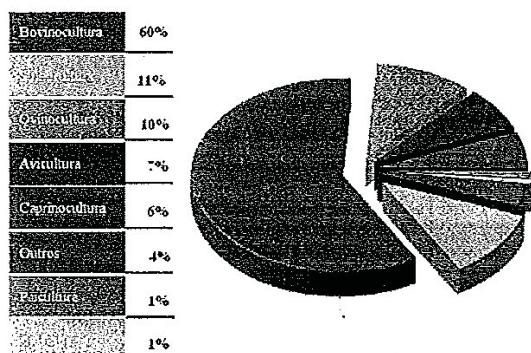
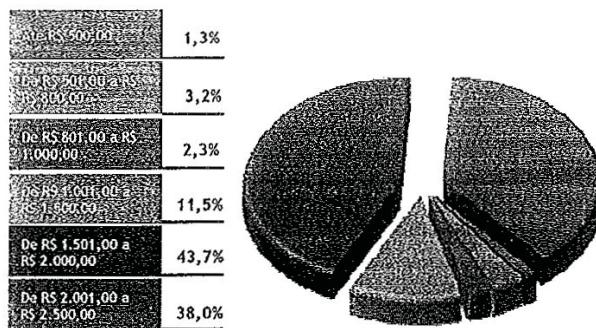


Gráfico 8 – Agroamigo – Distribuição por Atividade - Pecuária

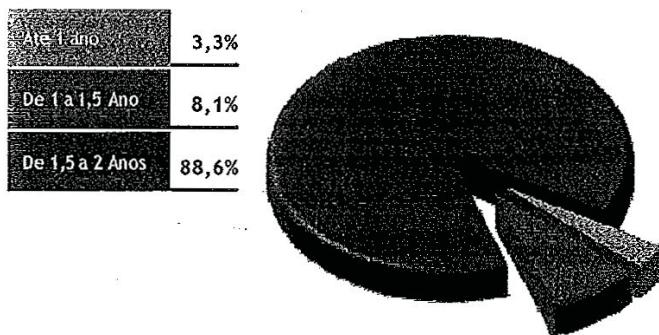
Fonte: Ambiente de Gerenciamento do PRONAF e Programas de Crédito Fundiário.

Quanto aos valores financiados pelos clientes do Agroamigo, a estratégia é a concessão de crédito gradual e sequencial, destacando-se que o maior percentual situa-se entre os valores de R\$ 1,5 mil e R\$ 2,0 mil, que representa 43% das operações contratadas. Em relação à faixa de R\$ 2,0 mil a R\$ 2,5 mil, alcança 38,0% do total das operações, conforme Gráfico 9.

**Gráfico 9 – Distribuição por Faixa de Valor Financiado**

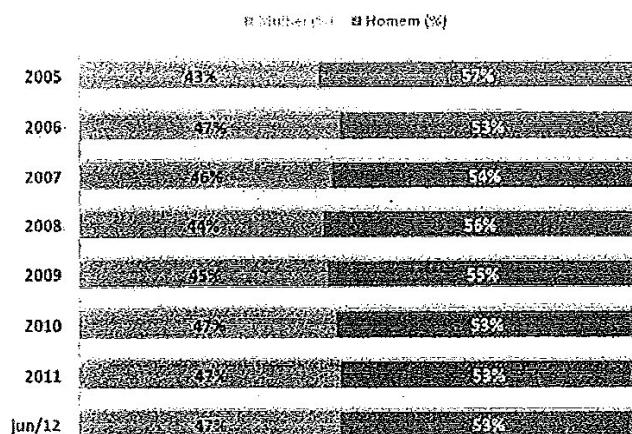
Fonte: Ambiente de Gerenciamento do PRONAF e Programas de Crédito Fundiário.

No que tange ao prazo de financiamento, 88,6% possui prazo entre 1,5 a 2 anos (Gráfico 10).

**Gráfico 10 – Distribuição por Prazo Médio**

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do PRONAF e Programas de Crédito Fundiário.

Outra estratégia do Agroamigo é a política de inserção econômica do gênero. Assim, em 2005, quando o Programa foi criado, o número de mulheres com financiamentos em relação à carteira ativa representava 43% e hoje elas já somam 47% (Gráfico 11). Isto representa, no primeiro semestre de 2012, aproximadamente 353.667 mulheres desenvolvendo atividades produtivas.

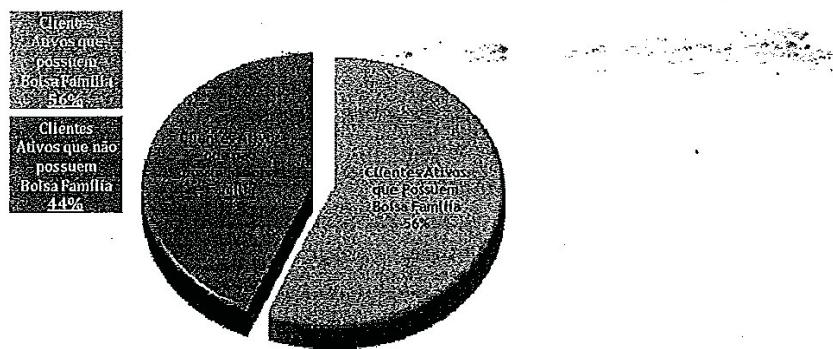
**Gráfico 11 – Distribuição da Carteira por Gênero**

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do PRONAF e Programas de Crédito Fundiário.

No âmbito do Programa Brasil sem Miséria, lançado pelo Governo Federal, o Banco do Nordeste tem atuado, por meio do Agroamigo, proporcionando atendimento aos beneficiários dos programas abaixo citados e de ações integradas com os mesmos, com o objetivo de contribuir para assegurar possibilidades de inclusão produtiva e social, bem como se constituindo em uma oportunidade de crescimento e de diminuição da dependência em relação aos programas sociais do Governo:

- ⇒ Programa Bolsa Família, operacionalizado pelo MDS; e
- ⇒ Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, operacionalizado pelo MDA.

Nessa perspectiva, em junho/2012, aproximadamente 424.981 clientes do Agroamigo eram também beneficiados pelo programa Bolsa Família, o que representa 56,3% da carteira ativa de clientes (Gráfico 12).

**Gráfico 12 – Clientes Agroamigo Beneficiários do Bolsa Família**

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do PRONAF e Programas de Crédito Fundiário.

Com vistas ao aperfeiçoamento administrativo e fortalecimento institucional, destacam-se a seguir as principais ações no âmbito do Agroamigo, no primeiro semestre de 2012:

- ⇒ Realização de Seminário Internacional de Microfinanças, com a participação de cerca de 350 pessoas;
- ⇒ Realização de pesquisa de impacto socioeconômico do Agroamigo nas economias locais, na área de atuação do Banco do Nordeste, realizada pela Universidade de São Paulo – USP, divulgada por meio do lançamento do livro “Cinco anos de Agroamigo: retrato do público e efeitos do Programa” de autoria de Ricardo Abramovay;
- ⇒ Distribuição de cartões de saque para clientes do Agroamigo, como ação para a inclusão bancária;
- ⇒ Realização de eventos nos municípios da área de atuação do Banco do Nordeste para a fidelização da clientela abordando temas como o dia internacional da mulher e dia das mães, efetivação das ações emergenciais contra a estiagem e regularização de dívidas;
- ⇒ Implantação de Projeto-Piloto para a expansão da aplicação da metodologia do Agroamigo para financiamento de operações PRONAF de valor até R\$ 15.000,00 para os demais grupos do PRONAF;
- ⇒ Alteração do Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil (MCR-10-1-48) para permitir a realização de operações de crédito de qualquer modalidade, grupo ou linha de crédito do PRONAF por intermédio de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) ou de cooperativas singulares de crédito, mediante mandato, desde que obedecida a metodologia do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), condição necessária para a expansão da metodologia do Agroamigo;
- ⇒ Elaboração e lançamento do relatório do Agroamigo 2011;
- ⇒ Realização do Fórum de Gestão com os Gerentes de Microfinanças Estaduais do Agroamigo;
- ⇒ Consolidação da monitoração à distância.

O Banco do Nordeste, em conjunto com o Governo Federal, idealizou, em 2011, a expansão do Agroamigo, passando este a atender, além dos agricultores familiares do Grupo B, os demais grupos de Pronaf por meio da metodologia de microcrédito rural orientado e acompanhado, desenvolvida pelo Banco, em propostas de valor até R\$ 15 mil, para operacionalização a partir de 2012, considerando os seguintes aspectos:

- Elevar a qualidade das propostas e planos simplificados de financiamentos PRONAF;
- Permitir elevação da quantidade de financiamentos de custeio;
- Dar maior agilidade no processo de concessão do crédito;
- Permitir acompanhamento sistemático aos empreendimentos financiados;
- Expandir o atendimento à agricultura familiar, com melhoria qualitativa.
- Elevação da adimplência da carteira;

- Proporcionar elevação da renda e melhoria da qualidade de vida dos(as) agricultores(as) familiares e de suas famílias.

3.1.2 – Setor Agroindustrial

De acordo com a programação do FNE para 2012, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (AGRIN) tem por objetivo promover o desenvolvimento do segmento agroindustrial por meio da expansão, diversificação e aumento de competitividade das empresas, contribuindo para agregar valor às matérias-primas locais, tendo como finalidade financeirar a implantação, a expansão, a modernização, a reforma e a relocalização de empreendimentos agroindustriais. Vale ressaltar que não apenas o setor Agroindustrial, mas também os setores Industrial, Turismo e Comércio e Serviços contam com o apoio do programa FNE Micro e Pequenas Empresas – Programa de Financiamento às MPE'S, que visa fomentar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas.

O Setor Agroindustrial aplicou, no decorrer do primeiro semestre de 2012, R\$ 45,1 milhões, o que representou 1,2% do volume contratado pelo FNE no período (Tabela 11). Considerando o volume de recursos contratados pelo Setor no mesmo período de 2011, no valor de R\$ 103,0 milhões, observa-se uma redução de 56,2% entre os dois períodos.

Dentre as atividades agroindustriais financiadas, a de processamento e beneficiamento de cana-de-açúcar foi responsável pelo maior volume de recursos, tendo sido contratados, nesta atividade, R\$ 10,1 milhões, representando 22,4% das contratações no Setor. Esta atividade, juntamente com a indústria de laticínios (R\$ 9,7 milhões), a atividade de abate e preparo de produtos de carnes, aves e pescado (R\$ 7,3 milhões) e a atividade de processamento e beneficiamento de frutas e hortaliças (R\$ 7,3 milhões) foram responsáveis por 76,3% das contratações do Setor (Tabela 11).

Tabela 11 – FNE – Contratações⁽¹⁾ no Setor Agroindustrial – Primeiro Semestre de 2012
Valores em R\$ Mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
Abate e Prep. Prod. Carne, Aves e Pescado	7.340	16,3	0,2
Laticínios	9.670	21,5	0,3
Proces. Benef. Óleos e Gorduras Vegetais e Animais	695	1,5	0,0
Benef. Fibras	589	1,3	0,0
Proces. Benef. Castanha de Caju	2.210	4,9	0,1
Proces. Benef. Cana-de-Açúcar	10.068	22,4	0,3
Ind. Prod. Alimentícios	1.350	3,0	0,0
Ind. Combust. Nucleares, Refino Petróleo e Álcool	1.605	3,6	0,0
Proces. Benef. Frutas e Hortaliças	7.266	16,1	0,2
Outras Atividades ⁽²⁾	4.226	9,4	0,1

Total	45.019	100,0	12
-------	--------	-------	----

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades referem-se a processamento e beneficiamento do mel de abelha, de castanha de caju, grãos, indústria de produtos de limpeza, perfumaria, cosméticos, Indústria de produtos químicos, comércio varejista, fruticultura, indústria moagem e beneficiamento, indústria da transformação, apicultura, rafzes e tubérculos, intermediação financeira e serv. aux. de agropecuária, extrativismo e silvicultura.

O Setor Agroindustrial contratou, na região do semiárido nordestino, o montante de R\$ 14,8 milhões, representando cerca de 32,9% das contratações realizadas por esse segmento e 0,9% do total contratado na região semiárida. (Tabelas 1.A e 2.A).

No que se refere à quantidade de beneficiários, o Setor Agroindustrial beneficiou 118 empreendimentos, sendo 90 de mini / micro, pequeno e pequeno-médio porte, abrangendo 76,3% das agroindústrias financiadas (Tabela 31).

Para tais empreendimentos, o Setor Agroindustrial destinou R\$ 10,8 milhões, perfazendo 23,9% do total das contratações do Setor, no primeiro semestre de 2012. Para os grandes empreendimentos foram destinados R\$ 19,7 milhões, totalizando 43,8% das contratações do Setor (Tabela 32).

Os contratos realizados com recursos do FNE no Setor Agroindustrial beneficiaram todos os estados da área de atuação do BNB, num total de 72 municípios, que representam 3,6% dos municípios da área de atuação do Fundo (Tabela 40). O estado de Pernambuco foi responsável pela maior parte do volume de recursos contratados, com quase R\$ 12,0 milhões, o que representa 26,6% do total de recursos destinados ao Setor, seguido por Piauí, R\$ 8,0 milhões (17,9%), Sergipe R\$ 5,3 milhões (11,7%) e Rio Grande do Norte com R\$ 5,0 milhões (11,0%), neste primeiro semestre de 2012 (Tabela 12).

Tabela 12 – FNE - Setor Agroindustrial – Contratações⁽¹⁾ Estaduais – Primeiro Semestre de 2012

Estado	Valor	Valores em R\$ Mil	
		%	
Alagoas	4.232	9,4	
Bahia	3.303	7,3	
Ceará	4.180	9,3	
Espírito Santo	723	1,6	
Maranhão	542	1,2	
Minas Gerais	1.779	4,0	
Pernambuco	11.978	26,6	
Piauí	8.047	17,9	

Rio Grande do Norte	4.970	11,0
Sergipe	5.265	11,7
Total	45.019	100,0

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Os estados de Pernambuco e Piauí foram os que apresentaram os maiores incrementos no volume de recursos em relação ao primeiro semestre de 2011. O estado de Pernambuco que, no primeiro semestre de 2011 aplicou R\$ 838 mil, elevou suas aplicações para R\$ 12,0 milhões no mesmo período de 2012. No caso do Piauí, as aplicações aumentaram de R\$ 840 mil, no primeiro semestre de 2011, para R\$ 8,0 milhões no mesmo período de 2012. A maior parte do incremento em Pernambuco se deveu ao financiamento de cana-de-açúcar e no Piauí, ao financiamento da atividade de abate e preparo de produtos de carnes, aves e pescado.

3.1.3 – Setor Industrial

O FNE Setor Industrial é composto pelo programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL), que tem por objetivo fomentar o desenvolvimento do Setor Industrial, promovendo a modernização, o aumento da competitividade, a ampliação da capacidade produtiva e a inserção internacional (BNB, 2011).

Vale ressaltar que também contribuem com as contratações desse Setor os seguintes programas especiais: Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE), Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-INDÚSTRIA), Programa de Financiamento à Inovação (INOVAÇÃO) e Programa FNE Empreendedor Individual (FNE EI).

No período referente ao primeiro semestre de 2012, o FNE Setor Industrial contratou cerca de R\$ 584,8 milhões, correspondendo a 15,0% das contratações totais do FNE no período (Tabela 13), representando redução no volume de aplicações de 25,9% em relação ao mesmo período de 2011.

As contratações com bens de consumo intermediários destacaram-se totalizando R\$ 413,6 milhões, ou seja, participação de 70,7% nas contratações do Setor e de 10,6% no total contratado no âmbito do FNE. A atividade com o maior volume de recursos contratados foi a de extração de minerais metálicos (R\$ 242,5 milhões), seguida da de minerais não metálicos (R\$ 143,7 milhões).

Tabela 13 – FNE – Contratações⁽¹⁾ no Setor Industrial – Primeiro Semestre de 2012

Valores em R\$ Mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEIS	144.229	24,7	3,7
Calçados	26.554	4,5	0,7
Produtos Alimentícios	27.444	4,7	0,7
Têxteis	8.339	1,4	0,2
Gráfica	17.742	3,0	0,5
Cosméticos	3.622	0,6	0,1
Celulose e Papel	1.886	0,3	0,1
Bebidas	378	0,1	0,0
Eletroeletrônica	29.553	5,1	0,8
Vestuários e Acessórios	14.429	2,5	0,4
Ind. Prod. Farmaceuticos e Defensivos Agrícolas	1.104	0,2	0,0
Outras Atividades ⁽²⁾	13.178	2,3	0,3
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	413.571	70,7	10,6
Indústria Siderúrgica	699	0,1	0,0
Produtos Químicos	985	0,2	0,0
Produtos Plásticos	4.666	0,8	0,1
Tintas, Vernizes e Esmaltes	109	0,0	-
Minerais não Metálicos (Incluis Extr. Min. Não-Metal.)	143.711	24,6	3,7
Metal-mecânica	9.653	1,7	0,3
Madeira, exceto Mobiliário	2.084	0,4	0,1
Extração de Minerais Metálicos	242.482	41,5	6,2
Produtos de Borracha	484	0,1	0,0
Resinas e Elastômeros	5.300	0,9	0,1
Outras Atividades ⁽³⁾	3.398	0,6	0,1
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS	25.084	4,3	0,7
Mobiliário	15.563	2,7	0,4
Edifícios e Obras de Eng. Civil	1.547	0,3	0,0
Ind. Adesivos, Selantes, Explosivos, Catalizadores	198	0,0	0,0
Ind. Transportes	2.700	0,5	0,1
Obras de Acabamento	22	-	-
Outros	5.054	0,9	0,1
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - FNE-VERDE	1.872	0,3	0,1
Total	584.756	100,0	15,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras Atividade referem-se a laticínios, proces. benef. óleos e gorduras vegetais e animais e abate e prepar. prod. carne, aves e pescado. (3) Outras Atividades referem-se à ind. combust. nucleares, refino petróleo e álcool e ind. fibras, fios, cabos e filamentos artificiais.

O segmento de bens de consumo não-duráveis obteve participação de 24,7% no total contratado no Setor Industrial, o que representou um volume de recursos de R\$ 144,2 milhões no primeiro semestre de 2012, ou seja, 3,7% das contratações efetivadas no FNE. A atividade de maior destaque nesse segmento foi a Eletroeletrônica (R\$ 29,6 milhões), conforme Tabela 13.

No que se refere às contratações no segmento de bens de capital e de consumo duráveis, registram-se aplicações no valor de R\$ 25,1 milhões no primeiro semestre de 2012, o que corresponde a 4,3% do total contratado no Setor Industrial e 0,7% dos valores contratados no âmbito do FNE (Tabela 13). O Setor Mobiliário, assim como ocorreu no mesmo período de 2011, contratou a maior parte desses recursos, em torno de 62,0% (Tabela 13).

A região semiárida foi beneficiada com R\$ 228,5 milhões dos recursos do FNE Setor Industrial no primeiro semestre de 2012, correspondendo a 39,1% das contratações desse Setor. Registre-se, ainda, que do total de recursos destinados ao semiárido, o FNE Setor Industrial contribuiu com 14,5% (Tabela 1.A). No que se refere às contratações fora do semiárido, o FNE Setor Industrial foi responsável por cerca de R\$ 356,2 milhões, o que representa 60,9% do total contratado nesse Setor e 15,4% do total de recursos destinados à Região fora do semiárido (Tabela 2.A).

O FNE beneficiou 1.286 empreendedores/empresas no Segmento Industrial no primeiro semestre de 2012. Em relação ao porte dos empreendimentos, 93,8% dos beneficiários situaram-se nas categorias mini / micro, pequeno e pequeno-médio portes. (Tabela 31).

Quanto ao volume de recursos nas contratações do Setor, a categoria de beneficiários de grande porte foi responsável pela contratação de 67,0% dos recursos do Setor (R\$ 391,6 milhões).

O FNE Setor Industrial atendeu a todos os estados da área de atuação do Banco, beneficiando 361 municípios no primeiro semestre de 2012, o que representa 18,1% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 40). Os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará receberam a maior parcela dos recursos e, juntos, foram responsáveis por 80,2% das contratações do FNE no Setor Industrial (Tabela 14).

Tabela 14 – FNE – Setor Industrial – Contratações⁽¹⁾ Estaduais – Primeiro Semestre de 2012

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Alagoas	2.859	0,5
Bahia	346.517	59,3
Ceará	49.908	8,5
Espírito Santo	1.680	0,3
Maranhão	30.605	5,2

Minas Gerais	3.747	0,6
Paraíba	18.703	3,2
Pernambuco	72.545	12,4
Piauí	14.763	2,5
Rio Grande do Norte	26.613	4,6
Sergipe	16.816	2,9
Total	584.756	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.4 – Setor Turismo

O Setor Turismo é composto pelo programa de Apoio ao Turismo Regional (FNE PROATUR), com o objetivo de integrar e fortalecer a cadeia produtiva do turismo, ensejando o aumento da oferta de empregos e o aproveitamento das potencialidades turísticas da região, em bases sustentáveis (BNB, 2011). Além do FNE PROATUR, o Setor Turismo conta, ainda, com o programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas (FNE-MPE) e o programa FNE Empreendedor Individual (FNE-EI) (Tabela 2).

O Setor Turismo contratou R\$ 204,3 milhões no período em análise, representando 5,2% das contratações totais do FNE no período (Tabela 15). Ressalte-se que o total contratado nesse segmento cresceu 111,5% em relação ao primeiro semestre de 2011, quando foram contratados R\$ 96,6 milhões. O item hospedagem (hotéis e pousadas) absorveu 95,8% dos recursos desse Setor (R\$ 195,8 milhões), e essa relevante participação pode ser atribuída à característica de capital intensivo da atividade (Tabela 15). Até o fim do primeiro semestre de 2012, foram realizadas 127 operações no Setor Turismo com recursos do FNE (Tabela 31).

Tabela 15 – FNE – Contratações⁽¹⁾ no Setor Turismo – Primeiro Semestre de 2012

Valores em R\$ Mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
TURISMO	204.313	100,0	5,2
Hospedagem	195.830	95,8	5,0
Transportes	5.053	2,5	0,1
Alimentação	2.279	1,1	0,1
Entretenimento	149	0,1	-
Outras Atividades ⁽²⁾	1.002	0,5	0,0
PRESEVAÇÃO AMBIENTAL - FNE-VERDE			
Total	204.313	100,0	5,2

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.
 (2) Artesanato e Transporte Turístico.

A região semiárida foi beneficiada com R\$ 22,7 milhões dos recursos do FNE Setor Turismo no primeiro semestre de 2012, correspondendo a 11,1% das contratações desse Setor. Registre-se, ainda, que do total de recursos destinados ao semiárido, o FNE Setor Turismo contribuiu com 1,4% (Tabela 1.A). No que se refere às contratações fora do semiárido, o FNE Setor Turismo foi responsável por cerca de R\$ 181,6 milhões, o que representa 88,9% do total contratado nesse Setor e 7,8% do total de recursos destinados à Região fora do semiárido (Tabela 2.A).

Em relação ao porte dos empreendimentos, 96,9% dos beneficiários no FNE Setor Turismo situaram-se nas categorias mini / micro, pequeno e pequeno-médio portes. Não houve financiamento para empreendimentos de grande porte (Tabela 31).

Quanto ao volume de recursos nas contratações do Setor, a categoria de beneficiários de médio porte foi responsável pela contratação de 72,7% dos recursos do Setor (R\$ 148,4 milhões), conforme Tabela 32.

O FNE Setor Turismo atendeu a dez dos onze estados da área de atuação do Banco, beneficiando 83 municípios em 2012, o que representa 4,2% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 34). O estado de Pernambuco recebeu a maior parcela dos recursos (71,6%) e, somados à Bahia e ao Ceará, foram responsáveis por 84,9% das contratações do FNE no Setor (Tabela 16).

Tabela 16 – FNE – Setor Turismo – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Primeiro Semestre de 2012

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Alagoas	5.128	2,5
Bahia	14.196	6,9
Ceará	12.886	6,3
Espírito Santo	-	-
Maranhão	10.223	5,0
Minas Gerais	1.392	0,7
Paraíba	8.147	4,0
Pernambuco	146.295	71,6
Piauí	2.192	1,1
Rio Grande do Norte	2.776	1,4
Sergipe	1.078	0,5
Total	204.313	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.5 – Setor Comércio e Serviços

O FNE Setor Comércio e Serviços contratou no primeiro semestre de 2012 cerca de R\$ 993,9 milhões, representando 25,5% do total do FNE (Tabela 17). Em relação ao número de operações, observa-se no período a contratação de 10.073 operações no setor (Tabela 2). A grande demanda por recursos nesse segmento está relacionada com a importância do Setor Serviços na economia do Nordeste, tanto no que se refere à geração de empregos quanto no que diz respeito ao valor adicionado à produção.

Esse resultado é parcial, portanto, a participação do Setor deverá reduzir-se ao longo do segundo semestre de 2012, no sentido de adequação ao limite de 20,0% de aplicação dos recursos do Fundo.

No contexto do setor, as atividades relacionadas ao Setor Comércio obtiveram a significativa participação de 59,4% (R\$ 590,1 milhões), enquanto o segmento de Serviços obteve 40,6%, com R\$ 403,8 milhões dos valores contratados. Observou-se incremento de 0,4% das aplicações no Setor Comércio e decréscimo de 14,9% nos Serviços, em relação ao mesmo período de 2011.

No segmento de Serviços, as principais atividades financiadas foram edifícios e obras de engenharia civil (R\$ 86,4 milhões) e saúde (R\$ 64,1 milhões). Em relação ao Comércio, destaca-se o comércio varejista, com participação de 47,7% dos recursos do setor, totalizando R\$ 474,5 milhões (Tabela 17).

Tabela 17 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comércio e Serviços – Primeiro Semestre de 2012

Atividade	Valor	% Setor	% FNE	Valores em R\$ Mil
COMÉRCIO	590.089	59,4	15,1	
Comércio Varejista	474.500	47,7	12,2	
Comércio Atacadista	86.466	8,7	2,2	
Alimentação	16.394	1,7	0,4	
Intermediários do Comércio	986	0,1	0,0	
Outros	11.743	1,2	0,3	
SERVIÇOS	403.779	40,6	10,4	
Imobiliárias e Aluguéis	19.974	2,0	0,5	
Saúde	64.097	6,5	1,6	
Serv. Auxiliar à Indústria	1.288	0,1	0,0	
Telecomunicações	717	0,1	0,0	
Educação	41.040	4,1	1,1	
Transporte Rodoviário	55.401	5,6	1,4	
Reparação e conservação	10.026	1,0	0,3	

Atividade	Valor	Valores em R\$ Mil	
		% Setor	% FNE
Serviços Pessoais	10.046	1,0	0,3
Edifícios e Obras de Eng. Civil	86.360	8,7	2,2
Entretenimento e Lazer	5.014	0,5	0,1
Informática	568	0,1	0,0
Aluguel Máq. e Equipamentos	27.695	2,8	0,7
Ativ. Aux. Transportes	16.039	1,6	0,4
Serv. Aux. Adm. Empresas	8.423	0,9	0,2
Outros	57.091	5,7	1,5
Total	993.868	100,0	25,5

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na distribuição dos recursos por região climática, o semiárido foi beneficiado com R\$ 406,3 milhões dos recursos do FNE Setor Comércio e Serviços no primeiro semestre de 2012, correspondendo a 40,9% dos valores contratados pelo Setor (Tabela 1A).

Vale ressaltar que na área de abrangência do Banco, as capitais dos estados são as maiores demandantes de recursos deste Setor, e estão situadas fora do semiárido, podendo justificar a diferença percentual entre as duas regiões.

Em relação ao porte dos empreendimentos beneficiados (Tabela 31), o FNE Setor Comércio e Serviços destinou 68,8% das contratações, ou seja, R\$ 683,4 milhões, para empreendimentos de mini / micro, pequeno e pequeno-médio portes. Esse resultado sinaliza o esforço do BNB em priorizar os clientes de menor porte.

Tradicionalmente, o Setor de Comércio no Nordeste brasileiro é marcado pelos empreendimentos de menor porte, daí a importância de financiamento ao Setor como medida para reduzir a concentração de recursos, dinamizando a economia, principalmente em pequenos municípios.

Em relação à distribuição espacial, o FNE Setor Comércio e Serviços esteve presente em todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco. As unidades federativas que obtiveram maior volume de contratações foram: Pernambuco, 18,7% (R\$ 186,2 milhões) e Maranhão, 15,0% (R\$ 148,7 milhões), seguidos de Bahia 13,7% (R\$ 136,2 milhões) e Rio Grande do Norte 11,1% (R\$ 109,8 milhões). Juntos, estes estados participaram com 58,5% do total dos valores contratados (Tabela 18).

Tabela 18 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Estado nos Setores Comércio e Serviços – Primeiro Semestre de 2012

Estado	Valor	%	Valores em R\$ Mil
Alagoas	37.089	3,7	
Bahia	136.248	13,7	
Ceará	107.954	10,9	
Espírito Santo	11.024	1,1	
Maranhão	148.701	15,0	
Minas Gerais	38.656	3,9	
Paraíba	86.253	8,7	
Pernambuco	186.176	18,7	
Piauí	75.955	7,6	
Rio Grande do Norte	109.796	11,1	
Sergipe	56.016	5,6	
Total	993.868	100,0	

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Vale ressaltar que dois estados tiveram expressivos crescimentos nos valores contratados, em relação ao mesmo período de 2011; Pernambuco (98,7%) e Rio Grande do Norte (79,5%). Em relação aos municípios atendidos, o FNE Setor Comércio e Serviços esteve presente em todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco e em 1.130 municípios, representando 56,8% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 34).

3.2 – Valores Programados e Valores Realizados

No primeiro semestre de 2012, foram contratados aproximadamente R\$ 3,9 bilhões no âmbito do FNE, o que corresponde a 33,9% do montante projetado para o exercício deste ano (Tabela 19). Referido valor, representa, ainda, 35,1% do volume total de recursos contratados pelo FNE no ano anterior, da ordem de R\$ 11,1 bilhões.

De outra forma, verifica-se que em igual período do exercício anterior, o percentual de realização do primeiro semestre foi de 42,4%, considerando-se o total contratado em 2011.

Por unidade da federação, a média de contratação, neste primeiro semestre de 2012, é de 34,4% da programação para o mesmo exercício. Observa-se que o Piauí, neste primeiro semestre de 2012, já realizou 70,0% da sua programação, seguido do Maranhão e de Sergipe, com 47,4% e 42,2%, respectivamente, da programação para estes estados para o exercício de

2012. Os estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Alagoas apresentaram as menores relações, respectivamente, 17,8%, 20,3% e 20,6%.

Tabela 19 – FNE – Valores Programados e Realizados por Estado – Primeiro Semestre de 2012

UF	Programação (A)	Contratações (1) (B)	Valores em R\$ Mil	
			% B/A	
Alagoas	550.000	113.405	20,6%	
Bahia	2.715.000	971.669	35,8%	
Ceará	1.710.000	303.538	17,8%	
Espírito Santo	150.000	38.351	25,6%	
Maranhão	1.150.000	545.233	47,4%	
Minas Gerais	600.000	208.427	34,7%	
Paraíba	600.000	183.498	30,6%	
Pernambuco	1.710.000	575.446	33,7%	
Piauí	730.000	511.170	70,0%	
Rio Grande do Norte	1.035.000	210.101	20,3%	
Sergipe	550.000	232.329	42,2%	
Total	11.500.000	3.893.167	33,9%	

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Para o segundo semestre de 2012, a expectativa é de aumento no volume de contratações, devido aos esforços das unidades operadoras do BNB em estimular a demanda por investimentos no setor produtivo, à luz das políticas e programas dos governos estaduais e municipais, e da programação elaborada para o exercício, visando ao cumprimento das metas.

A média de contratações por setor foi de 24,4%, neste primeiro semestre de 2012. Nos setores Rural e Comercial e Serviços, as contratações atingiram mais de 40,0% da meta para o mesmo exercício. Para os demais setores, a média de contratações não ultrapassou 20,0%. Não foram realizadas contratações no Setor de Infraestrutura, neste primeiro semestre de 2012 (Tabela 20).

Tabela 20 – FNE – Valores Programados e Realizados por Setor – Primeiro Semestre de 2012

UF	Programação (A)	Contratações (1) (B)	Valores em R\$ Mil	
			% B/A	
Rural	4.259.900	2.065.211	48,5	
Agroindustrial	334.000	45.019	13,5	
Industrial	2.982.100	584.756	19,6	
Turismo	950.500	204.313	21,5	
Infraestrutura	673.400	0	0,0	

Comercial e Serviços	2.300.000	993.868	43,2
Total	11.499.900	3.893.167	33,9

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Quanto ao porte dos empreendimentos financiados, neste primeiro semestre de 2012, 59,3% estão classificados como mini-micro, pequeno e pequeno-médio. No Setor Comercial e Serviços, 68,6% e no Setor Rural 67,6% dos empreendimentos financiados estão, também, assim classificados nessas três categorias de empreendimentos de menor porte.

Na perspectiva das mesorregiões constantes da PNDR, observou-se que, no primeiro semestre de 2012, as contratações alcançaram 65,0% do valor programado para o exercício. Destaque para a Chapada das Mangabeiras que superou o volume de recursos projetados para o período em 24,3% (Tabela 24). O montante financiado foi destinado predominantemente à produção de grãos cujas atividades absorveram R\$ 341,6 milhões, em 106 operações contratadas⁹.

Nesse contexto, os municípios da Chapada das Mangabeiras que receberam maior soma de recursos foram: Ribeiro Gonçalves-PI, R\$ 47,0 milhões; Sambaíba-MA, R\$ 38,0 milhões; Baixa Grande do Ribeiro-PI, R\$34,0 milhões e Gilbués-PI, R\$ 32,0 milhões¹⁰ (Tabela 21).

Tabela 21 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ nas Mesorregiões SPR⁽²⁾ – Primeiro Semestre de 2012

Mesorregiões	Programado	Realizado	Valores em R\$ Mil	%
Bico do Papagaio	130.000	112.862	86,8	
Chapada das Mangabeiras	340.000	422.648	124,3	
Chapada do Araripe	410.000	125.382	30,6	
Jequitinhonha/Mucuri	279.900	91.134	32,6	
Seridó	108.000	47.039	43,6	
Águas Emendadas	38.000	8.237	21,7	
Xingó	189.700	165.020	87,0	
Total	1.495.600	972.322	65,0	

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Secretaria de Programas Regionais.

⁹ Base do Ativo do BNB.

¹⁰ Base do Ativo do BNB.

3.3 – Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE

3.3.1 – Contratações por Estado

As contratações no primeiro semestre de 2012 totalizaram quase R\$ 3,9 bilhões, representando um decréscimo em torno de 13,3% em relação ao valor de R\$ 4,5 bilhões, contratado no primeiro semestre de 2011. Os valores mais expressivos foram aplicados nos seguintes estados: Bahia (R\$ 971,7 milhões), Pernambuco (R\$ 575,4 milhões), Maranhão (R\$ 545,2 milhões) e Piauí (R\$ 511,2 milhões). Apesar da variação negativa no valor total das contratações em relação ao primeiro semestre de 2011, seis estados apresentaram aumento nesses valores, no primeiro semestre de 2012, quando comparados com os valores do primeiro semestre de 2011 (Tabela 22).

Tabela 22 – FNE – Contratações e Demanda de Recursos por Estado – Primeiro Semestre de 2012

Estado	Contratações ⁽¹⁾	%	Valores em R\$ Mil		
			Propostas em Carteira ⁽²⁾	Demandas Total	%
Alagoas	113.405	2,9	280.949	394.354	6,9
Bahia	971.669	25,0	235.903	1.207.572	21,2
Ceará	303.538	7,8	354.230	657.768	11,6
Espírito Santo	38.351	1,0	29.591	67.942	1,2
Maranhão	545.233	14,0	137.679	682.912	12,0
Minas Gerais	208.427	5,4	43.680	252.107	4,4
Paraíba	183.498	4,7	36.373	219.871	3,9
Pernambuco	575.446	14,8	302.457	877.903	15,4
Piauí	511.170	13,1	134.389	645.559	11,4
Rio Grande do Norte	210.101	5,4	123.719	333.820	5,9
Sergipe	232.329	6,0	116.102	348.431	6,1
Total	3.893.167	100,0	1.795.072	5.688.239	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

As propostas em carteira totalizaram R\$ 1,8 bilhão no final do primeiro semestre de 2012, apresentando queda significativa de 63,7% com relação ao primeiro semestre de 2011. Os maiores volumes em carteira ficaram com os estados do Ceará (R\$ 354,2 milhões), Pernambuco (R\$ 302,5 milhões) e Alagoas (R\$ 280,9 milhões), conforme Tabela 22.

A demanda total de recursos pelos estados no primeiro semestre de 2012 (R\$ 5,7 bilhões) apresentou decréscimo de 39,7% sobre a demanda total do primeiro semestre de 2011 (R\$ 9,4 bilhões). Praticamente todos os estados tiveram a demanda reduzida, com exceção de Alagoas, Minas Gerais e Piauí.

As maiores demandas foram dos estados da Bahia, Ceará e Maranhão e juntos resumem 48,6% da demanda total por recursos do FNE, de acordo com a Tabela 22.

Em relação aos percentuais de participação dos estados no total das contratações do FNE, no primeiro semestre de 2012, verifica-se que somente duas unidades federativas não atingiram o piso mínimo, estabelecido internamente, de 4,5% do total de contratações do Fundo: Alagoas (2,9%) e Espírito Santo (1,0%), o que poderá ser revertido até o fim do exercício de 2012. No que tange ao limite máximo, observa-se que, a exemplo de anos anteriores, nenhum estado obteve volume de contratações superior a 30,0%, conforme recomendações internas do BNB (Tabela 22).

Considerando-se o período acumulado de 1989 ao primeiro semestre de 2012, todos os estados atingiram o piso mínimo de 4,5%, com exceção do Estado do Espírito Santo (1,0%), cuja região norte foi integrada à área de atuação do Banco do Nordeste no ano de 1999, iniciando-se, a partir desse ano, o atendimento pelo FNE, com dez anos de defasagem em relação aos demais estados da área de atuação do Banco. Nesse período, os estados que mais receberam recursos do FNE foram Bahia (R\$ 25,8 bilhões), Ceará (R\$ 16,1 bilhões), Pernambuco (R\$ 13,0 bilhões) e Maranhão (R\$ 11,1 bilhões) que, em conjunto, foram responsáveis por 65,3% do total dos valores contratados. À medida que a base econômica dos demais estados da Região cresce, os recursos do FNE passam a ser distribuídos de forma mais equitativa na área de atuação do Banco (Tabela 23).

Tabela 23 – FNE – Contratações⁽¹⁾ Acumuladas por Estado – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2012

Estado	Valor ⁽²⁾	Valores em R\$ Mil	
		%	
Alagoas	4.893.804	4,8	
Bahia	25.830.253	25,5	
Ceará	16.142.935	15,9	
Espírito Santo	1.030.581	1,0	
Maranhão	11.085.953	11,0	
Minas Gerais	5.023.416	5,0	
Paraíba	5.666.675	5,6	
Pernambuco	13.038.275	12,9	
Piauí	6.981.880	6,9	
Rio Grande do Norte	6.768.176	6,7	
Sergipe	4.798.510	4,7	
Total	101.260.458	100,0	

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 30.06.2012. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2012.

O número de beneficiários do FNE totalizou 602,0 mil no primeiro semestre de 2012, registrando redução de 1,1% em relação ao número de beneficiários no primeiro semestre de 2011. O estado com o maior número de beneficiários foi a Bahia (113,6 mil), seguido do Ceará (82,2 mil), Pernambuco (70,7 mil) e Maranhão (67,3 mil) (Tabela 24).

Tabela 24 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Relação ao Número de Beneficiários – Primeiro Semestre de 2012

Estado	Contratações (R\$ mil)	Nº. de Beneficiários	Distribuição do Crédito	
			R\$/Benef.	Ordem
Alagoas	113.405	39.341	2.882,62	11
Bahia	971.669	113.608	8.552,82	3
Ceará	303.538	82.182	3.693,49	9
Espírito Santo	38.351	762	50.329,40	1
Maranhão	545.233	67.318	8.099,36	6
Minas Gerais	208.427	63.116	3.302,28	10
Paraíba	183.498	48.646	3.772,11	8
Pernambuco	575.446	70.721	8.136,85	4
Piauí	511.170	53.848	9.492,83	2
Rio Grande do Norte	210.101	33.802	6.215,64	7
Sergipe	232.329	28.660	8.106,39	5
Total	3.893.167	602.004	6.467,01	-

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Com relação à distribuição de crédito, o valor médio contratado por beneficiário no primeiro semestre de 2012 foi de R\$ 6.467,01, valor 12,4% inferior àquele do primeiro semestre de 2011 (R\$ 7.380,95), demonstrando tendência à desconcentração de recursos por beneficiário. A maior relação crédito por beneficiário foi observada no estado do Espírito Santo (R\$ 50.329,40) cujo valor diverge, inclusive, da média das três maiores relações contratação/beneficiário, apresentada pelos estados do Piauí, Bahia e Pernambuco, que ficou em uma média de R\$ 8.727,50, conforme a Tabela 24.

Considerando-se toda a área de atuação do Banco, a relação valor contratado por residente registra a importância de R\$ 68,15 por habitante, inferior aos R\$ 79,20 por habitante, no mesmo período de 2011. O Piauí apresentou a relação mais elevada, equivalente a R\$ 162,78/habitante, seguido pelos estados de Sergipe (R\$ 111,17/habitante), Maranhão (R\$ 82,04/habitante) e Minas Gerais (R\$ 74,91/habitante) (Tabela 25).

Tabela 25 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Relação à População Residente – Primeiro Semestre de 2012

Estado	Valor Contratado (R\$ mil)	População (mil hab.)	Valor Contratado/População R\$/Hab	Ordem
Alagoas	113.405	3.143,4	36,08	10
Bahia	971.669	14.097,5	68,92	5
Ceará	303.538	8.530,2	35,58	11
Espírito Santo	38.351	843,2	45,48	9
Maranhão	545.233	6.645,8	82,04	3
Minas Gerais	208.427	2.782,5	74,91	4
Paraíba	183.498	3.791,3	48,40	8
Pernambuco	575.446	8.864,9	64,91	7
Piauí	511.170	3.140,3	162,78	1
Rio Grande do Norte	210.101	3.198,7	65,68	6
Sergipe	232.329	2.089,8	111,17	2
Total	3.893.167	57.128	68,15	

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e IBGE – Contagem da População 2011.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar; (2) População estimada para 1º de julho de 2011.

Para avaliar o grau de importância do FNE para as economias estaduais, a Tabela 26 apresenta a comparação entre as riquezas geradas por cada unidade federativa e o valor contratado com recursos do FNE. No setor primário, o FNE–Setor Rural representou aproximadamente 5,1% do PIB desse setor, gerado nos estados da área de atuação do Banco. Os estados em que o Fundo obteve maior relevância, em relação ao desempenho do setor primário foram Piauí e Sergipe, em torno de 19,6% e 12,1%, respectivamente. No restante dos estados, exceto Espírito Santo, a relação contratações no Setor Rural por PIB Rural ficou entre 3,6% e 5,0%. No caso do Espírito Santo, a mais baixa entre todos os estados, essa relação ficou em 0,9% (Tabela 26).

Tabela 26 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Relação ao PIB dos Estados – Primeiro Semestre de 2012

Estado	FNE Setor Rural/PIB Setor Primário		FNE Setor Industrial/PIB Setor Secundário	
	%	Ordem	%	Ordem
Alagoas	3,9	8	0,1	11
Bahia	4,1	6	0,8	1
Ceará	3,6	10	0,3	6
Espírito Santo ⁽²⁾	0,9	11	0,1	10
Maranhão	4,9	4	0,5	2
Minas Gerais ⁽³⁾	4,9	3	0,1	9
Paraíba	3,8	9	0,3	8
Pernambuco	4,0	7	0,4	5
Piauí	19,6	1	0,4	4
Rio Grande do Norte	4,2	5	0,4	3

Sergipe	12,1	2	0,3	7
Total	61		0,5	

Fonte: BNB – ETENE e IBGE-Contas Regionais 2005⁽⁴⁾.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Os PIBs Rural e Industrial do Norte do Espírito Santo foram estimados em 13,7% do PIB Total do Estado. (3) Os PIBs Rural e Industrial do Norte de Minas Gerais foram estimados em 14,11% do PIB Total do Estado; (4) Valores de 2005 atualizados para junho de 2007 pelo deflator implícito do PIB até 2006 e pelo IGP-DI da FGV, de 2007 a junho de 2008.

No setor secundário, a importância relativa do Fundo Setor Industrial sobre o PIB do Setor Secundário foi de 0,5%, com participações mais expressivas apresentadas pelos estados da Bahia (0,8%), Maranhão (0,5%) e Rio Grande do Norte (0,4%) (Tabela 26).

3.3.2 – Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido

O Banco do Nordeste tem destinado especial atenção à região do semiárido nordestino. Assim, é que o FNE alocou R\$ 40,6 bilhões para esse espaço no período 1989 ao primeiro semestre de 2012. As localidades fora do semiárido, especialmente o litoral e a Zona da Mata, por possuírem maior base econômica instalada, captaram maior volume de recursos, na ordem de R\$ 60,6 bilhões, nesse mesmo período (Tabela 27).

Tabela 27 – FNE – Contratações⁽¹⁾ Acumuladas por Região – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2012

Região	Valor ⁽²⁾	Valores em R\$ Mil	
		%	
Semiárido	40.636.307	40,1	
Fora do Semiárido	60.624.151	59,9	
Total	101.260.458	100,0	

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 30.06.2012. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2012.

No primeiro semestre de 2012, o FNE aplicou R\$ 1,6 bilhão na região do semiárido nordestino, ou seja, 40,6% dos valores contratados através do Fundo. Aproximadamente 386 mil pessoas e empresas foram favorecidas com recursos do FNE nesse espaço territorial, equivalendo a 64,1% do total de beneficiários do Fundo, no período em análise (Tabela 28).

Tabela 28 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Região – Primeiro Semestre de 2012

Valores em R\$ Mil

Região	Nº de Beneficiários	%	Valor	%
Semiárido	385.900	64,1	1.579.240	40,6
Fora do Semiárido	216.104	35,9	2.313.927	59,4
Total	602.004	100,0	3.893.167	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O BNB vem envidando esforços no sentido de cumprir o que preceitua a legislação do FNE, no que se refere à participação de 50% das contratações do Fundo na região semiárida. Conforme a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que instituiu o Fundo, no caso da Região Nordeste, o FNE “inclui a finalidade específica de financiar, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, atividades econômicas do semiárido, às quais destinará metade dos recursos ingressados...” (Brasil, 2009). Além disso, aos mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semiárido nordestino serão concedidos bônus de adimplência de 25%, enquanto para aqueles das demais regiões esse bônus é de 15% (Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

O estabelecimento desse limite legal deu-se em 1989, quando a área de atuação do Banco do Nordeste e da SUDENE não incluía as regiões mineiras do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha e, ainda, o Norte do Espírito Santo. É importante lembrar que essa unidade da federação, bem como alguns dos municípios do estado de Minas Gerais que compõem os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha estão localizados fora do semiárido e o financiamento de empreendimentos nessas localidades torna mais difícil o alcance do limite mínimo de aplicações no semiárido.

Não obstante o financiamento na região do semiárido nordestino estar inferior à metade das contratações do Fundo, é importante ressaltar que o maior montante de valores contratados fora do semiárido não afetou a alocação de recursos na região semiárida, uma vez que a demanda por financiamento ali identificada foi plenamente atendida. O contingenciamento de recursos para a região fora do semiárido resultaria em aumento das disponibilidades do Fundo, prejudicando, assim, a alocação de recursos na Região Nordeste como um todo e, consequentemente, a oferta de crédito para o financiamento do seu desenvolvimento econômico e social.

Além disso, deve-se considerar as peculiaridades dos estados da Região Nordeste. Existem unidades federativas, a exemplo do Maranhão, cujos municípios se localizam fora do semiárido, apresentando território, em sua quase totalidade, caracterizado por vegetação de floresta, refletindo uma transição entre o Nordeste semiárido e a Amazônia úmida. Em que pese o

Maranhão não apresentar escassez de chuvas, assumir a segunda posição de maior exportador do Nordeste (BNB/ETENE, 2011) e registrar significativos índices de crescimento econômico, como por exemplo, o crescimento acumulado do PIB, no período de 2000 a 2009 (BNB/ETENE/Ciest, 2011) apresenta, também, significativas desigualdades socioeconômicas, dentre as quais se destacam:

- a) dos trinta municípios brasileiros com menores índices de IDH-M, dez estão localizados no Maranhão (PNUD, 2000);
- b) das 27 unidades da federação, o Maranhão ocupa a segunda pior classificação quanto ao rendimento total médio mensal familiar (IBGE, 2008);
- c) os níveis de escolaridade mais baixos do País, que vão se refletir no grau de qualificação profissional dos trabalhadores, estão no Maranhão, que registra 61,0% das pessoas com 10 anos ou mais de idade sem instrução ou com nível fundamental incompleto (IBGE, 2010).

Desse modo, verifica-se que o Maranhão, apesar de estar localizado fora da região semiárida, reúne características socioeconômicas que se assemelham ou que estão em níveis abaixo às dos estados mais pobres da região semiárida, atendidos pelo FNE.

Como forma de exemplificar que essas questões podem afetar a distributividade dos recursos do FNE entre as regiões geográficas, apresentam-se, na Tabela 29, os valores contratados por Região, somando para a região semiárida as contratações referentes a municípios do estado do Maranhão que apresentam IDH-M igual ou inferior ao IDH da Região Nordeste para o ano de 2000, situado em 0,692 (PNUD, 2008), que totalizam R\$ 412,8 milhões. Assim, no exercício de 2012, o percentual de contratações no semiárido eleva-se de 40,1% para 51,2% (Tabelas 28 e 29).

Tabela 29 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Região (Realocando Contratações do Estado do Maranhão) – Primeiro Semestre de 2012

Região	Valor	%	Valores em R\$ mil
Semiárido	1.992.005	51,2	
Fora do Semiárido	1.901.162	48,8	
Total	3.893.167	100,0	

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3.2.1 – Ações Desenvolvidas para Incremento das Aplicações no Semiárido

O Banco do Nordeste adota ações sistemáticas no sentido de elevar a participação do FNE no semiárido brasileiro.

Ao longo dos 23 anos de operacionalização do Fundo, o Banco envida esforços para o cumprimento do dispositivo constitucional que assegura, ao semiárido, a aplicação de, pelo menos, a metade dos recursos do FNE. Para isso, além de buscar a integração de suas ações com as iniciativas governamentais, do setor produtivo e da sociedade em geral, o Banco busca promover a superação dos obstáculos ao desenvolvimento ainda presentes no semiárido, viabilizando maior captação de recursos para essa sub-região.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA) reconhece a complexidade do processo de promoção do desenvolvimento dessa sub-região e pressupõe o envolvimento de toda a sociedade na aplicação coerente de conhecimentos e ações.

Por ocasião da elaboração da Programação FNE 2012, o BNB, norteado pelas diretrizes e prioridades estabelecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), contou com a participação de representantes de governos estaduais, ministérios, movimentos sociais e setores produtivos, resultando na expectativa de demanda para aplicação de 50% (R\$ 5,75 bilhões) do orçamento do FNE para o exercício de 2012 (R\$ 11,50 bilhões).

Para elevar as aplicações nessa região, referida programação contemplou limites de financiamento diferenciados para os empreendimentos localizados nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) Petrolina-Juazeiro e Timon-Teresina e, nas mesorregiões de Águas Emendadas, Chapada do Araripe, Chapada das Mangabeiras, Seridó, Bico do Papagaio, Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Xingó.

Ademais, manteve-se a aplicação de bônus de adimplência de 25% sobre os encargos reembolsáveis até as respectivas datas de vencimento das parcelas de financiamento dos empreendimentos localizados no semiárido.

Adicionalmente, com vistas a estimular a atração de capitais, a geração de emprego e o incremento das aplicações do FNE na referida região climática, o BNB tem divulgado os benefícios diferenciados do programa para o

semiárido, além de adotar uma política operacional de incentivo às empresas-âncoras e grandes produtores localizados na referida região, mediante direcionamento prioritário de recursos do Fundo, especialmente por meio de sua estratégia de desenvolvimento territorial – o Nordeste Territorial – que associa a geração de negócios à organização das atividades produtivas, visando ao aumento da competitividade e à inclusão socioeconômica de mini e pequenos produtores.

Foi ainda traçado um Plano de Ação em cada estado da área de atuação do Banco. Esse plano visa alavancar e incrementar as aplicações do FNE na região semiárida, com a indicação das ações consideradas indispensáveis.

Para dotar a região de infraestrutura e projetos estruturantes que permitam a prospecção de negócios para se instalarem no semiárido, foram projetados, para este ano, para essa região climática, recursos na ordem de R\$ 5,75 bilhões. No primeiro semestre de 2012, R\$ 406,2 milhões foram aplicados nos setores de Comércio e Serviços, R\$ 251,2 milhões no Setor Industrial, R\$ 14,8 milhões para projetos de Agroindústria, R\$ 452,4 milhões para a Agricultura Familiar, dentre outros.

3.3.3 – Contratações por Porte de Beneficiário

As ações do BNB estão pautadas pelo apoio prioritário aos empreendedores de micro, mini e pequenos negócios, com financiamento a programas de conteúdo tecnológico capazes de prover sustentabilidade econômica às suas atividades. Contudo, faz-se necessário considerar o potencial de alavancagem de negócios das empresas de médio e grande portes para os pequenos empreendimentos.

Nesse contexto, os empreendimentos de mini e pequeno portes receberam 38,3% do total de contratações do FNE, o que equivale a R\$ 38,8 bilhões, no período de 1989 ao primeiro semestre de 2012. O somatório de contratações para clientes de médio porte alcançou cerca de R\$ 13,8 bilhões, ou seja, 13,7% do total contratado pelo Fundo. Os clientes de grande porte receberam R\$ 48,6 bilhões, o equivalente a 48,0% do total de contratações do FNE (Tabela 30).

Tabela 30 – FNE – Contratações⁽¹⁾ Acumuladas por Porte de Beneficiários – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2012

Porte	Valor ⁽²⁾	Valores em R\$ Mil	
		%	
Mini / Micro	37.545.139	37,1	
Pequeno	861.559	0,9	

Pequeno / Médio	418.498	0,4
Médio	13.829.049	13,7
Grande	48.606.213	48,0
Total	101.260.458	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 30.06.2012. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2012.

Os empreendedores de mini, micro e pequeno portes predominaram em todos os setores atendidos pelo FNE, no primeiro semestre de 2012, em termos de quantidade de beneficiários.

Em termos absolutos, a maior quantidade de beneficiários do FNE se verificou no Setor Rural (590,4 mil), segmento que registra 598,7 mil beneficiários responsáveis por empreendimentos que pertencem às categorias de micro, mini e pequeno portes (Tabela 31).

Os beneficiários de médio e grande portes não tiveram participação significativa no total de beneficiários atendidos pelo FNE(Tabela 31).

Tabela 31 – FNE – Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 2012

Porte	Rural		Agroindustrial		Industrial		Turismo		Infra-estrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini / Micro	583.677	98,9	7	5,9	260	20,2	47	37,0	-	-	3.180	31,6	587.171	97,5
Pequeno	5.110	0,9	62	52,5	846	65,8	70	55,1	-	-	6.216	61,7	12.304	2,0
Pequeno / Médio	915	0,2	21	17,8	100	7,8	6	4,7	-	-	454	4,5	1.496	0,3
Médio	566	0,1	23	19,5	63	4,9	4	3,2	-	-	197	2,0	853	0,1
Grande	132	0,0	5	4,2	17	1,3	-	-	-	-	26	0,3	180	0,0
Total	590.400	100,0	118	100,0	1.286	100,0	127	100,0	-	-	10.073	100,0	602.004	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Quanto aos valores contratados, 59,3% dos recursos do FNE foram destinados aos mini e pequenos produtores, no primeiro semestre de 2012, perfazendo um total de R\$ 2,3 bilhões, apresentando incremento de 50,8%, quando comparado ao mesmo período de 2011. Os valores para este porte de empreendedores foram mais expressivos nos setores Rural (R\$ 1,4 bilhão) e Comércio e Serviços (R\$ 683,4 milhões), conforme a Tabela 32.

Os produtores de porte médio, no primeiro semestre de 2012, obtiveram recursos da ordem de R\$ 413,2 milhões, com decréscimo de 12,4% no volume de recursos, em relação ao primeiro semestre de 2011. A participação dos produtores de grande porte no volume de recursos contratados foi de 22,7% no primeiro semestre de 2012, com redução de 25,3 pontos percentuais quando comparado ao primeiro semestre de 2011. Em termos de volume de recursos contratados por essa categoria, houve redução de 59,1% em relação ao primeiro semestre de 2011 (R\$ 2,157 milhões), conforme a Tabela 32.

Tabela 32 -- FNE – Contratações⁽¹⁾ por Porte dos Beneficiários e Setor – Primeiro Semestre de 2012

Porte	Rural	%	Agro-industrial	%	Indústria	%	Turismo	%	Infra-estrutura	%	Comércio e Serviços	%	Valores em R\$ Mil	
													Total	%
Mini / Micro	896.426	43,4	508	1,1	14.632	2,5	3.435	1,7	-	-	129.910	13,1	1.044.911	26,8
Pequeno	241.758	11,7	7.533	16,7	97.112	16,6	47.634	23,3	-	-	454.954	45,8	848.991	21,8
Pequeno / Médio	258.654	12,5	2.723	6,1	48.502	8,3	4.809	2,4	-	-	98.528	9,9	413.216	10,6
Médio	302.631	14,7	14.534	32,3	32.928	5,6	148.435	72,7	-	-	205.724	20,7	704.252	18,1
Grande	365.742	17,7	19.721	43,8	391.582	67,0	-	-	-	-	104.752	10,5	881.797	22,7
Total	2.065.211	100,0	45.019	100,0	584.756	100,0	204.313	100,0	-	-	993.868	100,0	3.893.167	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações do Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluído parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3.4 – Municípios Atendidos pelo FNE

A área de abrangência do FNE é composta por 1.990 municípios. Deles, 1.966 foram atendidos com operações do FNE durante o primeiro semestre de 2012, representando 98,8% dos municípios atendidos pelo Fundo. Os estados do Ceará e Sergipe tiveram, nesse período, todos os municípios atendidos pelo FNE e os demais estados têm mais de 96,0% de seus municípios atendidos. O estado do Espírito Santo, que no mesmo período do exercício anterior tinha abrangência 89,3%, alcançou, no primeiro semestre de 2012, o índice de 96,4%, demonstrando a amplitude da abrangência territorial do FNE, em todos os estados (Tabela 33).

Tabela 33 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2012

Estado	Nº de Municípios da Área de Atuação do FNE (A)	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE (B)	B/A (%)
Alagoas	102	99	97,1
Bahia	417	409	98,1
Ceará	184	184	100,0
Espírito Santo	28	27	96,4
Maranhão	217	214	98,6
Minas Gerais	168	164	97,6
Paraíba	223	222	99,6
Pernambuco ⁽¹⁾	185	183	98,9
Piauí	224	223	99,6
Rio Grande do Norte	167	166	99,4
Sergipe	75	75	100,0
Total	1.990	1.966	98,8

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - ETENE.

Nota: ⁽¹⁾ O Território Estadual de Fernando de Noronha está contido nessa estatística como município.

Territorialmente, o FNE difundiu-se de forma mais intensa no Setor Rural, estando presente em 95,0% da sua área de atuação, o que corresponde a 1.890 municípios atendidos. Destacam-se, também, as contratações efetuadas em 1.130 municípios no Setor Comércio e Serviços, equivalente a 56,8% da área de abrangência do Fundo (Tabela 34).

Tabela 34 – FNE – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2012

Setor	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE no Período	% em Relação ao Nº de Municípios da Área de Atuação do FNE
Rural	1.890	95,0
Agroindustrial	72	3,6
Industrial	361	18,1
Turismo	83	4,2
Infraestrutura	-	-
Comércio e Serviços	1.130	56,8

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Ao analisar as contratações por faixa de valor, verifica-se que o FNE destinou até R\$ 500 mil para 1.003 municípios no primeiro semestre de 2012. Em seguida, 901 municípios receberam recursos na faixa de R\$ 501 mil a R\$ 10 milhões, enquanto que 62 municípios receberam recursos acima de R\$ 10 milhões (Tabela 35).

Tabela 35 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado – Primeiro Semestre de 2012

Faixa de Valor Contratado	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE no Período ⁽¹⁾	% em Relação ao Total de Municípios Atendidos pelo FNE
R\$ 1 a R\$ 100 mil	231	11,8
de R\$ 101 mil a R\$ 500 mil	772	39,3
de R\$ 501 mil a R\$ 1 milhão	390	19,8
> R\$ 1 milhão a R\$ 10 milhões	511	26,0
> R\$ 10 milhões a R\$ 100 milhões	60	3,1
> R\$ 100 milhões	2	0,1
Total	1.966	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) O enquadramento dos municípios por faixa ocorre nas operações de maior valor. Assim, se um município obteve 2 operações de empréstimos, sendo uma de R\$ 1 mil e a segunda de R\$ 100 mil, o enquadramento desse município ocorrerá na faixa 2.

Quanto às contratações por tipo de município, a Tabela 36 indica que os municípios de baixa e média rendas contrataram 98,7% de todas as operações do Fundo, no primeiro semestre de 2012. No que se refere aos valores contratados, nesse mesmo período, a maior parte destinou-se aos municípios de média renda (R\$ 2,8 bilhões ou 71,3% dos recursos contratados).

Tabela 36 – FNE – Contratações por Tipo de Município⁽¹⁾ – Primeiro Semestre de 2012

Valores em R\$ Mil

Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado	%
Alta Renda ⁽⁵⁾	2.736	1,3	503.102	12,9
Baixa Renda ⁽²⁾	64.201	30,8	615.665	15,8
Dinâmico de Média Renda ⁽⁴⁾	73.512	35,3	1.304.783	33,5
Estagnado de Média Renda ⁽³⁾	68.057	32,6	1.469.617	37,8
Total	208.506	100,0	3.893.167	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Classificação Municipal de Renda dos Municípios. (2) Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (3) Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (4) Dinâmico de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% a 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (5) Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.

3.4 – Repasses do FNE a Outras Instituições

Em conformidade com o artigo 9º, da Lei Nº 7.827, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar, pelo Banco Central do Brasil, com comprovada capacidade técnica e com estruturas operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade, desde que observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

Assim, com o objetivo de proporcionar maior capilaridade ao FNE, o Banco do Nordeste vem repassando recursos a algumas instituições financeiras. No primeiro semestre de 2012, as três instituições que receberam repasses de recursos do FNE absorveram cerca de R\$ 8,5 milhões, soma equivalente a 0,2% das contratações realizadas no período, com o apoio do FNE. Esse desempenho é semelhante ao do mesmo período de 2011, porém relativamente inferior ao obtido no exercício de 2011, haja vista que, neste ano, 0,5 % do montante contratado foi realizado por intermédio de repasses. O Banco do Estado de Sergipe (BANESE) destaca-se, com aplicações equivalentes a 82,2% do volume total de recursos repassados no primeiro semestre de 2012 (Tabela 37).

Tabela 37 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações – Primeiro Semestre de 2012

UF	Bancos Repassadores	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil		
			%	Valor Contratado	%
RN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN)	2	5,6	627	7,4
SE	Banco do Estado de Sergipe (BANESE)	32	88,9	6.967	82,2
BA	Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA)	2	5,6	884	10,4
MG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG	-	-	-	-
Total		36	100,0	8.478	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Quanto à distribuição setorial dos recursos contratados no primeiro semestre de 2012, 68,4% foram destinados ao Setor Rural, principalmente no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural, conforme Tabela 38. Destaque ainda para o Setor de Comércio e Serviços cujo resultado no período em referência fechou em 28,2% do volume contratado pelas instituições repassadoras.

Tabela 38 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações
Primeiro Semestre de 2012

Setor/Programa	Nº de Operações	Contratações (1)			Valores em R\$ Mil
		Quant. Beneficiários	Valor	%	
RURAL	25	26	5.801	68,4	
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	24	24	5.629	66,4	
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo A)	-	-	-	-	
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo B)	-	-	-	-	
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo C)	-	-	-	-	
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo D)	-	-	-	-	
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Demais Grupos)	-	-	-	-	
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca do Nordeste (AQUIPESCA)	-	-	-	-	
Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental (FNE-VERDE)	-	-	-	-	
Programa de Financ. da Ampl. e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (PROFROTA PESQUEIRA)	-	-	-	-	
Programa de Financ. à Agricultura Irrigada (FNE-IRRIGAÇÃO)	1	1	172	2,0	
Programa de Financ. à Inovação (FNE-INOVAÇÃO)	-	-	-	-	
AGROINDUSTRIAL					
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da AgroIndústria Alimentar (AGRIN)	-	-	-	-	
Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-AGROINDÚSTRIA)	-	-	-	-	
Programa FNE Empreendedor Individual (FNE - EI)	-	-	-	-	
INDUSTRIAL E TURISMO	2	2	288	3,4	
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL)	1	1	208	2,5	
Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-INDÚSTRIA)	1	1	80	0,9	
Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR)	-	-	-	-	
Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-TURISMO)	-	-	-	-	
Programa de Financiamento à Inovação (INOVAÇÃO)	-	-	-	-	
Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental (FNE-VERDE)	-	-	-	-	
Programa FNE Empreendedor Individual (FNE - EI - INDUSTRIAL)	-	-	-	-	
Programa FNE Empreendedor Individual (FNE - EI - TURISMO)	-	-	-	-	
INFRAESTRUTURA					
Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA)	-	-	-	-	
Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental (FNE-VERDE)	-	-	-	-	

COMÉRCIO E SERVIÇOS	9	9	2.389	28,2	-
Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços (COMÉRCIO E SERVIÇOS)	8	8	1.842	21,7	-
Programa de Financiamento à Cultura (PROCULTURA)	-	-	-	-	-
Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-COMÉRCIO E SERVIÇOS)	1	1	547	6,5	-
Programa de Financiamento à Inovação (INOVAÇÃO)	-	-	-	-	-
Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental (FNE-VERDE)	-	-	-	-	-
Programa FNE Empreendedor Individual (FNE - EI - COMÉRCIO)	-	-	-	-	-
Total	36	36	8.478	100,0	

Fonte: AGN, BANESE E DESENBAHIA.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Conforme pode ser observado na Tabela 39, a pecuária segue absorvendo a maior parte dos recursos destinados ao Setor Rural (72,7%). O montante de R\$ 4,2 milhões foi totalmente aplicado na bovinocultura. Atividades relacionadas a agricultura de sequeiro consumiram 24,4% dos recursos destinados ao Setor.

Tabela 39 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2012

Atividade	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
PECUÁRIA	23	4.215	72,7
Bovinocultura	23	4.215	72,7
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	1	1.414	24,4
Outras Atividades	1	1.414	24,4
AGRICULTURA IRRIGADA	1	172	3,0
Olericultura	1	172	3,0
Total	25	5.801	100,0

Fonte: AGN, BANESE E DESENBAHIA.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Levando-se em consideração o Setor Industrial e Turismo (Tabela 40), os financiamentos, neste primeiro semestre, concentraram-se em bens de consumo não duráveis, especificamente para as atividades relacionadas à indústria de produtos alimentícios (27,8%) e a produtos de limpeza, perfumaria e cosméticos (72,2%).

Tabela 40 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Industrial e Turismo – Primeiro Semestre de 2012

Atividade	Nº de Operações	Valor	Valores em R\$ Mil
			%
BENS DE CONSUMO NÃO DURAVEIS	2	288	100,0
Produtos Alimentícios	1	80	27,8
Prod. Limpeza, Perfumaria e Cosméticos	1	208	72,2
Total	2	288	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O Setor de Comércio e Serviços, que absorveu R\$ 2,4 milhões, ou seja, 28,2% do total de recursos repassados, destinou 70,2% desse montante a atividades ligadas exclusivamente à prestação de serviços. Dentre estas, destacam-se aquelas dos ramos do transporte (22,1%) e educação (16,7%). No mesmo período, o comércio atacadista contratou uma operação no valor de R\$ 712,0 milhões, correspondendo a 29,8% do volume de recursos absorvido pelo Setor de Comercial e Serviços (Tabela 41).

Tabela 41 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2012

Atividade	Nº de Operações	Valor	Valores em R\$ Mil	% FNE
			% Setor	
COMÉRCIO	1	712	29,8	0,2
Comércio Atacadista	1	712	29,8	0,2
SERVICOS	8	1.677	70,2	0,4
Educação	3	399	16,7	0,1
Alimentação	2	132	5,5	0,0
Transporte	1	527	22,1	0,1
Outros	2	619	25,9	0,1
Total	9	2.389	100,0	0,6

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Sob a perspectiva das regiões climáticas (Tabela 42), as áreas geográficas localizadas fora do semiárido absorveram 81,1% do volume de recursos contratados por meio das instituições repassadoras. No ano anterior, o desempenho na região semiárida fechou em 26,1%, apresentando, portanto, melhor índice que o obtido neste primeiro semestre de 2012 (18,9%).

Tabela 42 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações⁽¹⁾ por Região – Primeiro Semestre de 2012

Área	Nº de Beneficiários	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor ⁽¹⁾	%
Semiárido	10	27,8	1.601	18,9
Fora do Semiárido	26	72,2	6.877	81,1
Total	36	100,0	8.478	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Considerando-se o perfil dos beneficiários destas operações de crédito, verifica-se que a maioria encontra-se na categoria de mini, micro e pequeno produtores e desenvolve atividades rurais (66,7%). De um modo geral, 88,9% dos que absorveram crédito através dos bancos repassadoras são classificados como mini, micro ou pequenos empreendedores (Tabela 43).

Tabela 43 – FNE – Bancos Repassadores – Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 2012

Porte/Setor	Rural		Agroindustrial		Industrial/Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini/Micro/Pequeno	24	96,0	-	-	1	50,0	-	-	7	77,8	32	88,0
Médio	1	4,0	-	-	1	50,0	-	-	2	22,2	4	11,1
Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	25	100,0	-	-	2	100,0	-	-	9	100,0	36	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

No que concerne ao volume de recursos contratado segundo o porte dos beneficiários, constata-se que 84,1% do montante financiado foram destinados a

mini, micro ou pequenos produtores. O restante foi absorvido por médias empresas, não havendo contratações com grandes empreendimentos (Tabela 44).

Tabela 44 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações⁽¹⁾ por Porte e Setor do Beneficiário – Primeiro Semestre de 2012

Porte	Rural	Agroindustrial	Industrial/Turismo	Infraestrutura	Valores em R\$ Mil	
					Comércio e Serviços	Total
Mini / Micro / Pequeno	5.629	-	-	80	-	1.425 7.134
Médio	172	-	-	208	-	964 1.344
Grande	-	-	-	-	-	-
Total	5.801	-	288	-	2.389	8.478

Fonte: AGE, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na posição de 30.06.2012, o saldo devedor total das instituições repassadoras é de R\$ 164,6 milhões, contra R\$ 151,5 milhões do exercício anterior. Quanto à pontualidade no reembolso dos créditos, o BDMG matém-se com 100% de adimplência. Por outro lado, o maior percentual de inadimplência apresentado pelas instituições repassadoras dos recursos do FNE continua com a Desenbahia, passando de uma taxa de 3,8%, em 2011, para 4,5%, no fechamento do primeiro semestre de 2012. A AGN, que liderava esse ranking nos anos anteriores, reduziu seu índice de inadimplência de 5,3%, em 2010, para 3,3%, em 2011, e agora, apresenta uma taxa de 0,7% de inadimplência (Tabela 45).

Vale registrar que o Banese detém 41,4% do saldo devedor total dessas instituições, assim como, no primeiro semestre de 2012, realizou 82,2% do volume de recursos contratados no período.

Tabela 45 – FNE – Bancos Repassadores – Saldos Devedores e Inadimplência – Primeiro Semestre de 2012

Valores em R\$ Mil

Instituição Financeira	Saldo Devedor Total	% de Inadimplência
AGN	8.264	0,7
BANESE	68.146	2,8
DESENBAHIA	55.739	4,5
BDMG	32.497	-

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA

Tendo em vista a distribuição espacial dos recursos do FNE, no primeiro semestre de 2012, os financiamentos realizados pelos bancos repassadores alcançaram 22 municípios da área de atuação dessas instituições. Nesse contexto, o Setor Rural abrangeu maior número de municípios (86,4%). De outra forma, os que receberam maior volume de recursos foram Santa Rosa de Lima-SE (24,4%), Aracaju-SE (15,1%), Vitória da Conquista-BA (8,4%) e Natal-RN (7,4%) (Tabelas 46 e 47).

Tabela 46 – FNE – Bancos Repassadores – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2012

Setores/Programas	Nº de Municípios Atendidos
Rural	19
Agroindustrial	-
Industrial	2
Infraestrutura	-
Comércio/Serviços	4

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: Um mesmo município pode ter contratado operações em mais de um setor.

Tabela 47 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações⁽¹⁾ por Município – Primeiro Semestre de 2012

Município	Valor Contratado	Valores em R\$ Mil %
Natal (RN)	627	7,4
Aracaju (SE)	1.278	15,1
Carira (SE)	56	0,7
Cumbe (SE)	240	2,8
Divina Pastora (SE)	154	1,8
Estâncio (SE)	264	3,1
Frei Paulo (SE)	200	2,4
Gararu (SE)	50	0,6
General Maynard (SE)	75	0,9
Itabaiana (SE)	535	6,3
Itaporanga D'ajuda (SE)	518	6,1
Japaratuba (SE)	92	1,1
Maruim (SE)	297	3,5
Nossa Senhora das Dores (SE)	62	0,7
Poço Verde (SE)	75	0,9
Ribeirópolis (SE)	35	0,4
Rosário do Catete (SE)	154	1,8
Salgado (SE)	450	5,3
Santa Rosa de Lima (SE)	2.069	24,4
São Cristóvão (SE)	363	4,3
Macugê (BA)	172	2,0
Vitória da Conquista (BA)	712	8,4
TOTAL	8.478	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

A dinâmica da economia brasileira na última década, a despeito de se ressentir com as intermitentes crises financeiras internacionais, tem favorecido alguns indicadores econômicos e sociais importantes, fatores que possivelmente influenciaram o aumento da demanda por crédito. Assim, os recursos do FNE têm-se mostrado insuficientes, frente à crescente demanda por crédito no Nordeste do País, fato que repercute no volume de recursos efetivamente repassado a outras instituições de crédito.

Tabela 48 – FNE – Contratações por Programa e Porte a Nível Municipal – Primeiro Semestre de 2012

UF	Cód. Município	Município	Finalidade	Setor	Programa	Porte	Valores em R\$ Mil ¹²	
							Nº de Operações	Valor
RN	2.408.102	NATAL	Investimento	INDÚSTRIA	FNE MPE	Pequeno	1	8
RN	2.408.102	NATAL	Investimento	SERVIÇOS	FNE MPE Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	Pequeno	1	54
SE	27.739	CARIRA	Investimento Pecuária	RURAL	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	Mini/Micro/Pequeno	1	55
SE	3.822	CUMBE	Investimento Pecuária	RURAL	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	Mini/Micro/Pequeno	1	24
SE	16.410	DIVINA PASTORA	Investimento Pecuária	RURAL	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	Mini/Micro/Pequeno	1	15 ^a
SE	22.497	ESTÂNCIA	Investimento Pecuária	RURAL	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	Mini/Micro/Pequeno	1	26
SE	31.055	FREI PAULO	Investimento Pecuária	RURAL	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	Mini/Micro/Pequeno	1	20 ^a
SE	32.432	GARARU	Investimento Pecuária	RURAL	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	Mini/Micro/Pequeno	1	5 ^a
SE	38.209	GENERAL MAYNARD	Investimento Pecuária	RURAL	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	Mini/Micro/Pequeno	1	7 ^a
SE	18.140	ITABAIANA	Investimento Pecuária	RURAL	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	Mini/Micro/Pequeno	1	53
SE	31.419	ITAPORANGA D'AJUDA	Investimento Pecuária	RURAL	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	Mini/Micro/Pequeno	1	16 ^a
SE	31.419	ITAPORANGA D'AJUDA	Investimento Pecuária	RURAL	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	Mini/Micro/Pequeno	1	35 ^a
SE	32.566	JAPARATUBA	Investimento Pecuária	RURAL	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	Mini/Micro/Pequeno	1	9 ^a
SE	23.630	MARUIM NOSSA SENHORA DAS DORES	Investimento Pecuária	RURAL	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	Mini/Micro/Pequeno	1	29 ^a
SE	12.902	POÇO VERDE	Investimento Pecuária	RURAL	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	Mini/Micro/Pequeno	1	6 ^a
SE	12.957	RIBEIRÓPOLIS	Investimento Pecuária	RURAL	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	Mini/Micro/Pequeno	1	15
SE	34.351	ROSÁRIO DO CATETE	Investimento Pecuária	RURAL	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	Mini/Micro/Pequeno	1	3 ^a
SE	39.806	SALGADO	Investimento Pecuária	RURAL	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	Mini/Micro/Pequeno	1	154
SE	1.803	SALGADO SANTA ROSA DE LIMA	Investimento Pecuária	RURAL	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	Mini/Micro/Pequeno	1	15
SE	1.803	SALGADO SANTA ROSA DE LIMA	Investimento Agrícola	RURAL	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	Mini/Micro/Pequeno	1	300
SE	15.143					Mini/Micro/Pequeno	1	1.414

					Outros		
SE 15.143	SANTA ROSA DE LIMA	Investimento Pecuária	RURAL		Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	Mini/Micro/Pequeno	2 655
SE 23.991	SÃO CRISTÓVÃO	Investimento Pecuária	RURAL INDUSTRIAL		Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	Mini/Micro/Pequeno	3 363
SE 13.530	ARACAJU	Fixo	INDUSTRIAL E TURISMO COMÉRCIO E SERVIÇOS		Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL) Progr. de Financ.para os Setores Comercial e de Serviços (COMÉRCIO E SERVIÇOS)	Médio	1 208
SE 13.530	ARACAJU	Fixo	SERVIÇOS COMÉRCIO E SERVIÇOS		Progr. de Financ.para os Setores Comercial e de Serviços (COMÉRCIO E SERVIÇOS)	Mini/Micro/Pequeno	2 146
SE 13.530	ARACAJU	Fixo	COMÉRCIO E SERVIÇOS		Progr. de Financ.para os Setores Comercial e de Serviços (COMÉRCIO E SERVIÇOS)	Mini/Micro/Pequeno	3 671
SE 12.957	POÇO VERDE	Fixo	SERVIÇOS COMÉRCIO E SERVIÇOS		Progr. de Financ.para os Setores Comercial e de Serviços (COMÉRCIO E SERVIÇOS)	Mini/Micro/Pequeno	1 60
SE 13.530	ARACAJU	Fixo	SERVIÇOS		Progr. de Financ.para os Setores Comercial e de Serviços (COMÉRCIO E SERVIÇOS)	Médio	1 252
BA 2.921.906	MACUGÊ	Financ. Máq. e Equipamentos Com. Atacad.	RURAL COMÉRCIO E SERVIÇOS		Programa de Financiamento à Agropecuária Irrigada (FNE-IRRIGADA) Progr. de Financ.para os Setores Comercial e de Serviços (COMÉRCIO E SERVIÇOS)	Médio	1 172
BA 2.933.307	VITÓRIA DA CONQUISTA	Medic. de Drogas Veterinárias				Médio	1 712
Total						36	8.478

Código do Município: na forma definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Finalidade: investimento; custeio; aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas

3.5 – Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a Aplicação do FNE

Compete ao Conselho/Sudene estabelecer anualmente as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos do FNE, observadas as diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional.

Dessa forma, a Resolução nº 40/2011, de 12/08/2011, do Conselho/Sudene aprovou a Proposição nº 038/2010, referente às Diretrizes e Prioridades do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, para o exercício 2012.

O presente item retrata o monitoramento de tais prioridades para o primeiro semestre do exercício de 2012.

3.5.1 – Prioridades Espaciais

I. Apoio a Arranjos Produtivos Locais

Conforme pode ser observado na Tabela 49, foram contratados no primeiro semestre de 2012 R\$ 61,7 milhões, contemplando diversas atividades em todos os estados da área de atuação do FNE, com destaque para os APLs de Fruticultura, localizado em Petrolina/PE e de Leite e Derivados, em Açailândia/MA, que tiveram participação de 55,1% e 23,2%, respectivamente.

Tabela 49 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Arranjos Produtivos Locais – APLs – Primeiro Semestre de 2012

Estado	APL	Produto	Valores em R\$ Mil			
			Nº de Operações	%	Valor	%
AL	Mandioca no Agreste Alagoano - Arapiraca	Mandioca	35	2,8	141.	0,2
	Ovinocaprinocultura - Delmiro Gouveia	Carne	20	1,6	49	0,1
	Laticínios do Sertão Alagoano - Major Isidoro	Leite	155	12,4	509	0,8
BA	Fruticultura - Juazeiro	Manga/Uva	12	1,0	705	1,1
	Sisal - Valente	Sisal	1	0,1	10	0,0
CE	Cajucultura - Aracati	Castanha	60	4,8	175	0,3
	Calçados - Juazeiro do Norte	Calçados	7	0,6	4.835	7,8
	Bovinocultura Leiteira - Morada Nova	Leite	152	12,2	719	1,2
	Ovinocaprinocultura - Tauá	Carne	44	3,5	293	0,5
PB	Couro e Calçados - Campina Grande	Calçados	1	0,1	95	0,2
ES	Café Conilon da Região Nordeste - São Gabriel da Palha	Café	2	0,2	100	0,2
MA	Leite e Derivados - Açaílândia	Leite	66	5,3	14.312	23,2
	Leite e Derivados - Bacabal	Leite	61	4,9	755	1,2
	Ovinocaprinocultura - Chapadinha	Carne	28	2,2	124	0,2
MG	Fruticultura Irrigada - Janaúba	Banana / Citrus (Laranja / Limão)	11	0,9	1.000	1,6

PE	Confeções - Caruaru	Jeans	3	0,2	245	0,4
	Laticínios - Garanhuns	Leite	135	10,8	430	0,7
	Fruticultura - Petrolina	Manga / Uva	53	4,3	34.006	55,1
PI	Leite e Derivados da Região Norte - Parnaíba	Leite e Derivados	3	0,2	41	0,1
	Apicultura - Picos	Apicultura	21	1,7	115	0,2
	Cajucultura - Picos	Castanha	3	0,2	55	0,1
	Ovinocaprinocultura - Teresina	Corte	25	2,0	183	0,3
RN	Cerâmica - Assu	Olaria (Tijolo / Telha)	1	0,1	66	0,1
	Fruticultura - Assu	Todas as Frutas	6	0,5	90	0,1
	Laticínios - Caicó	Leite	68	5,5	1.096	1,8
	Tecelagem do Seridó - Jardim das Piranhas	Pano de Prato	3	0,2	376	0,6
SE	Mandioca - Lagarto	Mandioca	10	0,8	50	0,1
	Pecuária de Leite - N. Sra. da Glória	Leite	260	20,9	1.096	1,8
Total			1.246	100,0	61.671	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II. Projetos que se Localizem nos Espaços Reconhecidos como Prioritários pela PNDR.

Ver item 3.6

III. Aproveitamento das Potencialidades Identificadas em Estudos e Projetos de Zoneamento Ecológico Econômico

Para essa prioridade foram identificados os projetos direcionados para conservação, preservação e recuperação ambiental. Dessa forma, conforme consta na Tabela 50, foram contratados R\$ 16,3 milhões em 126 operações. O programa Pronaf Floresta se destaca no tocante ao número de operações com participação de 65,9%. Quanto aos valores contratados, o programa FNE Verde-Rural ficou com o maior volume de recursos, com participação de 60,8%.

Tabela 50 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ para a Conservação, Preservação e Recuperação do Meio Ambiente – Primeiro Semestre de 2012

Programas	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
FNE VERDE-INDUSTRIAL	1	0,8	1.674	10,3
FNE VERDE-RURAL	11	8,7	9.879	60,8
FNE VERDE-SERVIÇOS	1	0,8	2.857	17,6
PRONAF FLORESTA (FNE)	83	65,9	1.164	7,2
PRONAF-ECO (FNE)	30	23,8	684	4,2
Total	126	100,0	16.258	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.5.2 – Prioridades Setoriais

I. Apoio Preferencial a Agricultores Familiares e Mini e Micro Produtores Rurais, Empreendedores Individuais e às Micro e Pequenas Empresas, e as suas Associações e Cooperativas.

I.I Apoio a agricultores familiares,

Ver item 3.1.1.1

I.II Apoio aos empreendedores individuais

O Programa FNE Empreendedor Individual (FNE EI) tem como objetivo fomentar o desenvolvimento dos Empreendedores Individuais, contribuindo para o fortalecimento e aumento da competitividade desse segmento. Dessa forma, no primeiro semestre de 2012, foram contratados, no âmbito desse Programa R\$ 5,2 milhões, distribuídos em 670 operações. O Setor Comércio e Serviços destaca-se tanto no número de operações como também no volume de recursos contratados, com participação de 90,7% e 91,0%, respectivamente (Tabela 51).

Tabela 51 – FNE – Contratações⁽¹⁾ com Empreendedores Individuais – Primeiro Semestre de 2012

Setor	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Agroindústria	1	0,1	8	0,2
Comércio e Serviços	613	90,7	4.686	91,0
Indústria	58	8,6	430	8,3
Turismo	4	0,6	28	0,5
Total	676	100,0	5.152	100,0

Fonte: Planilha de contratações (Ambiente de Controle de Operações de Crédito).

I.III Apoio aos mini e micro produtores rurais e às micro e pequenas empresas e às suas associações e cooperativas

De acordo com a Tabela 52, foram destinados a essa prioridade, aproximadamente, R\$ 1,2 bilhão, distribuído em 16.132 operações. Nesse segmento de beneficiários do FNE, destaque para o Setor Comércio e Serviços que participou com 58,2% das operações e foi responsável por 49,3% dos recursos contratados. Vale destacar ainda que todas as operações foram realizadas diretamente com os produtores e/ou empresas, tendo em vista que as associações e cooperativas não efetuaram contratações nesse primeiro semestre de 2012.

Tabela 52 – FNE – Contratações⁽¹⁾ com Mini, Micro e Pequenos Produtores Rurais²/Empresas – Primeiro Semestre de 2012

Setores	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Rural	5.444	33,8	430.513	36,3
Cooperativas/Associações	-	-	-	-
Demais	5.444	33,8	430.513	36,3
Agroindustrial	69	0,4	8.041	0,7
Cooperativas/Associações	-	-	-	-

Demais	69	0,4	8.041	0,7
Industrial e Turismo	1.223	7,6	162.813	13,7
Cooperativas/Associações	-	-	-	-
Demais	1.223	7,6	162.813	13,7
Infraestrutura	-	-	-	-
Demais	-	-	-	-
Comércio e Serviços	9.396	58,2	584.864	49,3
Cooperativas/Associações	-	-	-	-
Demais	9.396	58,2	584.864	49,3
Total	16.132	100,0	1.186.231	100,0
Cooperativas/Associações	-	-	-	-
Demais	16.132	100,0	1.186.231	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exclusive operações com agricultores familiares.

II. Expansão, Diversificação e Modernização da Base Econômica Regional

II.I Infraestrutura;

Ver item 3.1.5

II.II Cadeia produtiva de veículos automotores, *inclusive* veículos pesados, enfocando a formação de rede de pequenos e médios fornecedores regionais;

Neste item serão tratados os projetos relacionados à atividade Indústria de Transportes. Como pode ser observado na Tabela 53, o produto Fabricação de Cabines, Carrocerias e Reboques para Caminhão foi responsável por 78,6% das operações, ficando, dessa forma com 80,3% dos recursos alocados para essa prioridade.

Tabela 53 – FNE – Projetos da Indústria Automotiva – Primeiro Semestre de 2012

Atividade	Produto	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil		
			%	Valor	%
	Fab. cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores, exceto caminhões e ônibus	1	7,1	45	2,4
Ind.Transportes	Fab.cabines, carrocerias e reboques para caminhão	11	78,6	1.496	80,3
	Fab. peças e acessórios	2	14,3	323	17,3
Total		14	100,0	1.864	100,0

Fonte: Planilha de contratações (Ambiente de Controle de Operações de Crédito).

II.III Agroindústria;

Ver item 3.1.2

II.IV. Indústria química (excluídos os explosivos), petroquímicos e biocombustíveis;

A Tabela 54 mostra os projetos relacionados à Indústria Química e de biocombustíveis. Nessa prioridade foram contratados R\$ 2,6 milhões em 11 operações efetivadas. Destaque para a atividade de produção de álcool no município de Nossa Senhora das Dores-SE, que contratou em duas operações R\$ 1.305 mil, o que representa, aproximadamente, 50,4% dos valores contratados nessa prioridade.

Tabela 54 – FNE – Projetos da Indústria Química, Petroquímica e Biocombustíveis – Primeiro Semestre de 2012

Atividade	Nº de Operações	Valor	%
Usina de Álcool	3	1.605	62,0
Fab. de Outros Produtos Químicos não Especificados ou não Classificados	1	45	1,7
Fab. de Cloro e Álcalis	1	122	4,7
Fab. Gases Industriais	1	21	0,8
Fab. Intermediários p/Fertilizantes	1	24	0,9
Fab. Intermediários p/Resinas e Fibras	1	84	3,2
Fab. Prod. Químicos. Orgânicos, Exceto Petroquímicos Básicos e Intermediários p/ Resinas	2	549	21,2
Fabricação de Desinfetantes Domissanitários	1	140	5,4
Total	11	2.590	100,0

Fonte: Planilha de contratações (Ambiente de Controle de Operações de Crédito).

II.V. Metalurgia, siderurgia e mecânica;

Conforme a Tabela 55 constata-se que a indústria metal-mecânica obteve uma expressiva participação tanto nas contratações (98,6%) como também no que concerne aos recursos contratados (93,3%). Dentro deste segmento, destaque para a atividade de fabricação de alumínio, localizada no município de Jaboatão dos Guararapes/PE que contratou aproximadamente R\$ 3,8 milhões¹¹.

Tabela 55 – FNE – Projetos da Indústria Metal-Mecânica e Siderúrgica – Primeiro Semestre de 2012

Segmento	Qtde Oper.	Valores em R\$ Mil			
		%	VI. Contratado	%	
Ind. Metal-Mecânica	73	98,6	9.703	93,3	
Ind. Siderúrgica	1	1,4	699	6,7	
Total	74	100,0	10.402	100,0	

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

II.VI. Extração de minerais metálicos e não metálicos;

De acordo com a Tabela 56, nesta prioridade foi alocado o maior volume de recursos nas atividades relativas à extração de minerais metálicos, 95,1%. O bom desempenho dessa atividade deve-se aos investimentos realizados no estado da Bahia, onde foram contratados R\$ 240,7 milhões¹².

Tabela 56 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ no Setor da Indústria Extrativa de Minerais – Primeiro Semestre de 2012

Atividade	Nº de Operações	Valores em R\$ mil			
		%	Valor	%	
Extração de Minerais Metálicos	5	27,8	242.482	95,1	
Extração de Minerais Não-Metálicos	13	72,2	12.589	4,9	
Total	18	100	255.071	100,0	

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

¹¹ Base do Ativo do BNB.

¹² Base do Ativo do BNB.

II.VII. Infraestrutura turística voltada para a Copa do Mundo de 2014;

Em março de 2010 foi lançada, em Fortaleza, a linha de financiamento Proatur Copa, em parceria com o Ministério do Turismo, o Ministério da Integração Nacional e a SUDENE, com participações de representantes de vários estados da Região Nordeste. Referida linha está apoiada nas condições de financiamento do Programa de Apoio ao Turismo Regional – FNE Proatur aprovadas para 2010, notadamente quanto ao aumento do prazo de financiamento de hotéis, de 15 para 25 anos, e permissão para o financiamento de arenas multiusos (áreas esportivas adaptadas para atendimento a vários tipos de eventos), tendo como objetivo principal o provimento da infraestrutura turística necessária às cidades-sede da Região Nordeste (Fortaleza, Recife, Natal e Salvador) e seu entorno, com vistas à realização do evento Copa 2014.

A Tabela 57 apresenta informações acerca de projetos relacionados ao fluxo turístico na Região. Com base no levantamento das atividades financiadas no Turismo, constata-se que o ramo hospedagem foi responsável por 95,9% dos recursos, o que atende necessidade específica desse segmento, conforme identificado em Sousa et al (2010).

Tabela 57 – FNE – Projetos Relacionados ao Turismo – 1º Semestre de 2012

Valores em R\$ Mil

Atividade	Nº de Operações	%	Valor	%
Alimentação	20	15,7	2.232	1,1
Alimentação Preparada	1	0,8	47	0,0
Ativs. Aux. Transportes	29	22,8	3.545	1,7
Entretenimento	2	1,6	149	0,1
Hospedagem	62	48,8	195.830	95,9
Imobiliárias e Aluguéis	4	3,1	314	0,2
Serv. Pessoais	3	2,4	688	0,3
Transp. Rodoviário	3	2,4	1.081	0,5
Transp. Turismo	3	2,4	427	0,2
Total	127	100,0	204.313	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.VIII. Produção de alimentos básicos para consumo humano;

Entre as melhorias introduzidas pelo Plano Safra 2008/2009, houve a criação do Pronaf - Mais Alimentos, por ocasião do agravamento da crise de alimentos no mundo, com registro de alta excessiva nos preços das *commodities* agrícolas. Para atenuar referida situação, esta linha de crédito visa à produção de um excedente de 18 milhões de toneladas de alimentos por ano, viabilizado pelo financiamento, no âmbito da agricultura familiar, de projetos de investimento para a produção de açafrão, arroz, café, cana-de-açúcar, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo e para fruticultura, cultura de palmeiras para produção de palmito, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.

Nessa perspectiva, o Pronaf - Mais Alimentos ainda destina recursos para a modernização da infraestrutura da propriedade rural, com vistas ao aumento da produtividade da agricultura familiar: investimentos em máquinas e equipamentos, procedimentos de correção e recuperação de solos e melhoria genética, entre outros. O limite de crédito é de R\$ 130 mil, que podem ser pagos em até dez anos, com até três anos de carência e taxa de juros de 2% a.a..

No primeiro semestre de 2012, o BNB aplicou em sua área de atuação aproximadamente R\$ 112,2 milhões nessa linha especial de crédito, o que representa 15,9% do valor investido pela instituição ao amparo do FNE Pronaf. A bovinocultura lidera essas aplicações, absorvendo 72,9% do volume total de recursos. Destacam-se ainda, conforme Tabela 58, a ovinocultura e o café, ambos com participação de 4,7%.

Tabela 58 – FNE – Projetos Voltados para a Produção de Alimentos Básicos – Primeiro Semestre de 2012

Programa	Produto	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
PRONAF MAIS ALIMENTOS	Apicultura	62	956	0,9
	Avicultura	44	1.219	1,1
	Café	144	5.222	4,7
	Bovinocultura	3.343	81.832	72,9
	Pesca	32	579	0,5
	Caprinocultura	217	3.521	3,1
	Fruticultura	162	5.376	4,8
	Cana	98	1.875	1,7
	Grãos	19	1.251	1,1
	Olericultura	46	1.565	1,4
	Ovinocultura	260	5.299	4,7
	Serv.Aux. Agropecuária	111	2.325	2,1

	Outros	42	1.188	1.1
Total		4.580	112.207	100

Fonte: Planilha de contratações (Ambiente de Controle de Operações de Crédito).

II.IX. Indústria de calçados e artefatos, mobiliários, confecções, inclusive artigos de vestuários;

No primeiro semestre de 2011, o BNB financiou 319 operações relacionadas às indústrias de calçados, mobiliários e vestuário e acessórios, totalizando R\$ 56,8 milhões, sobressaindo-se as atividades da Indústria de Calçados que absorveram 46,8% dos recursos (Tabela 59). Importante destacar que nessa prioridade 84,6%¹³ dos recursos foram destinados a empresas instaladas no semiárido nordestino, o que tem contribuído intensamente para o desenvolvimento econômico de diversos municípios localizados nessa região.

Tabela 59 – FNE – Projetos das Indústrias de Calçados, Mobiliários e Vestuário e Acessórios – Primeiro Semestre de 2012

Atividade	Produto	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil		
			%	Valor	%
Ind. de Calcados	Fab. Calçados de Couro	5	1,6	20.207	35,6
	Fab. Calçados de Plástico	5	1,6	1.534	2,7
	Fab. Calçados de Tecidos, Fibras, Madeira ou Borracha	7	2,2	3.659	6,4
	Fab. Tênis, de Qualquer Material	2	0,6	750	1,3
	Fabricação de Partes para Calçados, de Qualquer Material	4	1,3	403	0,7
	Sub-total	23	7,2	26.553	46,8
Ind. de Mobiliário	Fab. Armários Embutidos de Madeira	2	0,6	134	0,2
	Fab. Colchões	2	0,6	3.243	5,7
	Fab. Móveis com Predominância de Metal	13	4,1	1.922	3,4
	Fab. Móveis de Vime e Junco	1	0,3	23	0,0
	Fab. Móveis Estofados	7	2,2	379	0,7
	Fabricação de Móveis com Predominância de Madeira	57	17,9	9.225	16,2
	Serrarias com Desdobramento de Madeira	5	1,6	698	1,2
	Serviços de Montagem de Móveis de Qualquer Material	1	0,3	7	0,0
Sub-total		88	27,6	15.631	27,5
Ind. de Vestuário e Acessórios	Confec. de Peças de Vest., Exceto Roupas Íntimas e as Confec. sob Medida	89	27,9	3.605	6,3
	Confecção de Roupas Íntimas	13	4,1	564	1,0
	Fab. Art. do Vestuário	68	21,3	7.502	13,2
	Fab. Acess. do Vestuário	23	7,2	1.478	2,6

¹³ Base do Ativo do BNB.

Fab. Bijuteria	1	0,3	604	1,1
Fab. Tecidos e Art. de Malha	5	1,6	164	0,3
Fabr. de Acessórios do vestuário, Exceto para Segurança e Proteção	5	1,6	412	0,7
Fabr. Aviamentos p/ Costura	2	0,6	190	0,3
Fabricação de Roupas de Proteção e Segurança e Resistentes a Fogo	2	0,6	95	0,2
Sub-total	208	65,2	14.614	25,7
Total	319	100,0	56.798	100,0

Fonte: Planilha de contratações (Ambiente de Controle de Operações de Crédito).

III. Apoio aos setores exportadores regionais;

De acordo com a Tabela 60, no segmento relacionado às exportações regionais, o Setor Industrial responde por 57,1% dos contratos firmados, absorvendo, dessa forma, 75,7% dos recursos. As atividades de fabricação de calçados de couro e processamento e beneficiamento de castanha de caju foram as principais responsáveis pelas contratações nessa prioridade, com participação de 42,0% e 21,0%, respectivamente¹⁴.

Tabela 60 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ no Setor de Exportação – Primeiro Semestre de 2012

Setores	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Industrial	8	57,1	36.006	75,7
Comércio e Serviços	6	42,9	11.579	24,3
Total	14	100,0	47.585	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

IV. Instalação de uma base produtiva contemplando setores/atividades portadoras de futuro;

IV.I. Projetos integrados e/ou vinculados às opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP;

Dentro dessa prioridade foram identificados os projetos relacionados às áreas de informática e medicamentos. Dessa forma, no primeiro semestre de 2012, o Banco do Nordeste contratou R\$ 1,9 milhão nesses segmentos, dentro das opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, conforme demonstrado na Tabela 61.

¹⁴ Base do Ativo

Tabela 61 – FNE – Contratações⁽¹⁾ no Segmento de Informática e Medicamentos – Primeiro Semestre de 2012

Segmento	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil		
		%	Valor	%
Informática	20	13,0	673	64,1
Medicamentos	3	87,0	1.201	35,9
Total	23	100,0	1.874	100,0

Fonte: Planilha de contratações (Ambiente de Controle de Operações de Crédito).

3.6 – O FNE no Contexto da PNDR

I. Projetos localizados no Semiárido

Ver item 3.3.2

II. Projetos localizados nas sub-regiões prioritárias da PNDR.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) é uma política do Governo Federal, que tem por objetivo reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões no País. Especificamente, esta Política se propõe: i) a dotar as regiões das condições necessárias de infraestrutura, crédito e tecnologia para o aproveitamento de oportunidades econômico-produtivas promissoras para seu desenvolvimento; ii) a promover a inserção social produtiva da população, a capacitação dos recursos humanos e a melhoria da qualidade da vida em todas as regiões; iii) a fortalecer as organizações sócioprodutivas regionais, com a ampliação da participação social e estímulo a práticas políticas de construção de planos e programas sub-regionais de desenvolvimento; e iv) a estimular a exploração das potencialidades sub-regionais que advêm da magnífica diversidade socioeconômica, ambiental e cultural do País (BRASIL, 2010).

A PNDR adotou uma metodologia na intenção de qualificar, por tipologia, as sub-regiões objetos de sua política, utilizando as seguintes variáveis:

- a) Rendimento Médio Mensal por Habitante, englobando todas as fontes declaradas (salários, benefícios e pensões); e
- b) Taxa Geométrica de Variação dos Produtos Internos Brutos Municipais por habitante.

Assim, foram definidos quatro tipos de sub-regiões, a saber: 1 - Sub-regiões de Alta Renda; 2 - Sub-regiões Dinâmicas; 3 - Sub-regiões Estagnadas; e 4 - Sub-regiões de Baixa Renda, sendo consideradas como áreas prioritárias as microrregiões pertencentes às sub-regiões 2, 3 e 4.

O BNB vem priorizando a distribuição de recursos nas sub-regiões prioritárias da PNDR. Dessa forma, nessa prioridade, foram aplicados nos primeiros seis meses de 2012, 87,1% dos recursos contratados pelo Fundo.

Com base na Tabela 62, verifica-se que os municípios enquadrados na tipologia *Dinâmica*¹⁵ foram responsáveis pelo número maior de operações (35,3%), vindo logo em seguida as tipologias *Estagnada* (32,6%) e *Baixa Renda* (30,8).

Quanto ao volume de recursos contratados, a tipologia *Estagnado de Média Renda* fica com a maior participação (37,8%).

Comparando o quadro atual com o mesmo período dos dois últimos exercícios, constata-se a maior participação das sub-regiões enquadradas como prioritárias, que em 2010 e 2011 participavam, respectivamente, com 80,5% e 85,0% dos recursos alocados. Outro ponto que merece atenção é que, desde o primeiro semestre de 2011, os municípios da tipologia *Estagnado de Média Renda*, aparecem com a maior participação no tocante aos recursos contratados, superando assim os municípios tidos como *Dinâmicos de Média Renda*. Esse aspecto é bastante positivo ao considerarmos que os investimentos realizados em maior volume nos municípios estagnados poderão contribuir de forma decisiva, no intuito de dinamizar essas economias.

A Figura 2 mostra a distribuição dos municípios conforme as tipologias. Como pode ser observado, os municípios considerados de alta renda concentram-se nas regiões no entorno das cidades de Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador. Dessa forma, pode-se constatar que o FNE tem contribuído para o desempenho econômico dos demais municípios da Região, onde foram contratados R\$ 3,4 bilhões (87,1%) em 205.770 operações (98,7%), contribuindo assim para o desenvolvimento das atividades produtivas em áreas menos favorecidas localizadas na Região Nordeste.

¹⁵ A classificação dos municípios, de acordo com a tipologia PNDR, é realizada pela Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, do MI. Fonte: BNB Programação FNE 2010.

Tabela 62 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ na Tipologia PNDR – Primeiro Semestre de 2012

Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor Contratado (Em R\$ mil)	%
Alta Renda ⁽²⁾	2.736	1,3	503.102	12,9
Baixa Renda ⁽³⁾	64.201	30,8	615.665	15,8
Dinâmico de Média Renda ⁽⁴⁾	73.512	35,3	1.304.783	33,5
Estagnado de Média Renda ⁽⁵⁾	68.057	32,6	1.469.617	37,8
Total	208.506	100,0	3.893.167	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (3) Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (4) Dinâmica de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% a 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (5) Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998.

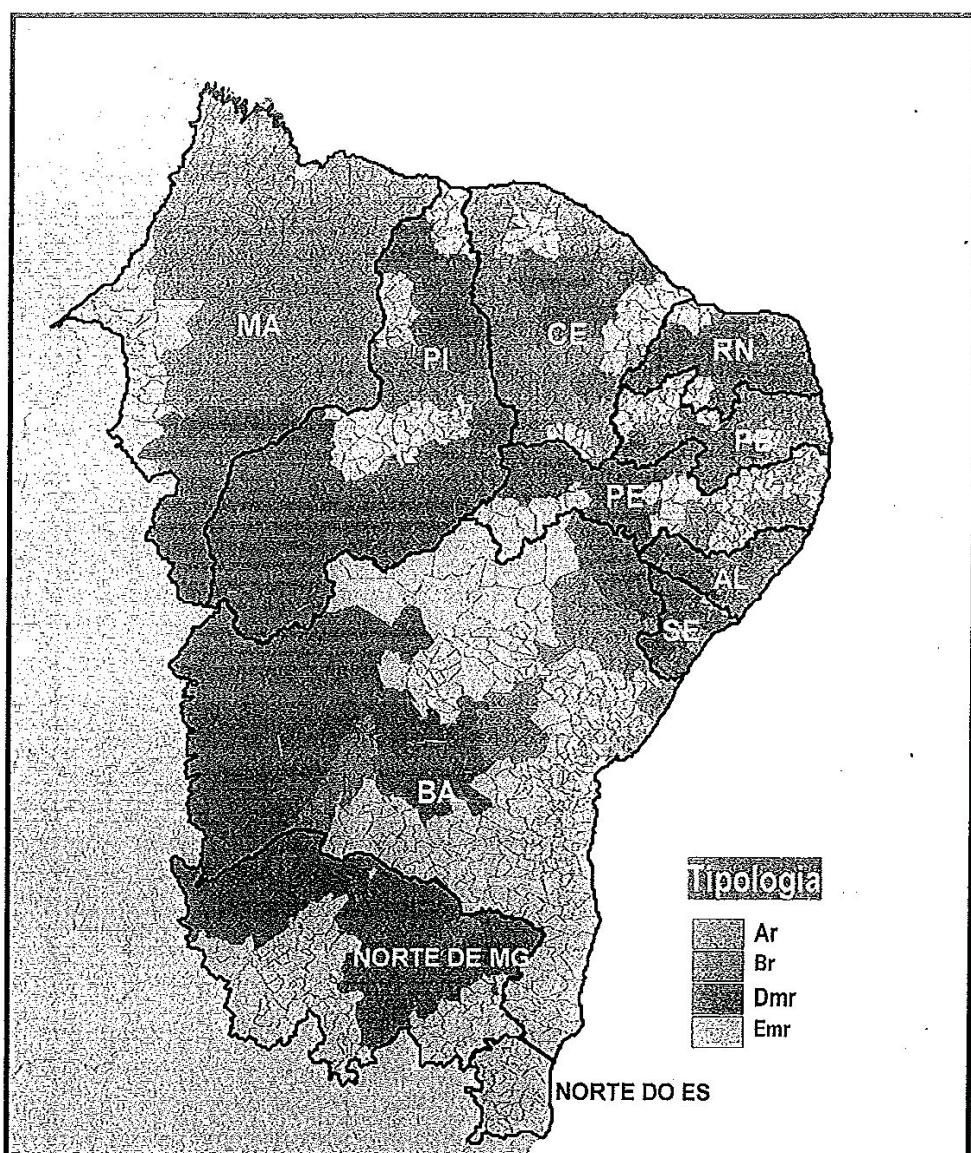


Figura 2 – Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do BNB

Nota: Ar = Alta renda; BR = Baixa renda; Dmr = Dinâmico de menor renda; Emr = Estagnado de média renda.
Fonte: Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

II.I Contratações por Tipo de Município e Porte (Áreas Prioritárias)

De acordo com a Tabela 63, verifica-se que os empreendimentos de porte mini/micro, pequeno e pequeno-médio, foram responsáveis dentro das áreas prioritárias, por 99,7% dos contratos firmados, evidenciando a preocupação do BNB em atender, principalmente, os empreendedores de menor porte. No que concerne aos recursos contratados, tais empreendimentos despontam com maior volume, alocando (62,4%). Os empreendimentos de grande porte contrataram 18,1% dos recursos. Esses

números refletem a nova classificação de porte adotada pelo Banco, em atendimento à Nota Técnica nº 45/CGFCF/DNPA, do Ministério da Integração, e dessa forma, impossibilita uma análise comparativa com os exercícios anteriores, conforme visto no item 3.3.3, deste Relatório.

Tabela 63 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Tipo de Município e Porte (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2012

Tipologia	Míni / Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Baixa Renda	62.146	324.492	1.880	168.224	103	66.200	63	36.302	9	20.447	64.201	615.665
Dinâmico de Média Renda	70.204	357.527	2.803	247.516	250	165.875	155	247.763	100	286.102	73.512	1.304.783
Estagnado de Média Renda	64.006	326.576	3.421	330.572	343	129.528	245	375.787	42	307.154	68.057	1.469.617
Total	196.356	1.008.695	8.104	746.312	696	361.603	463	659.852	151	613.703	205.770	3.390.065

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.II Contratações por Tipo de Município e Setor (Áreas Prioritárias)

Como pode ser observado na Tabela 64, o Setor Rural foi responsável por 95,0% das operações realizadas nas áreas prioritárias, conforme as tipologias, sendo também responsável pelo maior volume de recursos contratados (60,4%). Esse desempenho, em relação tanto ao número de contratos quanto aos valores contratados, é reflexo da estrutura produtiva da Região Nordeste, mais precisamente da estrutura produtiva das regiões prioritárias, que na maioria dos municípios, ou em quase toda a sua totalidade, baseia-se na agropecuária. Em seguida, aparece o Setor Comércio e Serviços, que efetivou 8.916 operações nas áreas prioritárias, o que representa um aumento de 16,4% em relação ao mesmo período de 2011 quando foram realizadas 7.661 operações. Quanto às contratações, o Comércio e Serviços contratou 24,1% do volume de recursos, sobressaindo o desempenho dos municípios classificados como Estagnados de Média Renda, que contrataram aproximadamente R\$ 526,6 mil, o que corresponde a 64,4% dos recursos desse Setor, dentro das áreas prioritárias, no primeiro semestre de 2012.

Tabela 64 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Tipo de Município e Setor (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2012

Tipologia	Rural		Agroindústria		Industrial		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Valores em R\$ Mil	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Baixa Renda	61.994	445.253	14	4.101	147	32.723	20	10.999	-	-	2.026	122.589	64.201	615.665
Dinâmico de Média Renda	70.182	1.070.936	36	7.057	323	49.805	29	8.353	-	-	2.942	168.632	73.512	1.304.783
Estagnado de Média Renda	63.405	532.628	62	33.233	594	212.458	48	164.661	-	-	3.948	526.637	68.057	1.469.617
Total	195.581	2.048.817	112	44.391	1.064	294.986	97	184.013	-	-	8.916	817.858	205.770	3.390.065

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.III - Contratações por Tipo de Município por Estado (Áreas Prioritárias)

No âmbito estadual, levando-se em consideração as operações realizadas nas tipologias baixa renda, média renda estagnado e média renda dinâmico, verifica-se com base na Tabela 65, que o estado da Bahia aparece com o maior número de contratos firmados (18,9%), seguido do Ceará (13,4%) e de Pernambuco com 11,8% das operações efetuadas. No entanto, analisando-se apenas os contratos firmados na tipologia *baixa renda*, verifica-se que o Maranhão aparece com o maior número de operações (18.978). Vale lembrar que o estado do Maranhão possui municípios com características socioeconômicas iguais ou inferiores aos municípios mais pobres localizados no semiárido dos demais estados do Nordeste. Assim, verifica-se que com essa elevada participação no número de operações na tipologia *baixa renda*, nos municípios maranhenses, o FNE tem dado especial atenção a esse quadro, tentando através desses financiamentos, melhorar as condições de vida da população mais carente na área de abrangência do BNB.

Tabela 65 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Tipo de Município e Estado (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2012

Estados	Tipologia	Quant.	Valores em R\$ Mil	
				Valor
AL	BR	7.262		65.849
	DMR	5.950		27.873
BA	BR	5.864		51.095
	DMR	8.021		262.577
CE	EMR	24.972		389.228
	BR	17.071		112.436
ES	DMR	4.876		54.697
	EMR	5.635		86.934
MA	EMR	314		38.351
MG	BR	18.798		242.627
	DMR	1.453		113.153
PB	EMR	2.843		189.453
	BR	359		2.845
	DMR	12.732		126.175
	EMR	8.465		79.407
	BR	6.365		49.407
	DMR	4.163		26.419

		EMR	6.089	61.066
PE	BR	3.925	29.221	
	DMR	8.257	74.800	
	EMR	12.026	422.689	
PI	BR	2.617	29.296	
	DMR	11.173	372.620	
	EMR	4.811	109.254	
RN	BR	615	7.061	
	DMR	10.030	114.775	
	EMR	1.296	54.906	
SE	BR	1.325	25.828	
	DMR	6.857	131.694	
	EMR	1.606	38.329	
Total		205.770	3.390.065	

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

II.IV - Contratações por Tipo de Município e Região (Áreas Prioritárias)

Com base nas informações constantes na Tabela 66, nas áreas prioritárias dentro da Região Semiárida, os municípios classificados como *Dinâmico de Menor Renda* se sobressaem no tocante ao número de contratos firmados com participação de 44,4%. Quanto ao aporte de recursos, os municípios Estagnados de Média Renda aparecem com 43,8% de participação.

Tabela 66 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Tipo de Município e Região (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2012.

Valores em R\$ Mil				
Região	Tipologia	Quant.	Valor	
Semiárido	BR	30.151	211.802.	
	DMR	58.838	672.368	
	EMR	43.588	688.661	
Outras Regiões	BR	34.050	403.863	
	DMR	14.674	632.415	
	EMR	24.469	780.956	
Total		205.770	3.390.065	

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

III. Projetos localizados nas mesorregiões diferenciadas do Ministério da Integração Nacional, quais sejam: Chapada do Araripe; Xingó; Chapada das Mangabeiras (exceto municípios do Estado do Tocantins, assistidos pelo FNO); Seridó; Vale do Jequitinhonha / Vale do Mucuri; Bico do Papagaio (municípios do Estado do Maranhão).

Constam, na Tabela 67, os projetos financiados segundo as áreas de atuação da Secretaria de Programas Regionais (SPR). Neste contexto, constata-se que as atividades produtivas nas mesorregiões localizadas na área de atuação do BNB, contrataram aproximadamente R\$ 972,3 milhões, totalizando 46.964 operações. A Figura 3 mostra a localização das mesorregiões prioritárias da PNDR.

Destaca-se aí a mesorregião da Chapada das Mangabeiras que ao contratar R\$ 422,6 milhões distribuídos em 2.996 operações, respondeu por 43,5% do valor total contratado.

Essa expressiva participação reflete em muito o financiamento das atividades agrícolas, principalmente o cultivo da soja, uma vez que nessa mesorregião estão localizados os municípios de Tasso Fragoso e Sambaíba, que despontam entre os principais produtores de soja do estado maranhense; e os municípios de Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus e Santa Filomena, principais produtores sojícolas do Piauí. Vale ressaltar que alguns desses municípios, a exemplo de Tasso Fragoso-MA, Uruçuí-PI e Baixa Grande do Ribeiro-PI, também aparecem como principais produtores de algodão de seus respectivos estados, sendo esta uma das principais atividades, em termos de recursos alocados, financiadas pelo FNE.

As mesorregiões do Xingó e Chapada do Araripe destacam-se tanto no número de operações quanto nos valores contratados. Juntas, elas realizaram 28.082 operações e contrataram R\$ 290,4 milhões. No caso dessas mesorregiões, o expressivo número de contratos está relacionado à estrutura produtiva do sertão nordestino, onde as atividades relacionadas ao meio rural são desenvolvidas, principalmente, nas pequenas propriedades, com destaque para a bovinocultura, a ovinocaprinocultura, a avicultura, dentre outras.

Tabela 67 – FNE – Projetos Contratados¹ nas Mesorregiões SPR² – 1º Semestre de 2012

Mesorregiões	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
BICO DO PAPAGAIO	1.989	4,2	112.862	11,6
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	2.996	6,4	422.648	43,5
CHAPADA DO ARARIPE	12.936	27,5	125.382	12,9
JEQUITINHONHA/MUCURI	8.106	17,3	91.134	9,4
SERIDÓ	4.963	10,6	47.039	4,8
ÁGUAS EMENDADAS	828	1,8	8.237	0,8
XINGÓ	15.146	32,3	165.020	17,0
Total	46.964	100,0	972.322	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

(2) Secretaria de Programas Regionais.

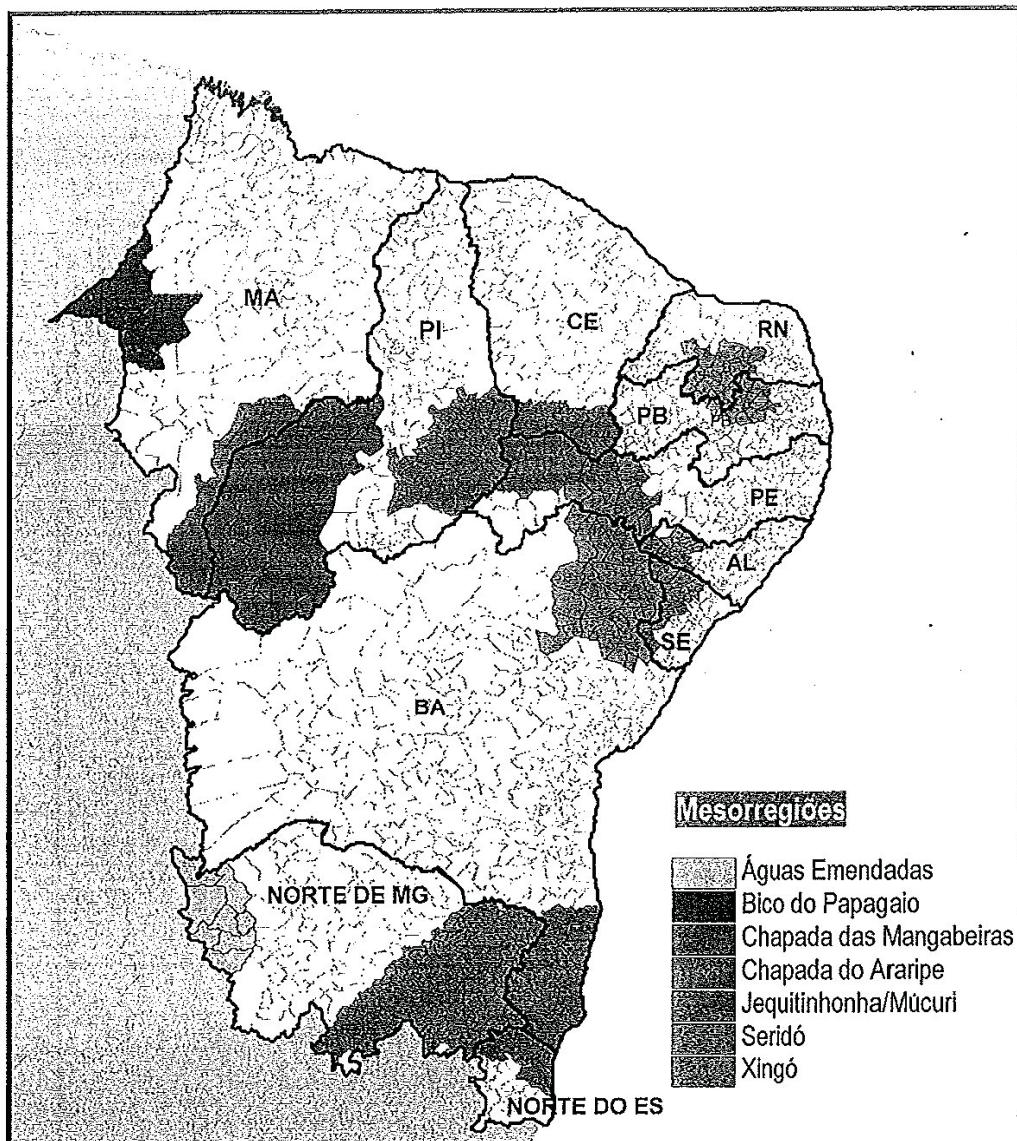


Figura 3 – Mesorregiões na Área de Atuação do BNB

Fonte: Manual Auxiliar -- Operações de Crédito do BNB.

III.I Contratações em Mesorregiões por Porte

Conforme a Tabela 68, verifica-se que do total das 46.964 operações contratadas nas mesorregiões, 99,7% foram destinadas aos estabelecimentos classificados como mini/micro, pequeno e pequeno/médio portes. Esses empreendimentos alocaram 59,8% dos recursos, evidenciando a importância dos mesmos na dinamização da economia local, bem como o papel do BNB, em particular do FNE, em apoiar esses empreendimentos.

Tabela 68 -- FNE -- Contratações⁽¹⁾ em Mesorregiões por Porte – Primeiro Semestre de 2012

Mesorregiões	Porte												Valores em R\$ Mil	
	Mini / Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total			
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Chapada das Mangabeiras	2.758	13.820	141	23.735	58	92.878	26	149.585	13	142.630	2.996	422.648		
Chapada do Araripe	12.419	62.517	477	37.185	29	13.840	11	11.840	-	-	12.936	125.382		
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	7.817	35.558	250	30.935	22	14.149	16	10.066	1	426	8.106	91.134		
Xingó	14.548	90.265	536	50.965	22	3.148	39	15.642	1	5.000	15.146	165.020		
Bico Papagaio	1.866	15.010	88	20.460	22	25.826	11	38.886	2	12.680	1.989	112.862		
Seridó	4.602	20.910	340	22.316	9	1.098	10	1.125	2	1.590	4.963	47.039		
Águas Emendadas	811	3.888	13	2.112	2	954	2	1.283	-	-	828	8.237		
Total	44.821	241.968	1.845	187.708	164	151.893	115	228.427	19	162.326	46.964	972.322		

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

III.II Contratações em Mesorregiões por Estado

Analizando-se as contratações do FNE nas Mesorregiões por Estado, é importante destacar que para a delimitação dessas mesorregiões foram consideradas características comuns entre municípios. Assim, existem mesorregiões que abarcam territórios de um ou mais estados.

Nesse sentido, com base nas informações prestadas na Tabela 69, verifica-se que os estados do Piauí e Pernambuco responderam juntos por 30,9% do número de operações realizadas nas mesorregiões. Vale lembrar que o Piauí possui municípios que compõem a mesorregião da Chapada do Araripe. Já o estado de Pernambuco conta com municípios tanto na Chapada do Araripe como também na mesorregião do Xingó. Essas mesorregiões tiveram participação de 27,5% e 32,3%, respectivamente, no total de operações realizadas nas mesorregiões, contribuindo para a participação desses estados no total das operações. Em termos de valores contratados, destacam-se os estados do Piauí e Maranhão que juntos contrataram 58,9% dos recursos. Nesse caso, boa parte se deve às contratações realizadas na mesorregião da Chapada das Mangabeiras, que abrange esses dois estados.

Tabela 69 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Mesorregiões por Estado – Primeiro Semestre de 2012

				Valores em R\$ Mil
Estados	Mesorregião	Quantidade de Operações	Valor Contratado	
Alagoas	Xingó	3.402	16.147	
Bahia	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	1.840	41.525	
	Xingó	4.285	40.973	
Ceará	Chapada do Araripe	3.763	48.313	
Espírito Santo	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	42	10.082	
Maranhão	Chapada das Mangabeiras	378	97.790	
	Bico do Papagaio	1.989	112.862	
Minas Gerais	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	6.224	39.527	
	Águas Emendadas	828	8.237	
Paraíba	Seridó	1.768	9.798	
Pernambuco	Chapada do Araripe	4.370	40.063	
	Xingó	2.743	23.607	

Piauí	Chapada das Mangabeiras	2.618	324.858
	Chapada do Araripe	4.803	37.006
Rio Grande do Norte	Seridó	3.195	37.241
Sergipe	Xingó	4.716	84.293
	Total	46.964	972.322

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

III.III Contratações em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões

Com base na Tabela 70, constata-se que as áreas das mesorregiões pertencentes ao semiárido realizaram 78,9% das operações. Mais uma vez Xingó e a Chapada do Araripe influenciaram sobremaneira esse resultado, tendo em vista que essas mesorregiões localizam-se na sua totalidade, no semiárido nordestino. Quanto aos valores contratados, a região fora do semiárido ficou com 55,2% dos recursos, sofrendo forte influência da Chapada das Mangabeiras, que possui boa parte do seu território fora do semiárido nordestino e foi a mesorregião com o maior volume global de contratações.

Tabela 70 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões – Primeiro Semestre de 2012

Região	Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valores em R\$ Mil	
			Valor Contratado	
Semiárido		37.077	434.592	
	Chapada das Mangabeiras	1.380	79.977	
	Chapada do Araripe	12.936	125.382	
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	2.652	18.174	
	Xingó	15.146	165.020	
	Seridó	4.963	47.039	
Outras Regiões		9.887	536.730	
	Chapada das Mangabeiras	1.616	342.671	
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	5.454	72.960	
	Bico Papagaio	1.989	112.862	
	Águas Emendadas	828	8.237	
	Total	46.964	972.322	

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

III.IV Contratações em Mesorregiões por Setor

Com base na Tabela 71, constata-se que o Setor Rural foi responsável por R\$ 749,6 milhões (77,1%), contratados em 44.965 operações (97,5%), evidenciando a importância desse setor para o dinamismo econômico desses espaços subnacionais.

Já o Setor Comércio e Serviços aparece como segundo maior tanto em número de contratos (1.724) quanto em relação ao volume contratado com participação de 15,2%. Esse resultado teve forte influência da mesorregião Chapada do Araripe que contratou aproximadamente R\$ 30 milhões em 530 operações.

Tabela 71 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Mesorregiões por Setor – Primeiro Semestre de 2012

Valores em R\$ Mil

SETOR/ MESORREGIÃO	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA / MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPAGAIO		AGUAS EMENDADAS		TOTAL		
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	
Rural	2.853	413.755	12.302	59.248	7.835	66.003	14.666	128.483	4.581	21.442	1.908	53.036	820	7.642	44.965	749.609	
Agroindustrial	2	74	14	1312	4	6.728	3	358	4	73	0	0	0	0	0	27	8.545
Industrial	12	1151	84	24.209	19	1.224	29	6.330	76	8.672	8	8.646	0	0	228	50.232	
Turismo	0	0	6	10.635	1	287	7	1.160	3	129	3	3.494	0	0	20	15.705	
Infraestrutura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Comércio e Serviços	129	7.668	530	29.978	247	16.893	441	28.689	299	16.723	70	47.686	8	594	1.724	148.231	
Total	2.996	422.648	12.936	125.382	8.106	91.135	15.146	165.020	4.963	47.039	1.989	112.862	828	8.236	46.964	972.322	

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

IV. Projetos localizados nas Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDES de Petrolina-Juazeiro e Timon-Teresina.

As Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) são regiões definidas como prioritárias pelo Decreto Nº 6.047/2007. Dentro dessa prioridade, constata-se, com base nas Tabelas 72 e 73, que foram contratados na RIDE Petrolina - Juazeiro, aproximadamente, R\$ 107,5 milhões, em 1.977 operações realizadas. Destaque para o Setor Rural, que contratou R\$ 80,5 milhões, onde 58,3% desses recursos foram destinados à fruticultura¹⁶. A região pertencente a essa RIDE é reconhecidamente propícia ao desenvolvimento dessa atividade, sendo uma das principais exportadoras de frutas do Brasil. Assim, percebe-se que o FNE tem contribuído de forma decisiva para o desenvolvimento econômico desse espaço prioritário, através do financiamento das atividades relacionadas a essa cadeia produtiva.

Tabela 72 – FNE – Contratações⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por Município – Primeiro Semestre de 2012

Municípios da RIDE Petrolina - Juazeiro	Nº de Operações	Valor	Valores em R\$ Mil	
			%	
Casa Nova	387	8.066	7,5	
Curaçá	78	4.608	4,3	
Juazeiro	557	44.575	41,5	
Lagoa Grande	89	598	0,6	
Orocó	106	685	0,6	
Petrolina	633	47.308	44,0	
Santa Maria da Boa Vista	36	787	0,7	
Sobradinho	91	889	0,8	
Total	1.977	107.517	100,0	

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em seguida, temos o setor Comércio e Serviços que contratou R\$24,8 milhões nessa RIDE. Nesse setor as atividades relacionadas ao comércio varejista foram responsáveis por 57,4% dos recursos¹⁷.

Tabela 73 – FNE – Contratações⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por Setor – Primeiro Semestre de 2012

Setor	Nº Operações	Valor	Valores em R\$ Mil	
			%	
Rural	1.758	80.499	74,9	
Agroindustrial	0	0	0,0	
Industrial	8	616	0,6	
Turismo	4	1.591	1,5	
Comércio e Serviços	207	24.810	23,1	
Total	1.977	107.516	100,0	

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

¹⁶ Base do Ativo do BNB.

¹⁷ Base do Ativo do BNB.

Na RIDE Timon-Teresina, de acordo com a Tabela 74, foram realizadas 1.626 operações, das quais 83,7% foram destinadas ao Setor Rural, com destaque para as atividades de ovinocaprinocultura, suinocultura e avicultura com 380, 337 e 280 contratos, respectivamente¹⁸.

Tabela 74 – FNE – Contratações⁽¹⁾ na RIDE Timon-Teresina – Por Município – Primeiro Semestre de 2012

Município	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Altos	201	959	1,2
Beneditinos	65	448	0,6
Coivaras	48	151	0,2
Curralinhos	7	17	0,0
Demerval Lobão	46	115	0,1
José de Freitas	98	299	0,4
Lagoa Alegre	47	198	0,2
Lagoa do Piauí	6	15	0,0
Miguel Leão	4	10	0,0
Monsenhor Gil	18	317	0,4
Pau D'Arco do Piauí	95	238	0,3
Teresina	544	56.371	71,3
Timon	363	8.267	10,4
União	84	11.708	14,8
Total	1.626	79.111	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No tocante ao volume de recursos aplicados, merece destaque o Setor Comércio e Serviços, onde foram contratados aproximadamente R\$ 40,3 milhões (Tabela 75).

Tabela 75 – FNE – Contratações⁽¹⁾ na RIDE Timon-Teresina – Por Setor – Primeiro Semestre de 2012

Setor	Qtde Oper.	Valores em R\$ Mil	
		VI. Contratado	%
Rural	1.361	16.738	21,2
Agroindustrial	3	6.635	8,4
Industrial	42	15.486	19,6
Turismo	0	0	0,0
Comércio e Serviços	220	40.253	50,9
Total	1.626	79.111	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

¹⁸ Base do Ativo do BNB.

4 – AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE

4.1 – Proposta Metodológica de Avaliação da Eficiência Microeconômica do FNE

Vários estudos realizados recentemente vêm demonstrando que as aplicações do FNE têm apresentado impactos positivos sobre a geração de emprego e o aumento da massa salarial na Região Nordeste (SOUZA, 2009; PIRES et al, 2009a; PIRES et al, 2009b; PIRES et al, 2009c).

Se as avaliações de impacto e mensuração de eficácia de políticas públicas estão bem desenvolvidas na literatura, as avaliações de eficiência (ou custo-benefício) ainda são escassas tanto do ponto vista teórico quanto empírico. Se considerarmos análises específicas para as de políticas regionais de financiamento com taxas de juros diferenciadas, o referencial é ainda mais escasso. Parte desta dificuldade está relacionada à subjetividade de certos conceitos, que envolvem a análise de eficiência em cada estudo de caso. O custo de oportunidade, por exemplo, é um conceito de difícil mensuração, pois envolve a monetização de custos implícitos relacionados a oportunidades perdidas de utilização dos recursos.

De maneira geral, um indicador para medir a eficiência de um projeto pode ser dado pela razão entre o valor presente dos custos e dos benefícios gerados:

$$I = \frac{\sum_{t=1}^T \frac{C_t}{(1+n)^t}}{\sum_{t=1}^T \frac{B_t}{(1+n)^t}} \quad (1)$$

Onde C_t e B_t são os fluxos de custos e benefícios no período t , e n é a taxa de desconto para atualização dos valores. Tanto C quanto B são expressos na mesma unidade de medida, e quando I for menor do que um, sináliza que o projeto é viável ou eficiente. Embora este indicador possa funcionar adequadamente para projetos de investimento financeiros, onde os fluxos de receitas esperados são diretamente comparados com os custos contábeis do projeto, maiores dificuldades ocorrem quando o projeto trata de uma política pública. Neste caso, a contabilização dos custos envolve não apenas aqueles contábeis, mas também, o custo de oportunidade social que é um conceito bastante subjetivo (EC, 2008).

No contexto deste trabalho, o que se deseja determinar é o custo de oportunidade social dos empréstimos do FNE, e se os mesmos são compensados pelos benefícios gerados. Embora sabendo que a subjetividade inerente dos conceitos pode tornar qualquer tentativa de análise apenas parcial, a literatura sobre programas de crédito subsidiados pelos Governos fornece elementos para uma efetivação consistente desta proposta. (ROSEGRANT e SIAMWALLA, 1989; SCHREINER e YARON, 2001; ADAMS e LIM, 2000; FRANCISCO et al, 2008).

4.1.1 – Metodologia

Para a geração de um indicador de eficiência é preciso tornar comparável do ponto de vista teórico (conceitual) e prático (unidade de medida) o custo do subsídio de juros com os benefícios gerados por ele. Na análise de custo-benefício da geração de emprego pelo FNE, pode-se-ia perguntar pelo lado dos custos qual seria a expectativa de geração de empregos para um determinado valor de subsídio transferido para as empresas. E pelo lado dos benefícios, pode-se perguntar quantos empregos a mais as empresas beneficiadas geram por causa destes juros diferenciados. O contraste destas duas informações forma o seguinte indicador de eficiência para o emprego:

$$\theta_E = \frac{\omega_L \sum_{i=1}^n F_i (r - r_i^s)}{\alpha_E \sum_{i=1}^n \Delta E_i} \quad (2)$$

Onde ω_L é o coeficiente técnico do emprego que transforma o valor monetizado do subsídio em contratações esperadas, ΔE é a variação total no estoque de emprego (pós-financiamento) registrada nas estatísticas oficiais do Ministério do Trabalho (RAIS), e α é a fração desta variação no estoque de emprego que é devida ao FNE (impacto).

A equação (2) permite uma análise de custo e benefício do crédito na geração de emprego, pois o numerador evidencia o custo do subsídio sob a forma de expectativa de geração de empregos para determinado valor agregado de benefício financeiro, enquanto o denominador mostra a quantidade de empregos a mais que as empresas beneficiadas efetivamente geraram devido ao Fundo. Portanto, se θ for maior que 1, indica que o programa tem um custo maior que os benefícios gerados. Se for igual a 1, tem-se um financiamento balanceado, e se for menor que 1, tem-se externalidades ainda maiores na geração de emprego e renda.

É possível notar, então, que a contabilização do índice de eficiência dependerá dos parâmetros ω_L , α_E , e $(r - r^s)$, dado que F_i (montante de empréstimos concedidos) e ΔE_i (variação no estoque de emprego) são informações coletadas nas bases de dados do BNB e da RAIS.

4.1.1.1 – O Diferencial de Taxa de Juros ($r - r^s$)

O custo do subsídio de crédito depende diretamente do custo de oportunidade do capital financeiro (r). Determinar o valor específico desta variável em programas de empréstimo público não é trivial, pois aspectos subjetivos relacionados à aplicação alternativa dos recursos tornam a tarefa muito complexa. Como observa Schreiner e Yaron (2001) analisando a dependência de subsídios de instituições financeiras públicas¹⁹:

A escolha de um custo de oportunidade apropriado sempre influenciará nos resultados da análise. Este parâmetro é tão difícil de

¹⁹ Tradução própria.

ser mensurado que um analista deve escolher uma aproximação, ou simplesmente fazer suposições (Schreiner e Yaron, 2001, p. 16).

Entre outras sugestões de custos de oportunidade sugeridos por Schreiner e Yaron (2001) temos a taxa de juros referencial do país ou a taxa de juros de longo prazo mais um *markup* para cobrir custos administrativos. Outra referência tida como regra de bolso é utilizar a taxa de 10% em termos reais (descontada a inflação). Segundo este autor, esta estratégia arbitrária é uma saída pragmática utilizada em simulações realizadas por governos e pelo próprio Banco Mundial, mas que depende fundamentalmente de uma estabilidade inflacionária no país. Schreiner e Yaron (2001) ressaltam também, que para qualquer referência utilizada, é importante que se tenha uma margem de variação quando da aplicação deste conceito.

Já a taxa de juros do programa de financiamento (r^s) geralmente é definida com regras claras, e muitas vezes até por lei. Este é o caso do FNE onde as taxas de juros cobradas variam, basicamente, em função do programa de financiamento, do porte do cliente, da região de localização do empreendimento (semiárido ou fora do semiárido) e do bônus de adimplência. Em 2008, por exemplo, a combinação dessas variáveis gerava taxas de juros nominais entre a mínima de 5% a.a., e a máxima de 11% a.a..

4.1.1.2 – A Contribuição do FNE para o Crescimento do Estoque de Emprego (α_E)

O parâmetro α no índice de eficiência (2) advém das análises de impacto na variação no estoque de emprego no período de um ano após a contratação do financiamento. No entanto, esta variação deve ser mensurada em valores absolutos e não relativos, dado que estamos medindo custo e benefício em número de empregos.

Desta forma, um adicional deste trabalho também foi estimar o modelo de impacto para a variação absoluta no estoque de emprego. O efeito médio de tratamento (parâmetro de impacto) mais o crescimento médio natural (variação no estoque de emprego de empresas sem FNE) formam o cálculo deste parâmetro da seguinte maneira:

$$\alpha_E = \frac{\lambda}{\lambda + \mu} \quad (3)$$

Onde λ é o estimador de impacto (Efeito Médio de Tratamento) na variação do estoque de emprego²⁰, e μ são as contratações médias das empresas sem FNE. Ou seja, α_E é a participação das contratações extras (devido ao FNE) nas contratações totais das empresas beneficiadas. Em Sousa et al (2009) este parâmetro para um modelo de 3 anos, por exemplo, foi estimado em 0,50 (50%) indicando que de cada 10 empregados contratados por empresas beneficiadas pelo FNE, cinco deles são resultado deste tipo de financiamento com taxas de juros diferenciada.

²⁰ Utiliza-se o método de *matching* com *propensity score* para este fim.

4.1.1.3 – O coeficiente Técnico do Emprego (ω_L)

O parâmetro ω_L é responsável por transformar valores monetários em unidades de emprego. Neste aspecto, a proposta aqui apresentada é utilizar os conceitos referenciados nas análises de impacto via Matriz de Insumo-Produto do Nordeste (Guillhoto et al, 2010). Esta metodologia é bastante utilizada tanto na academia como em instituições públicas (ou privadas) e oferece, entre outros conceitos e parâmetros, valores específicos para os multiplicadores de emprego, renda dentre outros²¹.

O multiplicador do emprego, por exemplo, informa quantos empregos devem ser gerados de maneira direta, indireta e por indução, a partir de um acréscimo na demanda agregada. A matriz de Insumo-Produto mais atualizada para o Nordeste é de 2004 (Guillhoto et al, 2010). Vale ressaltar que este impacto na criação de emprego é esperado e não real. Porém, a sua magnitude é determinada a partir de calibragem com dados reais, para representar melhor a capacidade de geração de emprego da economia²².

Neste contexto de avaliação de impacto ao nível microeconômico, somente o multiplicador direto do emprego deve ser considerado em (2), dado que a expectativa de geração de empregos cobrada é a da própria empresa beneficiada (ΔE_i) e não de qualquer outro efeito de repercussão.

Desta forma, o conceito do multiplicador nas análises de Insumo-Produto complementa o índice de eficiência proposto (2) neste trabalho, pois o mesmo é o coeficiente técnico que transforma investimentos monetários em expectativas de emprego. Desta forma, tanto o numerador quanto o denominador do índice estão expressos em número de empregos. Enquanto o numerador mostra o número esperado de empregos a mais por causa do financiamento, o denominador mostra o número efetivo de contratações adicionais por conta do FNE.

Como a análise empírica de eficiência é dependente da análise de impacto, explica-se a seguir como as bases de dados foram geradas para aferição desta última.

4.1.2 – Resultados

4.1.2.1 – Avaliação de Impactos do FNE (α_E)

O único parâmetro a ser estimado para o índice de eficiência é o da contribuição do FNE para o aumento do estoque de emprego (α_E). Este é o parâmetro que torna a análise de eficiência condicionada à análise de impacto, sendo obtido a partir do uso da ferramenta *propensity score matching*.

²¹ Valor adicionado e impostos pagos, por exemplo.

²² Na matriz de Insumo-Produto do Nordeste (Guillhoto et al, 2010) foram utilizados dados da PNAD 2004 para calibragem dos multiplicadores do emprego.

O método de pareamento utilizado para calcular os impactos do FNE nas variáveis de desempenho foi o de estratificação²³. Na seleção das empresas para o cálculo específico do impacto foram realizados três cortes. O primeiro refere-se à seleção da amostra que contou apenas com empresas beneficiadas e não beneficiadas que apresentaram variações líquidas no estoque de emprego não negativas. Esta restrição é uma imposição conceitual de outro parâmetro do índice de eficiência (ω_L) que é o multiplicador do emprego (ω_L). Como por definição matemática este não pode ser negativo, isso requer que as empresas incluídas nesta análise sejam apenas aquelas com contratações líquidas não negativas. Ou seja, o impacto na variação do estoque de emprego deve ser contabilizado apenas para empresas beneficiadas e não beneficiadas eficientes na agregação de novos empregados²⁴. Como esta restrição é imposta de forma igual para os dois grupos de empresas (que receberam ou não o FNE), a análise empírica de impacto mantém a lógica comparativa de desempenho tornando-se apenas mais um estudo de caso com seleção amostral, e a análise de eficiência ganha um maior rigor conceitual.

O segundo corte selecionou apenas empresas que compõem regiões de escores de crédito comuns. Isto significa que empresas com escores de crédito muito altos ou muito baixos, e que não possuem semelhantes no grupo de comparação, foram excluídas do cálculo do impacto. Este é o procedimento sugerido em Becker e Ichino (2002) para que as comparações de desempenho sejam possíveis em cada estrato. E como o cálculo do impacto é sensível a presença de *outliers*, também foram retiradas da amostra aquelas empresas com desempenhos muito diferenciados. Os critérios de exclusão de empresas *outliers* estão expostos na Tabela 76.

Tabela 76 – Critério para Exclusão de Outliers nas Avaliações de Impacto

Variável de Desempenho	Modelo de Avaliação	Critérios para Exclusão
Variação no Estoque de Emprego	1 anos após	≤ -200 e ≥ 200
	2 anos após	≤ -300 e ≥ 300
	3 anos após	≤ -400 e ≥ 400
	4 anos após	≤ -500 e ≥ 500
	5 anos após	≤ -500 e ≥ 500

Fonte: Elaboração própria com dados da RAIS e BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

No modelo geral para um ano após o FNE, as empresas financiadas apresentaram uma variação no estoque médio de emprego de 1,49 pontos percentuais, atingindo 14,55 pp após cinco anos de obtenção do financiamento. O valor do parâmetro de contribuição do FNE para novas contratações (α_E) é 41,39% (Tabela 77), ou seja, de cada 100 novas contratações em empresas beneficiadas, aproximadamente 41 destas foram adições por causa do crédito em condições mais favoráveis do FNE. Observando o modelo de um ano após

²³ Foi utilizado o Software Stata 11, com os comandos do pacote “pscore”.

²⁴ Desta forma, os modelos de impacto para um ano possuem as seguintes restrições amostrais: i) variação percentual no estoque de emprego não-negativa e menor que 1.000%, ii) variação absoluta no estoque de emprego não-negativa e menor que 200 empregados.

o FNE na tabela, verificamos que este número provém dos seguintes resultados: $\lambda = 1,49$ e $\mu = 2,11$ (Equação 3).

Tabela 77 – Impacto do FNE no Crescimento no Estoque Médio de Emprego

	Número de Observações e Médias da Variação do Emprego por Ano e Tipo de Firma				
	1 ano após FNE	2 anos após FNE	3 anos após FNE	4 anos após FNE	5 anos após FNE
Número Obs FNE	15.794	9.791	5.722	2.830	1.242
Número Obs RAIS	64.279	38.221	21.929	10.823	5.323
Média FNE	4,25 (0,11)	7,26 (0,22)	11,43 (0,44)	17,43 (0,90)	24,14 (1,65)
Média RAIS	2,11 (0,04)	3,41 (0,07)	4,77 (0,13)	6,03 (0,24)	7,36 (0,43)
Impacto no Crescimento do Estoque de Emprego					
Sem Controle	2,14 ** (0,09)	3,85 ** (0,19)	6,66 ** (0,35)	11,40** (0,66)	16,78** (1,20)
Propensity Scores (estratificação)	1,49 ** (0,12)	3,19 ** (0,26)	4,66 ** (0,64)	7,95** (1,34)	14,55** (1,96)
Participação do FNE na Contratação (%)	41,39	48,33	49,42	56,87	66,41

* Significante a 1%, ** Significante a 5%, + significante a 10%. Desvio padrão entre parêntesis.
Fonte: Elaboração própria com dados da RAIS e BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Assim como em Sousa et al (2009), as estimativas dos impactos são positivas e estatisticamente significantes nas contratações das empresas beneficiadas. Nota-se, ainda, que os impactos positivos são crescentes na medida em que o período de tempo aumenta. Vale ressaltar, ainda, que as medidas de impacto são diferentes dos valores diferenciais médios em cada grupo de empresas, o que ratifica o uso do método.

4.1.2.1 – Avaliação de Eficiência do FNE

Uma das principais contribuições do trabalho foi propor uma metodologia de análise de eficiência microeconômica do FNE a partir de um índice de eficiência, apresentado na Equação 2. Uma das vantagens de analisar eficiência por meio de um índice é a fácil identificação de desempenho satisfatório ou não por meio de uma regra simples para o valor deste índice. Neste caso, como mostrado pela Equação 2, um valor do índice menor que 1 implica que a geração de emprego adicional das empresas beneficiadas compensa o custo financeiro de oportunidade social expresso em expectativas de emprego.

É previsível que entre os parâmetros formadores do índice de eficiência (2), aquele que impõe maiores restrições conceituais seja o multiplicador do emprego ou coeficiente técnico (ω_L). Isto porque o mesmo é um conceito macroeconômico e sua adaptação para a análise de eficiência microeconômica delimita o estudo empírico. Outra imposição do multiplicador do emprego é que o mesmo informa o número de empregos gerados e mantidos em apenas um

ano (Guillhoto et al 2010). Isto restringe a utilização dos parâmetros de (α_E) para os modelos de um ano após o FNE, o que acaba por restringir o próprio valor do índice de eficiência para apenas este modelo de período de tempo. Esta restrição foi absorvida neste trabalho pioneiro de análise de eficiência, que procura uma análise empírica simples, mas consistente para o indicador proposto.

Para simplificar a análise de eficiência, optou-se ainda por escolher valores únicos e agregados para os parâmetros do multiplicador do emprego (ω_L) e do diferencial de taxa de juros ($r - r^*$). Os mesmos poderiam variar por empresa dado que as mesmas estão em setores diferentes, assim como foram financiadas com taxas de juros diferentes. Por outro lado, a parametrização agregada permite não apenas um melhor entendimento dos cálculos empíricos para o indicador de eficiência proposto, como também funciona como referência (*benchmark*) contrafactual para os programas específicos de cada empresa. A utilização de valores médios neste caso é comum em análises similares em instituições de financiamento internacionais como o Banco Mundial (Rosengrant e Siamwalla (1989), Schreiner e Yaron (2001) e Franscisco et al (2008)).

Como referência pontual para o multiplicador de emprego (ω_L), utilizou-se o valor de 50 empregos gerados para cada R\$ 1.000.000,00 investidos, que é exatamente a média dos multiplicadores diretos de empregos de todos os setores da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste (Guilhoto et al, 2010). E para o parâmetro do diferencial de taxas de juros ($r - r^*$) escolheu-se o valor de 10%, o que se aproxima da regra de bolso mencionada anteriormente por Schreiner e Yaron (2001), e mostra-se razoável como valor único médio para o caso do FNE. Embora estes valores para os parâmetros sejam escolhas referenciais para uma análise do Índice de Eficiência, é importante que se realize simulações nos mesmos, de forma a verificar em que condições de juros e de eficiência técnica o programa se mostra eficiente.

4.1.2.2 – Simulações para o Índice de Eficiência na Geração de Empregos

Uma análise empírica do Índice de Eficiência deve ajudar na compreensão de seu conceito. A Tabela 78 a seguir mostra os valores para a contabilização do índice de eficiência (2) na geração de empregos. Na análise geral da amostra, 15.794 empresas foram avaliadas. Estas participaram da análise de impacto para o modelo de um ano após o FNE e receberam em conjunto um montante aproximado de R\$ 4,7 bilhões entre os anos de 2000 e 2008. Como o diferencial de juros para esta simulação-base é de 10%, o custo financeiro de oportunidade social foi calculado em aproximadamente R\$ 470 milhões. Este valor gera uma expectativa de demanda extra por emprego da ordem 23.501, considerando um coeficiente técnico de 50 empregos para cada R\$ 1 milhão ($\omega_L = 0,000050$). Este número de empregos esperado é o numerador do Índice de Eficiência.

Tabela 78 – Índice de Eficiência na Geração de Empregos em Empresas Beneficiadas pelo FNE (Análise para um Diferencial de Juros de 10% e Multiplicador de Emprego de 50 para cada R\$ 1.000.000,00)

Número de Empresas	15.794
Montante Total do FNE (R\$ milhões)	4.700,27
Custo Financeiro de Oportunidade Social (R\$ milhões)	470,02
Número de Empregos Esperados	23.501
Variação Total no Estoque de Emprego	67.194
Contribuição do FNE para a Variação do Emprego	0,4139
Número de Empregos Gerados pelo FNE	27.810
Índice de Eficiência (θ_E)	0,8450
Contratações Adicionais	18,34
(1/ θ_E - 1)*100 (%)	

Fonte: Elaboração própria com dados da RAIS e BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Com um ano de FNE, estas mesmas empresas em conjunto adicionaram às suas folhas de pagamento 67.194 novos empregados (ΔE). Este foi o aumento no estoque de empregados declarados ao Ministério do Trabalho (RAIS) entre dezembro do ano em que receberam os financiamentos e dezembro do ano imediatamente posterior. No entanto, apenas parte deste volume de contratações foi devido ao empréstimo do FNE. Esta participação, como mostrada anteriormente, foi de 41,39% ($\alpha_E = 0,4139$) (Tabela 77), o que confere ao FNE um adicional de emprego aproximadamente igual a 27.810 postos de trabalho, sendo este o denominador do Índice de Eficiência, cujo valor é de 0,8450. Este número informa que as empresas beneficiadas pelo FNE foram eficientes na geração de emprego, dado que o número de empregos gerados por causa do FNE superou o número esperado para o montante de subsídio recebido em aproximadamente 18,34%.

No entanto, sabe-se que o índice de eficiência depende diretamente dos valores atribuídos aos parâmetros relacionados ao diferencial de juros e ao coeficiente técnico. Desta forma, outras simulações foram realizadas para cada grupo de empresas com variações nestes parâmetros, para indicar em que condições o índice proposto mostra eficiência.

A Tabela 79 mostra as simulações para o índice considerando intervalos de valores para o multiplicador de emprego e para o diferencial de taxa de juros. O primeiro permite valores entre 20 a 80 empregos gerados para cada R\$ 1 milhão a mais na demanda agregada, e o segundo mostra diferenciais de juros entre 5% e 30%.

Tabela 79 – Índice de Eficiência. Simulações para o Modelo de Impacto Geral

		Multiplicador do Emprego (ω_L)						
		0.000020	0.000030	0.000040	0.000050	0.000060	0.000070	0.000080
Dif.	0.05	0.1690	0.2535	0.3380	0.4225	0.5070	0.5915	0.6760
Taxa	0.10	0.3380	0.5070	0.6760	0.8450	1.0141	1.1831	1.3521
de	0.15	0.5070	0.7605	1.0141	1.2676	1.5211	1.7746	2.0281
Juros	0.20	0.6760	1.0141	1.3521	1.6901	2.0281	2.3661	2.7041
($r - r^s$)	0.25	0.8450	1.2676	1.6901	2.1126	2.5351	2.9577	3.3802
	0.30	1.0141	1.5211	2.0281	2.5351	3.0422	3.5492	4.0562

Fonte: Elaboração própria, com dados da RAIS e BNB -- Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Os números destacados mostram as situações de eficiência com as combinações destes dois parâmetros. Por exemplo, para que exista eficiência em um ambiente com o multiplicador de emprego de 20 para cada R\$ 1 milhão investido, o diferencial de juros entre o ofertado pelo programa e o mercado deve ser de 25% ou menos. Para um diferencial de juros de 30%, o programa começa a ficar ineficiente na geração de empregos neste nível de multiplicador social. Ou seja, teria mais empregos esperados (por causa do maior subsídio de juros) que os gerados de fato. Observa-se, portanto, que à medida que o multiplicador aumenta, menores devem ser os diferenciais de juros para determinar uma situação de eficiência na geração de empregos.

4.2 – Avaliação do PRONAF

A avaliação do PRONAF tem por objetivos gerais a caracterização do desempenho de sua estrutura institucional, identificando a rede de instituições, suas funções, inter-relações e principais realizações; e do perfil da evolução temporal do Programa destacando o total de crédito oferecido e a participação do BNB nesse montante em termos de volume, número de contratos e inadimplência, observando-se, ainda, os custos despendidos na operacionalização do Programa.

É, ainda, objetivo geral desse estudo, avaliar os impactos macroeconômicos do PRONAF sobre a produção, o emprego, a migração e a renda da Região, tomando-se como parâmetro o nível do Produto Interno Bruto, emprego e migração da mão de obra dos municípios da área de atuação do BNB, bem como o impacto do Programa sobre a situação socioeconômica das famílias beneficiárias e sobre as unidades produtivas por elas administradas.

4.2.1 – Metodologia

Os dois primeiros objetivos da pesquisa (caracterizar o desempenho da estrutura institucional e caracterizar a evolução do Programa) são de natureza qualitativa e não requerem modelos analíticos padronizados, para identificar relações causais entre as variáveis neles envolvidas.

Os dados relacionados a esses objetivos serão tabulados, descritos e coletivamente avaliados, em função dos objetivos e metas do Programa.

4.2.1.1 – Metodologia para Avaliação dos Impactos Macroeconômicos do Programa sobre a Produção, o Emprego e a Renda da Região por ele Abrangida

Na medida em que o PRONAF destina recurso aos pequenos produtores, ocorrem expansões na produção, na riqueza e no consumo local e, por consequência, impactos sobre a renda agregada dos municípios. Um dos objetivos da atual pesquisa é identificar esses impactos agregados sobre os municípios beneficiados.

Para verificar a existência desses impactos, analisar-se-á a relação entre os gastos do Programa e algumas variáveis agregadas municipais, tais como a relação entre o volume de recursos financiados pelo PRONAF e o PIB agropecuário dos municípios; a relação entre o volume de crédito e os valores dos PIB correspondentes a serviços e à indústria. A relação com o PIB agropecuário é mais direta, na medida em que a maior parte dos financiamentos concedidos pelo Programa se destina a esse setor.

No entanto, os efeitos de multiplicação da renda podem gerar impactos diretos e indiretos, segundo Leontief, sobre os setores de serviços e sobre a indústria dos municípios. Esses efeitos serão tanto maiores quanto maiores forem as relações da agropecuária com a economia local e maior for sua participação na renda total gerada pela economia. Em síntese, a proposta é estimar os impactos agregados do PRONAF sobre os PIB setoriais.

4.2.1.2 – Metodologia para Avaliação do Impacto do Programa sobre a Situação Socioeconómica das Famílias Beneficiárias e Sobre as Unidades Produtivas por Elas Administradas

Uma das possíveis formas de identificar os impactos de um programa como o PRONAF seria a realização de um experimento social no qual produtores com potencial de participar do Programa, e com características semelhantes entre si, seriam classificados em dois grupos: um primeiro grupo formado por famílias que recebem o apoio do Programa (seria chamado de tratamento) e um segundo grupo formado por famílias que não recebem esse apoio (seria chamado de grupo de controle). Os dois grupos seriam então observados e comparados. O melhor desempenho do grupo de tratamento (em termos de produção, emprego, renda, absorção tecnológica, etc.), caso exista, indicaria que o Programa estaria dando bons resultados.

Experimentos sociais controlados, com esse formato, entretanto, são raros. Na prática, nem sempre existem cadastros confiáveis dos não beneficiários, por exemplo. Por conta de dificuldades práticas e ante à necessidade de se avaliar, de forma correta, os efeitos de programas sociais, a literatura tem apresentado boas alternativas metodológicas. Uma das alternativas propostas é conhecida como método de escores de propensão (*propensity score method*).

i) Uso do *Propensity Score*

O problema central consiste em avaliar o impacto do Programa em pessoas vinculadas a duas categorias distintas (beneficiários e não beneficiários), mas nunca nos dois simultaneamente.

Como não é possível observar os indivíduos nas duas situações, utiliza-se nas avaliações um grupo de indivíduos que não participou do Programa, o grupo de controle, obtendo-se uma medida aproximada do impacto do Programa sobre a variável considerada:

O *Propensity Score* é uma alternativa largamente utilizada para situações de análise de impacto de programas públicos nos quais existem possíveis vieses de seleção²⁵. O método procura sintetizar as informações contidas nas variáveis que determinam a participação no Programa, através da estimativa condicionada nestas variáveis, da probabilidade de pertencer ao grupo de beneficiários pelo Programa (estimativa de *propensity score*). Tal procedimento resume as informações em uma probabilidade de participação, fornecendo um critério único de distribuição dos indivíduos entre os grupos²⁶. Para esta pesquisa foram utilizadas duas técnicas de pareamento a fim de analisar a robustez dos resultados: o método do vizinho mais próximo (Nearest Neighbour Matching) e o método Kernel (Kernel Matching Method).

No método do vizinho mais próximo, para cada unidade tratada (cada beneficiário) é procurada uma unidade não tratada com o *propensity score* mais próximo, ou seja, o pareamento é realizado de forma a minimizar a diferença absoluta entre o *propensity score* da unidade beneficiada e não beneficiada. No caso do método Kernel, para cada unidade tratada é pareada com uma média ponderada de todas as unidades não tratadas com pesos que são inversamente proporcionais à distância entre o *propensity score* da unidade tratada e não tratada.

ii) Definindo o grupo de controle

Um dos pontos importantes na análise dos impactos do Programa será a definição do grupo de controle a ser utilizado na comparação do *propensity*. No caso do PRONAF, esse tópico levanta um desafio adicional dado o longo alcance do Programa na Região Nordeste.

De fato, dada a amplitude do Programa e o tempo que o mesmo está em atividade, será difícil encontrar produtores que estejam aptos a obter o financiamento e ainda não o tenham feito. Pensando nesse desafio, propõem-se utilizar como grupo de controle para esse estudo produtores que já receberam os recursos do Programa, mas que estejam em estágios distintos dentro do mesmo. De forma mais específica, a proposta é utilizar como grupos de controle produtores que tenham entrado no Programa há menos de um ano. O grupo de tratamento seria então formado por produtores que se encontram

25 Uma alternativa às dificuldades acima apontadas é a utilização de um estimador de *matching*, que, ao assumir que a seleção para o programa se dá apenas a partir de características observáveis, de modo que pessoas com tais características idênticas tenham a mesma probabilidade de participação, obtém o efeito do programa considerando subgrupos de indivíduos. A dificuldade deste estimador reside, porém, na sua implementação para um número muito grande de variáveis Z ou quando estas são contínuas. (Para uma discussão detalhada deste estimador, ver Anfrist e Krueger, 1999).

26 Para uma outra aplicação deste método para um programa de treinamento brasileiro, ver Fernandes, Menezes-Filho e Zylbertajn (2000).

vinculados ao Programa há mais de um ano e que tenham recebido mais de um financiamento.

Talvez seja interessante, por exemplo, criar mais de um grupo de controle para financiamentos do Grupo B, tendo em vista que nesse grupo o número de novos contratos é grande (considerar aqueles que estejam no Programa há menos de 6 meses). Esse refinamento, entretanto, depende da análise da base de dados que será utilizada para o sorteio da amostra.

iii) Parâmetros utilizados para a obtenção do *matching* entre as famílias beneficiárias e as famílias não beneficiárias do Programa

Em termos práticos, para realizar o *matching* entre os produtores pesquisados (beneficiários e não beneficiários) serão utilizadas variáveis relacionadas às características da propriedade e das famílias (tamanho da família, tipo de cultura, região de localização da propriedade, idade de chefe do domicílio, grau de instrução do chefe, participação no mercado de trabalho, participação em associações, entre outras).

4.2.1.2 – Planejamento Logístico e Operacional das Pesquisas para a Coleta dos Dados

Está assim proposto o planejamento para as pesquisas de coleta dos dados necessários à realização da avaliação:

i) Pesquisa em profundidade junto às Instituições ligadas ao Programa

A caracterização do desempenho da estrutura institucional do Programa será realizada a partir de pesquisa em profundidade envolvendo o BNB, o INEC, as Prefeituras, os Conselhos estaduais e municipais do PRONAF, associações de produtores, federações de trabalhadores, cooperativas, sindicatos, e outras instituições que integram o Programa, em cada uma das unidades federativas de abrangência do BNB.

O roteiro a ser utilizado para a coleta de dados será enviado às instituições participantes, para que após seu preenchimento, participem de encontros de trabalho a serem realizados nos 11 estados cobertos da área de atuação do BNB, para apreciação sobre cada um dos temas referidos no roteiro. O debate será gravado em áudio, para posterior análise da equipe técnica responsável pela avaliação do Programa.

ii) Survey junto aos beneficiários do Programa

Como a pesquisa visa à avaliação dos impactos do Programa sobre seus beneficiários, uma questão-chave para o êxito do trabalho é a de como escolher aleatoriamente os grupos de tratamento e de controle. Para o grupo de tratamento, a questão é simples, na medida em que dispomos da lista dos beneficiários do Programa.

A seleção do grupo de controle é mais complexa, uma vez que não há listas com os endereços das famílias que se enquadram nos critérios de

concessão de benefícios do Programa, mas que dele não se beneficiam. Problema que pode ser superado ao se considerar que o grupo de controle seja constituído pelo conjunto de beneficiários que ingressaram no Programa há menos de um ano, tendo em vista que o impacto do Programa sobre esses produtores ainda é incipiente e a situação socioeconômica por eles vivenciada no ano passado poderá servir de base à aferição de impactos do Programa sobre a situação dos beneficiários mais antigos.

Serão ainda identificados tanto no grupo de tratamento, quanto no de controle os beneficiários localizados em municípios do Semiárido e fora do Semiárido, classificados de acordo com a tipologia da PNDR, tal como definido pelo Ministério da Integração.

O trabalho incluirá, também, os produtores assentados, mas sem o propósito de avaliar os impactos do crédito sobre sua situação socioeconômica, tendo em vista que o crédito é apenas um dos fatores que compõem o complexo esforço de proteção e incentivo proporcionados pelo estado em relação a esses produtores. Em assim sendo, a amostra relativa aos assentados não deverá conter grupo de controle e, como os créditos da categoria A/C são concedidos unicamente a produtores egressos do Pronaf grupo A, consideraremos uma amostra única (conjunta) para a avaliação dos dois grupos.

Por outro lado, como grupos C e D se encontram em processo de extinção e os créditos a eles correspondentes estão sendo concedidos, hoje, unicamente através das categorias "Comum C e Comum D"; o grupo de controle da amostra poderá ser composto com beneficiários dessas categorias (Comum C e Comum D), sem qualquer prejuízo para a avaliação de impactos.

4.2.2 – A Seleção dos Municípios a Serem Pesquisados

As 3.000 entrevistas que deverão gerar os dados necessários à avaliação dos Impactos do Programa sobre a situação socioeconômica das famílias beneficiárias e sobre as unidades produtivas por elas administradas serão realizadas em 153 municípios, selecionados por tipologia da PNDR e por região climática,

4.2.3 – Os Quantitativos da Amostra

Tendo em vista o número de linhas de créditos a serem avaliadas, as categorias de análise e a tipologia de municípios, o número de entrevistas foi estimado em 3.000 e distribuído de acordo com a Tabela 80:

Tabela 80 – Quantitativos da Amostra por Linha de Crédito

Grupos/Linhas de crédito	Avaliação Impacto	Tratamento	Controle	Total
A + AC	NÃO	200	Não	200

B	SIM	300	300	600
Comum C	SIM	300	300	600
Comum D	SIM	300	300	600
Comum E	SIM	300	300	600
Mais Alimentos	SIM	200	(*)	200
Mulher	SIM	200	(*)	200
Total	-	1.800	1.200	3.000
Municípios				153

(*) Grupo de controle composto pelas famílias dos grupos de controle dos grupos Comum C, Comum D e Comum E.

4.2.4 – A Seleção dos Produtores a Serem Pesquisados

Os produtores a serem entrevistados, de acordo com os quantitativos apresentados na Tabela 06, serão aleatoriamente sorteados dentre aqueles que residem nos 153 municípios sorteados. O sorteio dos 3.000 produtores envolverá, portanto, 91.308 contratos; sendo 18.565 dos grupos A e A/C, 63.475 do grupo B, 1.067 do grupo Comum C, 2.079 do grupo comum D, 1.581 do grupo Comum D, 2.697 da linha de crédito Mais Alimentos e 1.844 da linha de crédito Mulher.

4.2.5 – Estrutura Organizacional e Operacionalização do Trabalho de Campo

A pesquisa será realizada por 10 equipes de 4 pesquisadores treinados, sob o comando direto de supervisores estaduais, que por sua vez estarão subordinados a uma Coordenação Central.

Cada equipe de dois pesquisadores disporá de veículo; roteiros de viagem – com a programação e o cronograma das distâncias a serem percorridas e os endereços das famílias a serem visitadas. Além disso, as duplas terão em mãos telefones celulares, questionários, manuais de aplicação, canetas, pranchetas, crachás de identificação e as cartas de apresentação individuais dos pesquisadores.

As famílias a serem pesquisadas, em função de sua localização geográfica, se encontram divididas, para fins de operacionalização da pesquisa, em grupos. Cada grupo de famílias dará origem a um roteiro de viagem, sob a responsabilidade de uma equipe de pesquisadores.

4.2.6 – Crítica e Consistência dos Dados

A primeira tarefa é checar se o plano amostral está sendo fielmente cumprido e se todas as famílias previstas no roteiro foram devidamente pesquisadas. A segunda tarefa é verificar se todas as respostas de todas as

questões se encontram assinaladas. Em caso de necessidade, os pesquisadores e supervisores serão acionados, por telefone, para complementarem as entrevistas.

Em seguida, os dados colhidos serão transferidos para meio magnético, examinando-se a consistência lógica existente entre as respostas fornecidas para questões correlacionadas do questionário. Na ocorrência de respostas logicamente inconsistentes, os questionários serão revistos para confirmação das respostas.

Algumas variáveis referenciais do questionário serão selecionadas para servir de referência a um processo de verificação de desempenho. À medida que o processamento progride, a cada semana serão calculadas as médias e variâncias correspondentes a essas variáveis. Os questionários que apresentarem valores anômalos para essas variáveis (desvios ≥ 2 desvios padrão) serão revistos, para confirmação dos valores e minimização da probabilidade de erros de digitação.

4.2.7 – Armazenamento dos Dados

Os dados colhidos na pesquisa serão digitados e, uma vez procedida a verificação de consistência, serão processados através do IBM SPSS Statistics 19, cuja estrutura será detalhada em um relatório subsequente a este.

4.2.8 – Treinamento dos Pesquisadores

O treinamento dos pesquisadores terá duração de dois dias e será realizado de forma descentralizada, em duas ou três cidades contidas na área de abrangência do Programa.

Todas as informações, recomendações e exigências relacionadas com a conduta ética, a postura pessoal, a forma de relacionamento, a forma de comunicação, a estratégia operacional e as técnicas a serem utilizadas pelos pesquisadores para a coleta dos dados requeridos na pesquisa constarão de um documento a ser elaborado pela Datamétrica e apresentado ao BNB, que será intitulado “Manual para Realização da Pesquisa”. Esse Manual, além de servir de base para o treinamento, tem a função de apoiar o pesquisador no dia-a-dia do trabalho de campo.

Os treinamentos oferecerão espaço para que representantes do BNB possam conversar diretamente com os pesquisadores, para explicar sobre a importância da pesquisa para o contratante, e para apresentar os aspectos gerais de funcionamento do Programa. Cumprida essa etapa, se projetará na tela (em Power Point) a sequência de informações e exigências contidas no Manual para discutir pormenorizadamente, com os pesquisadores, o planejamento e a estratégia de campo; a conduta profissional a ser seguida; a forma e os meios de comunicação com as escolas, os supervisores e a sala de

prontidão; e, finalmente, a estrutura do questionário e as técnicas a serem utilizadas para a sua aplicação.

Concluída essa etapa, os pesquisadores, aos pares, farão uma aplicação simulada, uns com os outros, do questionário. Em seguida, as dificuldades apresentadas na aplicação simulada serão discutidas em reunião plenária.

A segunda parte do treinamento será de natureza prática, quando os pesquisadores irão a campo, acompanhados por supervisores, realizar entrevistas e exercitar a estratégia adotada pela pesquisa.

A finalização do treinamento será dedicada a uma reunião plenária, onde serão discutidas as dúvidas e dificuldades encontradas pelos pesquisadores, e equacionadas as soluções para tais dificuldades.

4.3 – Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE no Primeiro Semestre de 2012

As repercussões econômicas das contratações do FNE foram calculadas utilizando-se como instrumental de avaliação de impactos a Matriz de Insumo-Produto (MIP) do Nordeste. Referida ferramenta tem sido utilizada pelo BNB nas avaliações do FNE, sendo um dos métodos previstos em sua metodologia (SOUSA, 2010) para mensurar os impactos dessa importante fonte de recursos.

4.3.1 – Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto

O sistema de insumo-produto engloba um conjunto de atividades que se interligam por meio de compras e vendas de insumos, a montante e a jusante de cada elo de produção. Trata-se de valioso instrumento para fins de planejamento econômico tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento dado que, por intermédio dessa ferramenta, é possível conhecer de forma detalhada os impactos de variações na demanda final, resultante de ações de políticas governamentais, sobre a estrutura produtiva. Nesse sentido, a MIP tem grande utilidade nas avaliações de programas públicos e privados.

A Matriz de Insumo-Produto (MIP) se assemelha a uma fotografia econômica, que mostra como os setores da economia estão relacionados entre si, ou seja, quais setores suprem outros de produtos e serviços, além de especificar as compras de cada setor. Observando esse fluxo de produtos e serviços entre os diferentes setores da economia, é possível identificar o inter-relacionamento de compras de cada setor.

Para a construção da Matriz de Insumo-Produto, faz-se necessário conhecer os insumos que cada setor da economia necessita, de qual setor são comprados esses insumos, e de qual estado ou região do País eles são adquiridos, considerando-se também essas relações com o exterior. Assim,

torna-se imprescindível uma abrangente coleta de informações, inclusive sobre as empresas, no que se refere aos fluxos de vendas e das suas fontes de suprimentos. Esse sistema de interdependência é formalmente detalhado em uma tabela conhecida como Tabela de Insumo-Produto.

A MIP do Nordeste, uma aplicação espacial do sistema de insumo-produto, é um instrumento de análise econômica construído a partir da estimação dos fluxos comerciais entre os estados da Região Nordeste, e entre estes e o restante do País. Além de utilizar dados de estoque de empregos, exportações, importações, dentre outros, fornecidos por diversas instituições de pesquisa nacionais e estaduais. Com a MIP do Nordeste, é possível identificar setores-chave para a geração de produção, renda, emprego, massa salarial e tributos, de forma a direcionar a atuação do BNB, no sentido de induzir o desenvolvimento sustentável do Nordeste e integrá-lo à dinâmica da economia nacional.

As relações fundamentais do insumo-produto mostram que as vendas dos setores podem ser utilizadas no âmbito do processo produtivo pelos diversos setores compradores da economia ou podem ser consumidas pelos diversos componentes da demanda final (famílias, governo, investimento e exportação). Por outro lado, para se produzir, são necessários insumos, pagase impostos, importa-se produtos e gera-se valor adicionado (pagamento de salários, remuneração do capital e da terra agrícola), além, é claro, de se gerar emprego. Vale destacar que o consumo intermediário não inclui os bens de capital nem os serviços relacionados à transferência e instalação desses bens, os quais são contabilizados na Formação Bruta de Capital Fixo (aumento da capacidade produtiva). A demanda final, por sua vez, engloba o consumo das famílias, o consumo da administração pública, a formação bruta de capital fixo, a variação de estoques e as exportações.

As relações de compra e venda entre os setores da economia causam o chamado efeito multiplicador. Em essência, cada setor da economia, em diferentes regiões, possui multiplicadores próprios. Efeito direto é o que ocorre no próprio setor que recebe a demanda final. Efeito indireto é aquele devido às compras de insumos intermediários de outros setores. O efeito multiplicador devido ao aumento na demanda do consumo das famílias é chamado efeito induzido. A matriz de coeficientes diretos e indiretos é chamada Matriz de Leontief. Para se calcular o efeito induzido é necessário endogeneizar o consumo e a renda das famílias no modelo de insumo-produto, ou seja, fazer com que o consumo e a renda das famílias exerçam influência no cálculo do efeito multiplicador total.

Para a estimativa das matrizes de insumo-produto, os dados podem ser primários, obtidos através de métodos censitários, ou secundários, que demandam alguma técnica de estimativa. Para a construção da MIP do Nordeste foram considerados 111 grupos de atividades e 169 produtos.

A MIP permite mensurar o impacto que as mudanças ocorridas na demanda final, ou em cada um de seus componentes (consumo das famílias, gastos do governo, investimentos e exportações), teriam sobre a produção

total, o emprego, as importações, os impostos, os salários e o valor adicionado. A partir dos coeficientes diretos e da Matriz Inversa de Leontief, é possível estimar, para cada setor da economia, o quanto é gerado direta e indiretamente de produção, emprego, tributos, valor adicionado, e salários para cada unidade monetária produzida para atender a demanda final.

Cabe ainda observar que se o aumento na demanda final persiste ao longo do tempo, os impactos passam a fazer parte dos resultados do valor bruto da produção, valor adicionado, emprego, salários e tributos. Entretanto, se o aumento na demanda final é em um ano, os impactos serão, principalmente, dentro daquele ano. Novos impactos só ocorrerão se houver novos aumentos. O período de maturação depende do setor em que é aplicado o recurso e das demandas desse setor para os outros agentes econômicos. Cada setor tem sua dinâmica particular, mas pode-se dizer que os maiores impactos ocorrem no ano do aumento da demanda final. Nos anos posteriores, os impactos são residuais.

A Matriz de Insumo-Produto (MIP), entre suas diversas utilizações pelo Banco do Nordeste, é um dos instrumentos usados no processo de avaliação das aplicações do FNE. Com a MIP, é possível estimar os impactos das contratações (empréstimos) do FNE, no valor bruto da produção, valor adicionado, na massa salarial, nos tributos e no número de empregos, nos estados da Região Nordeste, além dos efeitos de transbordamento para outras regiões do País. Quanto aos impactos estimados, vale observar que estes passam a ocorrer a partir dos desembolsos dos recursos. A MIP, para a geração das estimativas desses impactos, entende que o valor do desembolso é igual ao valor das contratações, dado que, mesmo que ocorram vários desembolsos, eles fecharão com o valor da contratação. Assume-se, então, que o ano da contratação é o ano do desembolso.

4.3.2 – Impactos Socioeconômicos do FNE – Contratações no Primeiro Semestre de 2012

Os valores totais contratados pelo FNE, no primeiro semestre de 2012, alcançaram aproximadamente R\$ 3,6 bilhões, distribuídos entre os setores Rural (51,5% dos recursos), Comércio e Serviços (25,9%), Industrial e Turismo (21,5%), e Agroindustrial (1,1%). Cabe salientar que os valores aqui analisados nesta seção (4.4.2), referem-se apenas às contratações nos estados nordestinos. Como o instrumento de avaliação dos impactos econômicos é a MIP do Nordeste, ela não contempla coeficientes dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, embora o norte desses estados faça parte da área de atuação do Banco.

Considerando apenas os efeitos no âmbito da Região Nordeste, sem contar com os impactos em outras regiões do País, estima-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio de efeitos diretos, indiretos e induzidos

(de renda) - os chamados impactos do tipo 2²⁷, acréscimos no Valor Bruto da Produção (VBP) regional de aproximadamente R\$ 8,7 bilhões, em decorrência dos investimentos realizados no primeiro semestre de 2012²⁸. O setor que tem a maior participação no valor bruto da produção regional é o Rural, com 49,6% desse valor.

O valor agregado (renda) à economia da Região Nordeste ou valor adicionado (uma aproximação da variação do PIB da Região, em função dos financiamentos do FNE) é estimado em R\$ 5,0 bilhões, com expressiva representação do Setor Rural, R\$ 2,5 bilhões. O resultado nos setores Comércio e Serviços, e Indústria e Turismo, também são expressivos (Tabela 105).

No que tange ao emprego, estima-se que cerca de 451 mil ocupações (formais e informais)²⁹ deverão ser geradas no Nordeste, a partir dos investimentos realizados no primeiro semestre de 2012. Isto é, à medida que os efeitos de compra e venda sejam efetivados ao longo da cadeia de produção regional, essas novas ocupações serão criadas a partir dos desembolsos realizados pelo FNE. Desse total, cerca de 291 mil ocupações deverão ser geradas no Setor Rural, representando 64,5% dos empregos gerados na Região. O emprego é calculado pelo conceito de equivalente/homem/ano³⁰, utilizado pelo IBGE. A ideia é que os empregos gerados serão mantidos durante um ano.

Cabe observar que o índice de formalização do emprego no Setor Rural do Nordeste ainda é relativamente pequeno se comparado com os demais setores da economia. Os setores Comércio e Serviços e Indústria e Turismo deverão gerar em torno de 104 mil e 52 mil ocupações, respectivamente, representando 23,1% e 11,5%. O setor Agroindustrial deverá responder por 4 mil novas ocupações (Tabela 81).

²⁷ Este impacto agrupa o efeito induzido (de renda), enquanto o chamado impacto do tipo 1 refere-se a efeitos diretos e indiretos, apenas. O efeito indireto se refere à produção em outros setores para atender à demanda final do setor em análise. O efeito induzido, ou de renda, se refere ao aumento dos postos de trabalho, em razão dos efeitos direto e indireto, e o consequente aumento da renda das famílias que passam a consumir outros produtos (vestuário, automóveis, etc).

²⁸ A suposição é que as contratações deste 1º semestre de 2012, geram investimentos e operações em custeio, realizados no mesmo período em referência, principalmente para a interpretação do impacto na variável emprego. Se os investimentos se realizarem em dois anos, por exemplo, o total de empregos estimados deve ser dividido para cada ano, a partir da participação do investimento anual na contratação total.

²⁹ Cabe salientar que essas ocupações não são o saldo no final do ano, mas a entrada de novos trabalhadores, não levando em consideração a saída de trabalhadores no período de análise. Os dados do CAGED (empregados com vínculo celetista), para o 1º semestre de 2012, indicam uma entrada de 1.400 mil novas ocupações.

³⁰ Cada equivalente/homem/ano corresponde a um homem adulto que trabalha 8 horas diárias, durante todo o processo produtivo anual.

Tabela 81 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE – 1º Semestre de 2012¹

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroind.	Indústria	Serviços	Comércio	Total
Valor Contratado (em R\$ Milhões) ²	1.013,32	866,33	40,30	782,25	551,29	392,89	3.646,39
Resultados por Setor - Nordeste							
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	2.491,85	1.825,76	103,14	2.012,42	937,60	1.328,46	8.699,23
Valor Agregado / Renda (em R\$ milhões)	1.492,62	1.055,23	51,83	1.059,48	535,24	820,79	5.015,19
Empregos (em número de pessoas)	207.635	83.366	4.389	51.905	31.601	72.502	451.400
Salários (em R\$ milhões)	503,48	295,53	16,07	276,16	158,07	255,34	1.504,64
Tributos (em R\$ milhões)	321,96	250,71	14,33	265,94	125,42	167,93	1.146,29
Resultados por Setor - Nordeste + Resto do Brasil							
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	4.207,48	3.172,61	171,70	3.282,00	1.574,52	2.191,72	14.600,02
Valor Agregado / Renda (em R\$ milhões)	2.204,80	1.617,27	80,69	1.597,99	798,88	1.179,84	7.479,47
Empregos (em número de pessoas)	230.652	99.302	5.393	67.944	39.216	83.576	526.082
Salários (em R\$ milhões)	723,72	469,96	25,07	440,83	239,94	367,84	2.267,37
Tributos (em R\$ milhões)	592,08	494,29	25,55	476,86	234,95	312,75	2.136,47

Fonte: BNB-ETENE - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Impactos estimados a partir da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos. (2) Valores a preços correntes do 1º semestre de 2012. Refere-se apenas aos estados da Região Nordeste.

Os impactos sobre o pagamento de salários, na Região, totalizam R\$ 1,5 bilhão, cabendo ao Setor Rural a importância de R\$ 799 milhões, representando 53,1% dos salários a serem pagos. Em seguida, apresenta-se o Setor de Comércio e Serviços, com 27,5% de participação nos salários, seguido pela Indústria, com 18,4%.

Quanto à geração de impostos (tributação) na Região, estima-se o pagamento de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão, com destaque para os setores Rural, Comércio e Serviços e Indústria e Turismo.

Cabe, ainda, comentar sobre o valor necessário de contratação do FNE para a geração de um emprego na economia. É um indicador que ajuda na percepção do grau de qualificação e de formalidade do emprego gerado. Quanto menor o valor necessário de contratação do FNE, para a geração de um emprego, espera-se que o setor seja menos intensivo em capital, e que tenha salários médios mais baixos que os setores mais intensivos. O menor valor para a geração de um emprego encontra-se no Setor Rural, que é mais intensivo em mão de obra. A contratação de R\$ 5.697 gera um emprego ou ocupação no Setor Rural³¹. Para os demais setores, o custo de geração de um emprego é de R\$ 11.513 em Indústria e Turismo, R\$ 7.697 em Comércio e Serviços, R\$ 7.473 no Setor Agroindustrial, e R\$ 6.931, na média das contratações. As maiores relações se dão nos Setores Indústria e Agroindústria, denotando que são setores mais intensivos em capital. O Setor

³¹ Olhando as atividades agrícola e pecuária, para se gerar um emprego, são necessários, R\$ 4.396 e R\$ 8.724, respectivamente. Os valores para Comércio e Serviços são R\$ 4.701 e R\$ 14.513, respectivamente.

Comércio e Serviços , também é alto, mas por causa do Setor de Serviços, que é, onde se observa o maior aumento de salários nos últimos anos.

4.3.2.1 – Os Efeitos Transbordamento do FNE

Vale observar, ainda, que parte dos impactos econômicos das aplicações do FNE no Nordeste ocorre fora da Região, em decorrência da importação de insumos e de bens de capital para a produção, ou produtos finais para atender os acréscimos de demanda considerados. Dessa maneira, além dos impactos para a região nordestina, descritos anteriormente, as contratações do FNE possuem impactos nas demais regiões brasileiras. Sabe-se que há uma dependência da produção de bens e serviços provenientes do Resto do Brasil, tanto por parte do consumo intermediário como da demanda final dos estados do Nordeste. Esses impactos são captados, na MIP, através dos efeitos indiretos e induzidos. Essa dependência determina um alto índice de transbordamento dos efeitos multiplicadores da produção, decorrentes de novos investimentos.

Desse modo, a partir dos resultados apresentados, vale destacar que, para impactos totais de R\$ 14,6 bilhões na produção estimados para o País, R\$ 5,9 bilhões (40,4%) ocorrem fora da Região Nordeste. Do mesmo modo, do total estimado de 526 mil novas ocupações, 14,2% desses poderão ser gerados fora da Região Nordeste (Tabela 81). Isso indica, por um lado, quanto o estímulo ao desenvolvimento na Região beneficia conjuntamente o restante do País. Também sinaliza para as deficiências da Região em manter os recursos de que dispõe circulando na economia local, indicando a baixa integração regional, seja pelo suprimento de insumos e bens de capital para suas empresas, seja na forma de produtos para atender a demanda para consumo de sua população.

4.3.2.2 – Impactos Socioeconômicos Previstos dos Financiamentos do FNE para Mini/Micro, Pequenos, Pequeno-médio e Médios Empreendimentos

Os valores contratados pelo FNE para os mini/micro, pequenos, pequeno-médios e médios empreendimentos, alcançaram R\$ 2,8 bilhões no primeiro semestre de 2012, como mostra a Tabela 82. Vale enfatizar a representatividade das contratações desses empreendedores, no total das contratações do FNE, por setor. Essa participação, no período em análise, para as atividades pecuária, serviços e comércio, representam 98,1%, 94,7% e 85,7%, respectivamente. A participação dos empreendimentos até o porte médio, no total dos financiamentos às atividades agrícola, industrial e agroindústria, é em menor escala, mas ainda relevante, 65,8%, 49,9% e 51,1 5, respectivamente. Observa-se que a menor participação está no setor indústria, e chega aos 50%.

Tabela 82 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE por Porte da Empresa (Micro, Mini, Pequena e Média) – Primeiro Semestre de 2012¹

Indicador	Agrícola	Setorial	Agroind.	Industrial	Serviços	Comércio	Total
Valor Contratado (em R\$ Milhões) ²	666,27	849,94	20,58	390,67	372,15	472,28	2.771,89
Quantidade de Contratações	39.134	136.671	110	1.327	1.580	7.659	186.481
Resultados por Setor - Nordeste							
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	1.620,35	2.031,20	51,54	934,58	896,17	1.138,91	6.672,75
Valor Agregado / Renda (em R\$ milhões)	994,35	1.195,13	26,55	502,44	478,07	675,35	3.871,87
Empregos (em número de pessoas)	117.300	118.917	1.688	26.200	25.187	47.646	336.938
Salários (em R\$ milhões)	285,31	351,27	7,85	139,24	134,66	201,52	1.119,85
Tributos (em R\$ milhões)	197,90	285,58	7,27	131,43	135,21	155,87	913,26
Resultados por Setor - Nordeste + Resto do Brasil							
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	2.739,52	3.507,31	86,47	1.569,52	1.497,22	1.897,04	11.297,08
Valor Agregado / Renda (em R\$ milhões)	1.456,83	1.810,07	41,20	764,75	763,73	990,45	5.827,04
Empregos (em número de pessoas)	132.221	137.159	2.137	33.316	31.700	56.692	393.225
Salários (em R\$ milhões)	428,19	541,55	12,38	219,96	211,88	299,96	1.713,93
Tributos (em R\$ milhões)	374,70	540,76	13,31	245,75	247,55	290,20	1.720,36

Fonte: BNB-ETENE - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Impactos estimados a partir da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos.

O Setor Agropecuário, que contratou o montante de R\$ 1,5 bilhão, ou 54,7% do total dos recursos financiados para os empreendedores até médio porte, e que representa 94,3% das operações contratadas, é o principal em valor de contratações. Em seguida, figura o Setor de Comércio e Serviços, com 30,5% e o Setor Industrial, com 14,1% de participação. O setor com menor participação foi o Agroindustrial, com apenas 0,7% dos recursos. A menor participação desses empreendedores é explicada pelas características naturais dessa atividade, volume de investimento e escala.

Calcula-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio dos efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), os chamados impactos do tipo 2, acréscimos na produção bruta regional de, aproximadamente, R\$ 6,7 bilhões, e impactos extrarregionais (efeito transbordamento) no montante de R\$ 4,6 bilhões, um vazamento de 40,1% da produção bruta. O número de empregos gerados na Região, a partir das contratações e desembolsos no primeiro semestre de 2012, foi estimado em 337 mil, e aproximadamente 56 mil empregos gerados fora da Região. Quanto à renda, sinaliza-se um valor agregado de R\$ 3,9 bilhões no Nordeste e um vazamento de R\$ 2,0 bilhões para as demais regiões brasileiras, o que representa 33,6% do valor adicionado total gerado.

Os impactos em salários e tributos, dentro da região nordestina, das contratações dos empreendimentos de mini a médio porte, são de R\$ 1,1 bilhão e R\$ 913 milhões, respectivamente. Os impactos para fora da Região (vazamentos) estão estimados em R\$ 594 milhões, para salários, e R\$ 807 milhões, para tributos.

5 – GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL

5.1 – Inadimplemento das Operações

A inadimplência das operações no âmbito do FNE registrada no primeiro semestre de 2012 foi de 3,4%, apresentando a mesma variação verificada no exercício de 2011 (Tabela 83).

Os índices de inadimplência, por porte de beneficiários, em relação às aplicações em cada categoria, expressaram os maiores valores no segmento cooperativas/associações (19,2%) que apresentaram elevação em relação a 2011, cujo índice foi de 17,3%. Quanto aos demais índices de inadimplência, observou-se também pequena elevação em relação ao mesmo período para as categorias de Pequeno, e Médio portes, que passaram de 3,9% e 2,2% para 4,2% e 2,5%, respectivamente. O segmento Mini-Micro teve pequena redução, passando de 8,5% para 8,0%. Já o segmento de Grande porte permaneceu com o mesmo índice de 1,2% registrado em 2011.

Tabela 83 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Porte dos Beneficiários – Posição: 30.06.2012

Porte	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Inadimplência (%) ⁽¹⁾	Valores em R\$ Mil	
					Inadimplência do Segmento (%) ⁽³⁾	
Cooperativas/Associações	284.617	0,8	54.573	0,2		19,2
Míni-Micro	7.272.194	21,4	581.787	1,7		8,0
Pequeno	4.342.147	12,8	181.842	0,5		4,2
Pequeno-Médio	337.645	1,0	122	0,0		0,0
Médio	5.847.372	17,2	147.719	0,4		2,5
Grande	15.959.322	46,9	193.757	0,6		1,2
Total	34.043.297	100,0	1.159.800	3,4		3,4

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladora.

Notas: (1) Percentuais em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas vencidas e não pagas. (3) Percentuais em relação ao saldo das aplicações do segmento.

O contínuo trabalho desenvolvido pelo BNB em aprimorar seus mecanismos de controle e acompanhamento das operações de crédito, frente a fatores adversos de âmbito externo, colaboraram para que os índices de inadimplência não tivessem incremento no primeiro semestre de 2012.

Em se tratando dos setores beneficiados, os setores Rural e de Financiamento à Exportação apresentaram os maiores índices de inadimplência em relação aos demais, com registros de 6,2% e 3,5%, respectivamente. Já o Setor Agroindustrial mostrou o índice de 3,2%, enquanto que o Setor de Comércio e Serviços não apresentou índice considerável (Tabela 84).

Tabela 84 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Setor – Posição: 30.06.2012
Valores em R\$ Mil

Setor	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Inadimplência (%) ⁽³⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁴⁾
Rural	14.583.579	42,8	903.866	2,7	6,2
Agroindustrial	1.140.792	3,4	36.112	0,1	3,2
Industrial/Turismo	6.314.421	18,5	97.806	0,3	1,5
Infraestrutura	5.941.262	17,5	117.690	0,3	2,0
Comércio e Serviços	5.939.309	17,4	-	-	-
Financ. à Exportação	123.934	0,4	4.326	-	3,5
Total	34.043.297	100,0	1.159.800	3,4	3,4

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas em atraso do segmento. (3) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

Considerando-se os saldos em atraso por setor, observa-se que todos os setores apresentaram índices de inadimplência com variações irrelevantes em relação ao total das aplicações em comparação ao exercício de 2011.

Relativamente à segmentação das operações por data de contratação, constatou-se a diminuição do índice de 8,7%, em 2011, para 8,1% no primeiro semestre de 2012, para a inadimplência das operações contratadas até 30.11.1998. Quanto às operações contratadas após 30.11.1998, verificou-se um pequeno aumento do percentual de 2,4% de inadimplência em 2011 para 2,6% no primeiro semestre de 2012 (Tabela 85).

Tabela 85 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação – Posição: 30.06.2012

Data Contratação	Saldo Aplicações (%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Inadimplência (%) ⁽³⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁴⁾
Até 30.11.1998 ⁽⁵⁾	5.144.372 15,1	418.585	1,2	8,1
Após 30.11.1998 ⁽⁶⁾	28.898.925 84,9	741.215	2,2	2,6
Total	34.043.297 100,0	1.159.800	3,4	3,4

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas em atraso do segmento. (3) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento. (5) Refere-se a operações contratadas originalmente com recursos do FNE. (6) Abrange as operações contratadas originalmente com recursos do FNE e aquelas convertidas, adquiridas ou reclassificadas para o FNE, com base nas Leis 10.464, 10.696, 11.322, 11.775 etc.

5.2 – Recuperação de Crédito

O Banco do Nordeste regularizou 27,2 mil operações de crédito no primeiro semestre de 2012 com a Fonte FNE, totalizando uma regularização de dívidas no montante de R\$ 105,0 milhões. Cabe ressaltar que essas regularizações propiciaram recebimento em espécie na ordem de R\$ 7,7 milhões, ou seja, 7,3% do total regularizado (Tabela 86).

Tabela 86 – FNE – Recuperação de Dívidas⁽¹⁾ – Posição: 30.06.2012

Estado	Quantidade	Valor em Espécie	Valor Renegociado	Valores em R\$ Mil	
				Total Recuperado	
Alagoas	2.426	125	4.315	4.440	
Bahia	4.949	529	13.327	13.856	
Ceará	4.840	3.467	16.130	19.597	
Espírito Santo	1	1	43	44	
Maranhão	3.948	2.130	30.475	32.605	
Minas Gerais	402	213	2.284	2.497	
Paraíba	1.323	187	3.401	3.588	
Pernambuco	3.030	242	7.136	7.378	
Piauí	3.203	198	11.017	11.215	
Rio Grande do Norte	1.910	316	4.382	4.698	
Sergipe	1.244	287	4.815	5.102	
Total	27.276	7.695	97.325	105.020	

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

NOTA: (1) Valores referentes às operações objeto de renegociação de dívidas no período, inclusive as renegociações realizadas por meio de instrumentos legais, excluindo os bônus e dispensas.

O Banco vem desenvolvendo nos últimos anos diversas ações voltadas à redução da inadimplência, através de trabalhos exclusivos para recuperação dos créditos inadimplidos, principalmente os valores mais expressivos; intensificação nos trabalhos com foco na cobrança judicial dos créditos passíveis desse procedimento; realização de campanha de mídia externa e com parcerias institucionais para divulgação da prorrogação da Lei 12.249/2010, que permite a liquidação de operações rurais, contratadas até 15/01/2001 e valor originalmente contratado de até R\$ 35 mil; participação de revisão da Resolução 30/CONDEL-SUDENE, de 29.04.2010, que regulamentou o Artigo 15-D, da Lei 7.827, que prevê a liquidação de dívidas do FNE com base no equivalente financeiro do valor atual dos bens passíveis de penhora, juntamente com o Ministério da Fazenda, Ministério da Integração Nacional e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A implementação de estratégias para recuperação dos créditos irregulares, a criação de novos instrumentos corporativos para regularização dessas operações e a simplificação das normas internas viabilizaram melhores condições para a regularização das operações em atraso, refletindo diretamente na geração de resultados para o Banco no decorrer do primeiro semestre de 2012.

5.3 – Operações Renegociadas com Base no Art. 15-B, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989

Conforme preconiza a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, em seu artigo 15-B, parágrafo 3º, inserido pela Lei nº 11.945, sancionada em 04.06.2009, apresentam-se (Tabela 87) os valores das operações com recursos do FNE renegociadas sob a metodologia de liquidação com base no valor presente do patrimônio de propriedade dos mutuários e coobrigados, durante o primeiro semestre de 2012, os quais estão em conformidade com as práticas e regulamentações bancárias do BNB.

As operações estavam sendo cobradas judicialmente pelo BNB para fins de recebimento dos valores em atraso e foram liquidadas pelo equivalente financeiro do valor dos bens passíveis de penhora dos devedores diretos e dos respectivos garantidores.

Tabela 87 – FNE – Liquidações pelo Equivalente Financeiro – Resolução 30/2010 do CONDEL – Posição 30.06.2012

Quantidade	Valor Saldo pelos Encargos Normais	Valores em R\$ Mil Valor Recebido
17	2.004	1.818

Fonte: BNB – Ambiente de Estratégias de Recuperação de Crédito.

6 – RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS

O Banco do Nordeste realiza as vistorias e fiscalizações de suas operações atendendo às regulamentações dos órgãos fiscalizadores. Para tanto, seus normativos internos definem os seguintes quantitativos de fiscalização de operações:

Fase de desembolso

- Vistoria de 10% dos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor até R\$ 50.000,00, incluídos 10% de todas as operações no âmbito do PRONAF Grupo A e 10% de todas as operações no âmbito do PRONAF Grupo B.
- Vistoria de **100%** das operações de clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar superior a R\$ 50.000,00.

Fase pós-implantação

- Uma vistoria a cada ano civil, em pelo menos 5% dos empreendimentos, para clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de até R\$ 50.000,00.
- Uma vistoria a cada ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor maior que R\$ 50.000,00 e menor ou igual a R\$ 1.000.000,00.
- Duas vistorias por ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor superior a R\$ 1.000.000,00.

A programação das atividades de acompanhamento é feita de forma automática pelo Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos ou mediante solicitação direta das Agências.

O BNB possuía, em 30.06.2012, 1.848.563 operações “em ser” no âmbito do FNE (incluindo as operações do PRONAF). O Banco do Nordeste realizou 142.663 atividades de campo em operações do FNE no primeiro semestre de 2012, envolvendo vistorias, pareceres técnicos, diagnósticos e avaliações de bens, dentre outros itens.

6.1 – Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no Ano de 2012

O Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos, onde são registrados os relatórios das vistorias realizadas, possui na sua estruturação um conjunto de pesos que pondera os resultados auferidos nas visitas *in loco*, atribuindo uma classificação ao empreendimento, num esquema de conceitos com as seguintes graduações: Ótimo, Bom, Regular, Satisfatório, Insatisfatório,

Ruim e Péssimo. Estes conceitos levam em consideração: a correta aplicação do crédito, inclusive dos recursos próprios; os indicadores técnicos previstos no projeto; a execução dos serviços; planejamento do projeto; perspectivas de receitas; e conservação das garantias, dentre outros aspectos.

A situação dos empreendimentos foi considerada como: satisfatório, ótimo e bom para 62,0%, 12,0% e 2,0%, respectivamente, das vistorias realizadas no primeiro semestre de 2012. Os conceitos insatisfatório, regular, péssimo e ruim totalizaram 24,0% (Gráfico 23).

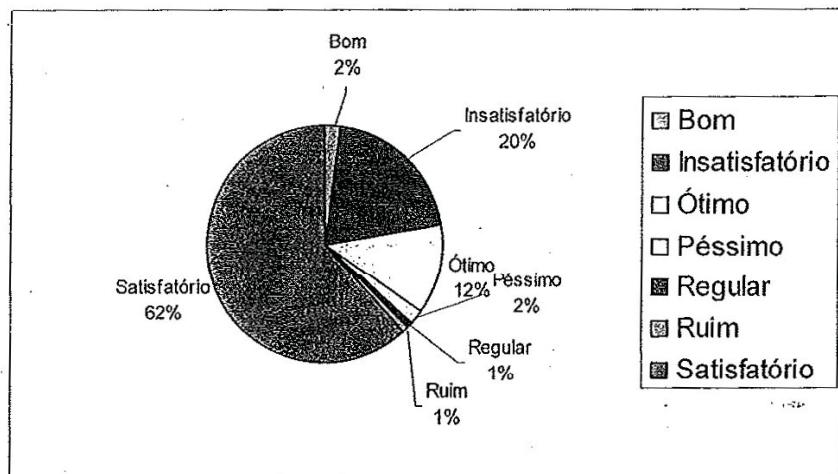


Gráfico 13 – Situação dos Empreendimentos Financiados pelo FNE no Primeiro Semestre de 2012

6.2 – Principais Ocorrências

As principais ocorrências verificadas nas fiscalizações no ano de 2012 cujos empreendimentos estão considerados na situação de satisfatório, ótimo e bom (76%) foram as seguintes:

- Os créditos foram aplicados corretamente, conforme o cronograma previsto.
- Os recursos próprios foram aplicados totalmente, conforme o cronograma previsto.
- Os indicadores técnicos estão compatíveis com o previsto no projeto.
- A execução dos serviços, obras, instalações e/ou explorações estão tecnicamente corretas.
- A orientação técnica prevista para obtenção das metas do projeto foi prestada adequadamente.
- O planejamento técnico do projeto foi adequado.
- Os bens que constituem as garantias estão preservados em suas características essenciais.
- Não houve ocorrência de fatores adversos.

- O empreendimento é competitivo.
- As perspectivas de receitas (produção/comercialização) são as previstas no projeto.
- A gerência/direção da empresa/empreendimento é satisfatória.
- O rebanho encontra-se em condições normais de sanidade, evolução e manejo, estando, inclusive, devidamente ferrado.
- As exigências ambientais do projeto foram atendidas.
- As cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas ou estão sendo cumpridas conforme instrumento.

Cabe esclarecer que, quando a fiscalização verifica ocorrências negativas no âmbito do empreendimento, tais como créditos aplicados parcialmente ou ainda bens financiados ou garantias vendidos à revelia do Banco, adotam-se providências de administração do crédito, isto é, as ocorrências verificadas nas fiscalizações são repassadas através de Relatórios de Acompanhamento de Projetos para a Agência tomar decisões sobre a operação. As providências podem variar desde o estabelecimento de um prazo para o cliente sanar o problema, ou ainda medidas drásticas, tais como a execução judicial da operação.

7 – RECOMENDAÇÕES DO OFÍCIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

O presente relatório enfocou os diversos aspectos das recomendações do Ofício nº 87 SFRI/MI, de 06.08.2012 (item 3) recebido do Ministério da Integração Nacional, conforme descrito a seguir:

3.1.1 Confronto entre os ingressos e desembolsos de recursos, por fonte, previstos na programação aprovada e os valores efetivamente ingressados e desembolsados no primeiro semestre de 2012:

Vide Anexo – Tabela 39.A.

3.1.2 Demonstrativo da aplicação dos recursos do FNE por município:

Vide Anexo - CD-ROM (1).

3.1.3 Informações sobre a distribuição dos financiamentos concedidos com recursos do FNE, no primeiro semestre de 2012, por programa e faixa de valores:

Vide Anexo – Tabelas 29.A e 30.A.

3.1.4 Saldo das operações e inadimplência por município:

Vide Anexo - CD-ROM (1).

3.1.5 Situação da demanda de crédito com recursos do FNE apresentada ao Banco do Nordeste:

Vide Anexo - CD-ROM (1).

3.2.1 Número de operações e valores contratados, por UF, Setor e Porte, com benefícios que obtiveram empréstimos do FNE pela primeira vez:

Vide Anexo – Tabela 21.A.

3.2.2 Número de operações e valores contratados, por UF e Porte, com vistas a regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, com encargos de 4% (quatro por cento), conforme estabelecido no art. 1º, inciso IV, da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, com redação dada pelo art. 44 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008:

Vide Anexo – CD-ROM (1) Vide subitem III do item 3.5.1, do Relatório.

3.2.3 Número de operações e valores contratados em atendimento a cada uma das prioridades estabelecidas pelo CONDEL/SUDENE para o exercício de 2012:

Vide item 3.5 do Relatório.

3.2.4 Número de operações e valores contratados pelas instituições operadoras (IO) do repasse, por instituição, UF, Setor, Porte e Linha de Financiamento consoante o art. 9º da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, e a Portaria MI nº 616, de 26.05.2003:

Vide item 3.4 do Relatório.

3.2.5 Número de operações e valores dos financiamentos concedidos para custeio isolado (agrícola e pecuário), comercialização, capital de giro associado e capital de giro para: aquisição de matéria-prima/inssumos (Programa Industrial, Agroindustrial, do Turismo e Comercial/Serviços) e para aquisição de bens para formação de estoques (Programa Comercial/Serviços), por UF:

Vide Anexo – Tabela 24.A.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Dale W. e LIM, Joseph Y. (2000). *Interest Rates, Subsidies and Directed Credit Programs in the Philippines – Credit Policy Improvement Program (CPIP)*.

Albuquerque, R. C. de. (2002). *Nordeste: Sugestões para uma Estratégia de Desenvolvimento*. Banco do Nordeste do Brasil: Fortaleza.

BECKER, Sacha O. e ICHINO, Andrea. *Estimation of Average Treatment Effects Based on Propensity Score*. The Stata Journal, v. 2, n. 4 p. 358-377, 2002.

BNB. *Manual Básico de Operações de Crédito*, Título 5 – Programas especiais, Capítulo 12, acesso em 12/03/2012).

BNB. *Programação 2011: Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste*. Fortaleza: BNB, 2011.

BNB. *Avaliação dos Custos e Impactos dos Empréstimos Subsidiados dos Diversos Programas Financiados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (Relatório Preliminar)*, 2011.

BNB/ETENE. *Comércio exterior: região nordeste e estados*, 2011. Disponível em
http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/comercio_exterior2011.pdf. Acesso em 14 mar 2012.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 7.827, de 27 de Setembro de 1989*. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o FNO, o FNE e o FCO e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 16/03/2009.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 10.177, de 12 de Janeiro de 2001*. Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 16/03/2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados: CAGED*. Brasília, DF, 2008. CD-ROM.

BRASIL. *Relação Anual de Informações Sociais: RAIS*. Brasília, DF, 2008. CD-ROM.

European Comission EC (2008) – *Guide to Cost Benefit Analisys of Investments Projects – European Union*.

FRANCISCO, Manuela, MASCARÓ, Yira, MENDOZA, Juan Carlos, e YARON, Jacob (2008) – *Measuring the Performance and Achievement of Social Objectives of Development Finance Institutions* – World Bank Policy Research Working Paper 4506.

GUILHOTO, Joaquim José Martins, AZZONI, Carlos Roberto, ICHIHARA, Silvio Massaru, KADOTA, Décio Katsuhigue e HADDAD, Eduardo Amaral. **Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados. Metodologia e Resultado.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

IBGE (2008). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).** Rio de Janeiro.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares,** 2008. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl1.asp?c=1803&z=p&o=17&i=P>>. Acesso em 14 mar 2012.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico,** 2008a. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1240&z=p&o=24&i=P>>. Acesso em 14 mar 2012.

IBGE. **Censo Demográfico,** 2010. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3334&z=cd&o=7&i=P>>. Acesso em 14 mar 2012.

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, **Avaliação da Situação Atual dos Clientes do Agroamigo**, Relatório preliminar, pág. 19 a 65, São Paulo: nov. 2011.

MACIEL, Iracy S. R.. **Avaliação da Metodologia do Agroamigo em Caucaia-CE.** Série BNB Teses e Dissertações, nº17. Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 2009. 272p.

Ministério da Integração (MI)/Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)/Conselho Deliberativo (CONDEL). **Resolução nº 043/2011.** Aprova a Proposição 041/2011, que trata da adequação dos critérios e da reclassificação do porte de beneficiários do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/resolucao-condel-043-2011.pdf>>. Acesso em 01 mar 2012.

Ministério da Integração (MI)/CGFCF/DPNA. **Nota Técnica nº 45/CGFCF/DPNA.** Adequação dos Critérios de Classificação do Porte dos Tomadores no Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e de outras condições. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/13%20Reuniao%20Condel/1.2%20-%20Nota%20Tecnica%20MI-Classificacao%20do%20Porte%20do%20Tomador%20no%20FNE.pdf>>. Acesso em 06 mar 2012.

PIRES, Inácio José Bessa. **Conceitos e Índicadores do Mercado de Trabalho: uma visão estatística.** Fortaleza: RTM, 2003.

PIRES, Inácio José Bessa, SOUSA, Jânia Maria Pinho, SOUZA, Jane Mary, SILVA, Osias Pereira. **Avaliação de Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE): geração de empregos: período 2000-2006.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009a.

PIRES, Inácio José Bessa, VALENTE JÚNIOR, Aírton Saboya, SOUSA, Jânia Maria Pinho. **Avaliação de Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE): geração de empregos: período 2000-2005.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009b.

PIRES, Inácio José Bessa, VALENTE JÚNIOR, Aírton Saboya, SOUSA, Jânia Maria Pinho. **Avaliação de Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE): geração de empregos: período 2000-2004.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009c.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano,** 2000. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em 14 mar 2012.

PNUD. **Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: a experiência brasileira recente,** 2008. Disponível em <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em 14 mar 2012.

RESENDE, G. M. (2007) Evaluation micro – and macro-effects of regional development policies: the of the Northeast Regional Fund (FNE) in Brazil, 2006-2006.

ROSEGRANT, Mark W. e SIAMWALLA, Ammar (1989) – **Government Credit Programs: Justification, Benefits, and Costs – in Agricultural Price Policies for Developing Countries** Mellor, John e Ahmed, Raisuddin. Capítulo 13.

SCHREINER, Mark e YARON, Jacob (2001) – **Development Finance Institutions. Measuring their Subsidy – Directions in Development – World Bank.**

SOUSA, J. M. P.; NOTTINGHAN, P. T.; GONÇALVES, M. F. Metodologia de Avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Fortaleza: BNB, 2010.

SOUSA, Jânia Maria Pinho, SOARES, Ricardo Brito e PEREIRA NETO, Antônio. **Avaliação de Impactos do FNE Emprego, Massa Salarial e Salário Médio – Série Avaliação de Políticas Públicas do BNB.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

STEVENSON, W. G. Estatística Aplicada à Administração. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994. V. 1.

VIDAL, M. de F.; GONÇALVES, M. F. **O Segmento da Pesca Marinha na Costa Nordestina.** Fortaleza: BNB, 2010. (Série Documentos do Etene – n. 28).